

LUIZ CARLOS DE FREITAS

O PARTIDO COMO AGENTE EDUCATIVO EM GRAMSCI

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, Curso de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Henrique da Conceição

Cascavel

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O PARTIDO COMO AGENTE EDUCATIVO EM GRAMSCI

Autor: Luiz Carlos de Freitas

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Henrique da Conceição

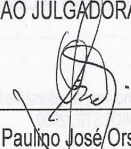
Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por Luiz Carlos de Freitas, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE para obtenção do título de Mestre em Educação.
Data: 09/03/2009

Assinatura:
(orientador)

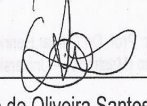


COMISSÃO JULGADORA:

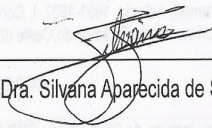
Prof. Dr. Paulino José Orso



Prof. Dr. Arivaldo de Oliveira Santos



Prof.ª. Dra. Silvana Aparecida de Souza



DEDICATÓRIA

A todos os lutadores que, apesar da avassaladora força do capital, resistem bravamente à sua dominação, sem se entregar às ilusões deste sistema.

Aos companheiros militantes da APP-Sindicato de Foz do Iguaçu que juntos temos enfrentado a opressão do Estado burguês sobre os educadores, estudantes e trabalhadores em geral.

À Rosineide Fabrício, mulher, companheira, educadora e militante com a qual convivo diariamente e que sempre me apoiou, lutando junto, inclusive nos momentos mais difíceis e conturbados.

AGRADECIMENTOS

Aos que utilizam o pensamento gramsciano num viés reformista para justificar suas posturas políticas. Graças a eles fui desafiado a estudar este pensador no intuito de comprovar ou negar tal interpretação.

Ao professor da UNIOESTE Sebastião Rodrigues Gonçalves (Tião), meu amigo e companheiro de luta, pelo apoio na elaboração do projeto de pesquisa que culminou no presente trabalho.

Aos professores do PPG *stricto sensu* em Educação da UNIOESTE, Campus de Cascavel que lutaram para que o curso fosse implantado e garantiram, através de seu compromisso com a educação pública, a qualidade do mesmo.

À Sandra que, sempre nos auxiliou nas questões administrativas, sem as quais não seria possível a conclusão do curso.

Ao meu orientador professor Gilmar Henrique da Conceição, não apenas pela orientação nestes dois anos como também por me instigar, através de suas aulas e de seu livro *Partidos Políticos e Educação*, a uma compreensão mais abrangente sobre a questão do partido e sua relação com a educação.

ÍNDICE

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	001
CAPÍTULO I - OS CONCEITOS DE PARTIDO E DE EDUCAÇÃO EM GRAMSCI	009
1.1. A Educação em Gramsci.....	009
1.2. O Partido em Gramsci.....	019
CAPÍTULO II - CONCEITOS CENTRAIS DO PENSAMENTO DE GRAMSCI E SUAS RELAÇÕES COM O PARTIDO	041
2.1. A Hegemonia e o Papel Construtivo do Partido.....	041
2.2. Estado e Sociedade Civil: espaços de atuação do partido.....	061
2.3. Guerra de Posição e Guerra de Movimento: uma questão de tática partidária.....	077
CAPÍTULO III - O PARTIDO COMO AGENTE EDUCATIVO EM GRAMSCI	088
3.2. Os Intelectuais, o Partido e a Educação	095
3.3. Ações Político-Educativas e Revolução: a práxis do partido.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
Sobre a Possibilidade de uma Teoria Educacional em Gramsci Desvinculada da Questão do Partido: uma reflexão.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

RESUMO

Ao longo de nosso trabalho buscamos apresentar a concepção de educação e de partido em Gramsci, bem como resgatar, no conjunto de seu pensamento, a questão da teoria da revolução. A atuação do partido político enquanto agente educativo que pensa e pratica uma educação que aponta para o rompimento e superação da sociedade capitalista, foi salientado por nós. Entendemos que o partido, para Gramsci, vai além da institucionalidade, chegando em alguns momentos a quase se confundir com a própria classe. O mesmo ocorre com a educação, sendo que, para ele, esta é um fenômeno humano que extrapola a formalidade, abrangendo toda a cultura construída por uma sociedade. Os conceitos centrais do pensamento Gramsciano tais como: hegemonia, sociedade civil, guerra de posição e guerra de movimento foram também por nós trabalhados. Tais conceitos estão interligados e por isso passamos por eles ressaltando a questão do partido como agente educativo, ou seja, buscando entender a ação educativa do partido na construção da hegemonia, na atuação na sociedade civil, e nas táticas a serem utilizadas por ele em cada momento histórico. Por fim apresentamos a questão do intelectual orgânico e tradicional e a relação educativa destes com o partido, além de refletirmos também sobre a questão da práxis revolucionária. Para Gramsci toda classe em todas as sociedades formam seus intelectuais orgânicos e são estes os responsáveis pela manutenção da ideologia que permite o funcionamento do modelo econômico, político e social de sua época. Os intelectuais tradicionais são disputados pela classe dominante e pela classe dominada, nesta perspectiva, então, é função do partido, além de produzir seus intelectuais orgânicos, conquistar estes outros intelectuais para defesa de sua ideologia. A Escola formal, de onde saem os intelectuais tradicionais, se torna também um palco de disputa entre as classes com projetos de sociedade antagônicos. Portanto, cabe ao partido político, na concepção gramsciana, atuar, como agente educativo, nos diversos espaços da sociedade civil, disputando a hegemonia para a construção de uma educação revolucionária voltada à classe trabalhadora.

Palavras chaves: Partido político. Revolução. Educação. Estado. Sociedade.

ABSTRACT

In this work we seek to present Gramsci's conceptions of education and party, as well as to revise his theory of revolution. The role of the political party as an educational agent that idealizes and implements an education towards the rupture and overcoming of the capitalist society was also highlighted in this study. We assume that the party, according to Gramsci, goes beyond the institutionality and sometimes it is almost confused with the class itself. The same is true with education: to Gramsci, this is a human phenomenon that goes beyond formality, covering the whole culture built by a society. Central Gramscian concepts such as hegemony, civil society, war of position and war of movement are also addressed, since they are closely linked each other. These concepts are revised with a focus on the party as an educational agent, in an attempt of understanding the educational action of the party in the construction of hegemony, in the activity of civil society, and in the tactics to be used in each historical moment. Finally, we present the discussion on the organic and the traditional intellectual, as well as the educational relationship between the intellectuals and the party, and we also offer some reflections on the revolutionary praxis. According to Gramsci, every class, in all societies, form their organic intellectuals, who are responsible for maintaining the ideology that allows the operation of the economic, political and social model of their time. The traditional intellectuals are disputed by the ruling class and the working class; in this perspective, then, it is the function of the party not only to develop its organic intellectuals but also to conquer these other intellectuals to defend its ideology. The formal school, from which come the traditional intellectuals, is also the scene of a struggle between classes with antagonist projects of society. Thus, the role of the political party, in the Gramscian conception, is to act as an educational agent in the various segments of the civil society, disputing the hegemony for the construction of a revolutionary education focused on the working class.

Key-words: Political party. Revolution. Education. State. Society.

INTRODUÇÃO

Uma questão fundamental que orientou esta dissertação é a percepção de que há diferenças de fundo entre os partidos, e no interior deles. Todo partido é educador e sua espécie de luta determina a maneira como sua prática educativa se dá, com o propósito de construir o tipo de homem, de Estado e de sociedade que defende. Daí que a necessidade de convencer, educar e engajar o maior número de pessoas em seu projeto partidário surja como corolário da militância política. O pensamento de Gramsci é educativo na medida em que se filia a uma corrente de pensamento que se quer hegemônica e aponta a necessidade de formação política para o socialismo, por meio da ação pedagógica do partido revolucionário.

A partir desta questão é que pretendemos desenvolver nossa reflexão, levando em conta a transformação sofrida pelos partidos de inspiração marxista desde o fim do socialismo real do Leste Europeu, marcado pela queda do Muro de Berlim em 1990. Muitos destes partidos abandonaram de vez a perspectiva da revolução socialista, como o caso dos PCs de todo o mundo, passando a defender reformas no sistema capitalista, via conciliação de classes entre a burguesia e o proletariado. Outros partidos buscaram manter o ideal socialista, contudo abdicando da construção de um partido revolucionário. Os partidos priorizaram a ação eleitoral em detrimento da ação revolucionária, inclusive para absorver, em seus quadros, grupos e pessoas de outras matrizes teóricas. Neste caso podemos citar, como exemplo, no Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT), que se transformou em um partido exclusivamente eleitoral.

Tais questões, embora tenham despertado um grande interesse no pensamento político mundial, a partir do final da década de 1980 e início da de 1990, não são tão novas quanto podem parecer à primeira vista. Ao retomarmos a história do pensamento marxista encontramos esta discussão desde final do século XIX, em especial na polêmica entre Lênin e Kautsky¹. Este, principal intelectual da II Internacional e do Partido Social Democrata

¹ Sobre essa polêmica, ver: LENIN, V.I. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. In: PESSOA, Reynaldo X. Carneiro e NOGUEIRA, Marco Aurélio. Coleção História e Política 2. LECH – Livraria e Editora Ciências Humanas LTDA, s/d, p. 91-181. KAUTSKY, Karl. *A ditadura do proletariado*. In: PESSOA, Reynaldo X. Carneiro e NOGUEIRA, Marco Aurélio. Coleção História e Política 2. LECH – Livraria e Editora Ciências Humanas, s/d, p. 3-87.

Alemão (PSD), defendia o abandono da revolução feita pelas massas e priorizava a luta parlamentar por reformas no sistema capitalista até se atingir o socialismo. Lênin, de outro lado, militante do Partido Operário Social Democrata Russo, busca resgatar em Marx o que julga ser sua categoria central, a educação revolucionária das massas como único caminho possível para o socialismo.

Posteriormente Gramsci, no final da década de 1910, enfrenta uma discussão parecida no interior do partido no qual militava, o Partido Socialista Italiano (PSI). Nesse período, Gramsci estava convencido de que a revolução iria ocorrer também na Itália e as grandes greves ocorridas em Turim, em 1919 e 1920, alimentavam ainda mais sua certeza. Não era esta, contudo, a avaliação feita pela maioria dos dirigentes do PSI, pois para estes ainda não havia as condições objetivas para sustentar um grande levante popular.

Esta polêmica provoca uma primeira divergência no interior do PSI, levando Gramsci e outros militantes a criarem um grupo paralelo no interior do partido, com a finalidade de defender os ideais revolucionários. Neste contexto é que estes criam a revista *Ordine Nuovo*, com a finalidade de influenciar a consciência dos militantes do PSI e das massas que já se encontravam organizadas na Itália, não no partido, mas nos conselhos e nas comissões de fábricas. Com o passar do tempo, essa divergência, que vai se acirrando, provocará a cisão do PSI e a criação, pelo grupo da *Ordine Nuovo*, de um outro partido, o PCI (Partido Comunista Italiano), fundado em janeiro de 1921. Nesse período já estavam dadas como “fracassadas” as greves nas quais Gramsci via todo o potencial revolucionário do proletariado. As causas desses fracassos podem ser muitas, contudo Gramsci avaliou que o PSI teve uma grande parcela de responsabilidade na medida em que não deu o devido valor a essas greves.

Mais tarde, na construção do novo partido (PCI), esses acontecimentos serão centrais na definição do papel que o partido deveria assumir entre as massas proletárias e camponesas. Isto é, o fato de o PSI ter deixado passar o que Gramsci e o grupo *Ordine Nuovo* julgavam ser um momento revolucionário demonstrava que o processo revolucionário na Itália e nos demais países no mesmo grau de desenvolvimento que ela não seria o mesmo ocorrido na Rússia. Diante disso, restava então a construção de novas táticas, táticas que

pudessem incorporar as utilizadas na revolução russa, mas que levassem em consideração a realidade ocidental. Embora esta preocupação não seja exclusiva de Gramsci², ele tem, contudo, uma peculiaridade em relação aos outros, como nos diz Anderson:

[...] o caso de Gramsci se encaixa neste quadro de forma particular. Em seus *cadernos do cárcere* ele escreveu exaustivamente sobre a literatura italiana, mas o objeto principal de seu estudo não era o terreno da arte e sim a totalidade da estrutura e da função da cultura para os sistemas de poder político na Europa a partir do Renascimento³ (ANDERSON, 1989, p. 111).

O revigoramento do pensamento gramsciano no Brasil parece ter ganho impulso com o fim da ditadura militar e, também, conforme já mencionamos, com a queda do Muro de Berlin. Entretanto a questão que sempre nos incomodou é a perspectiva reformista, que busca respaldo em Gramsci, perspectiva a qual nos era apresentada por muitos intelectuais “marxistas”, especialmente do campo da educação formal, que, embora afirmassem considerar a totalidade do pensamento do autor, buscavam sustentar um projeto educativo no interior da sociedade capitalista, a partir do pensamento gramsciano⁴.

Em nossa trajetória de educador da escola pública e militante-dirigente do sindicato (APP – Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado do Paraná), muitos foram os embates contra os governos do Estado burguês, bem como, em especial após 2002, com a ascensão do governo Lula ao executivo federal, no interior do próprio sindicato com correntes “gramscianas” que buscam justificar em Gramsci seus posicionamentos políticos e as alianças com classes e partidos antagônicos aos trabalhadores⁵.

² Perry Anderson cita Lukács, Adorno, Goldmann, DelaVolpe, entre outros, que formam o grupo de pensadores do marxismo ocidental. Tal reflexão encontra-se em: ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Em especial nas páginas 109 a 134.

³ Esta perspectiva é que nos chamou a atenção e nos instigou a buscar compreender mais profundamente o pensamento deste intelectual italiano, em especial no campo educativo.

⁴ Aqui poderíamos citar Gaudêncio Frigotto e Acácia Kuenzer, intelectuais que tivemos oportunidade de conhecer, de ouvi-los, de ler seus textos e de debater em algumas plenárias.

⁵ A partir da compreensão marxiana de partido político entendemos que, mesmo não estando filiados a nenhum partido institucional, não deixamos de tomar parte no processo educativo-partidário hoje em disputa, especialmente no Brasil. No interior da APP-Sindicato, em especial o núcleo sindical de Foz do Iguaçu, juntamente com militantes de base de outras regiões do Estado, temos buscado deixar clara nossa posição a este respeito. Colocamo-nos

Estes dois espaços (sindical e escola formal) foram os responsáveis por aguçar nossa curiosidade de buscar entender melhor esse pensador italiano. A princípio nos incomodava a questão específica do espaço escolar, cuja função seria transmitir o conhecimento científico e filosófico historicamente acumulado. No campo da educação, no Brasil, é através de Dermeval Saviani, com uma “nova” proposta político-pedagógica, buscando superar a dicotomia colocada entre a pedagogia tradicional e a pedagogia da *escola nova*, que Gramsci chega às escolas, nos anos de 1980. Ao aprofundarmos nossa reflexão sobre esta nova pedagogia, fomos, contudo, percebendo seus limites e sua complexidade, isto é, percebendo que a proposta era muito mais abrangente do que pensávamos a princípio.

No que toca ao campo sindical, tivemos um certo preconceito com Gramsci. Sem ter lido quase nada de seus escritos ou sobre seus escritos, mas, a julgar pelos grupos que se reivindicavam gramscianos no interior de nosso sindicato (APP - Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná) ou do PT (Partido dos Trabalhadores), começamos a negar Gramsci enquanto um teórico marxista de fato. Percebíamos, no entanto, enormes contradições entre o discurso e a prática desses militantes, percepção a partir da qual, com o passar do tempo, foi ficando mais evidente o reducionismo que faziam com o projeto de gramsciano. Sentimos, então, a necessidade de combater essas correntes que, apesar de seu vocabulário marxista-gramsciano, mantinham práticas reformistas, quando não reacionárias.

Penso ser necessário ressaltar estas questões já de antemão, pois, como as coisas não são neutras, assim também nosso trabalho não o é – ao contrário, tem uma finalidade muito definida. Nossa intenção é estudar o pensamento de Gramsci e contribuir para o resgate da radicalidade de um

como uma fração sindical e buscamos, a partir do aprofundamento teórico do marxismo, defender, na prática, um projeto sindical classista, projeto que tenha como compromisso histórico a emancipação da classe trabalhadora e, junto com ela, toda a humanidade. Entendemos que, neste momento, a esmagadora maioria das lideranças sindicais, dos movimentos populares e dos partidos de “esquerda”, sucumbe aos limites impostos pelo capital à classe trabalhadora. Daí decorre nossa teimosia em manter acesa a chama do socialismo, mesmo que em um pequeno grupo, pois entendemos que este é o único modelo capaz de proporcionar à humanidade seu pleno desenvolvimento. Para tanto temos também a convicção da necessidade de uma organização maior que tenha um projeto nacional e internacional da classe trabalhadora, ou seja, um partido político que recupere o que, segundo Lênin, é central para o marxismo, a revolução e a instalação da ditadura do proletariado (LÊNIN apud PESSOA, s/d, p. 95-100).

pensador, radicalidade que vem sendo abandonada ou deturpada por militantes que se reivindicam representantes da classe trabalhadora, seja no partido, no sindicato ou em qualquer outro espaço da sociedade civil. Na realidade, este problema tem ocorrido com os principais expoentes do marxismo.

Com esta finalidade buscamos focalizar a questão de Gramsci e o partido como agente educativo, a partir da totalidade de seu pensamento, isto é, buscando compreendê-la a partir do contexto histórico no qual foi construída. Para tanto julgamos necessário, já de início, no primeiro capítulo de nosso trabalho, refletir sobre a concepção de educação e de partido em Gramsci, haja vista que a vinculação destas duas questões parece central no conjunto de seus escritos. Todo partido político é educador e sua forma de luta determina a maneira como sua prática educativa se dá (CONCEIÇÃO, 2000, p. 19). Não podemos ignorar, já de antemão, que este autor esteve sempre organicamente ligado a um partido político que, a seu ver, representasse o conjunto do proletariado. Por outro lado, também a questão educativa é uma constante em seu pensamento, o que nos permite afirmar que a questão da educação, tanto quanto a questão do partido, desenvolve-se a partir de um projeto claro de sociedade defendido por Gramsci: a sociedade socialista. Afinal “educar para a revolução” envolve um trabalho educativo que vai contra a ordem capitalista.

Ao longo de nosso trabalho buscamos evidenciar em Gramsci sua preocupação com a questão educativa, o que não é difícil, devido à centralidade com que esse autor coloca este tema em seus escritos, contudo a complexidade desta questão encontra-se à medida que vamos percebendo a totalidade de seu pensamento e as articulações da questão educativa com as questões políticas e econômicas vivenciadas por ele.

Neste sentido é que, dentre as inúmeras preocupações que a leitura de Gramsci nos coloca, enfatizamos três, por considerarmos que estas são as que estão mais diretamente ligadas à questão educativa: 1) a questão da revolução no pensamento gramsciano; 2) o papel do partido político na construção da nova sociedade e 3) o vínculo da teoria educacional de Gramsci com o partido político.

Na questão da educação apresentamos uma reflexão sobre o conceito geral de educação, a partir da teoria marxiana, ressaltando a contribuição de

Gramsci. Ao falar em educação, Gramsci não se restringe à educação formal ou institucionalizada pelo Estado, mas a todo o conjunto de atividades que levam o ser humano a aprender. Centraliza sua reflexão na educação em seu sentido amplo, abarcando os mais variados meios educativos, meios aos quais o ser humano será submetido de acordo com a sociedade em que nascer e viver. Ao mesmo tempo, vincula este conceito amplo de educação com o conceito mais restrito, segundo o qual educação seria o ato intencional de influenciar na formação do ser humano. Daí a necessidade de pensar os “aparelhos privados de hegemonia”, tais como a escola, o sindicato, a igreja, as associações, os jornais, o partido, etc., como instâncias educativas que buscam transmitir ao ser humano suas concepções de mundo.

Quanto à questão do partido, buscamos situar Gramsci a partir dos expoentes do pensamento socialista, Marx, Engels e Lênin. Em seguida apresentamos as fundamentações teóricas/práticas sobre a função, a organização e a ação do partido do proletariado em Marx e Engels e em Lênin, ligando estas fundamentações com a concepção de partido em Gramsci e os desdobramentos de sua concepção na organização prática de um partido que representasse de fato os interesses do proletariado. Para isto, carece-se de compreender historicamente a militância de Gramsci no PSI (Partido Socialista Italiano), seus questionamentos, suas divergências e rompimento com esse partido até a criação do PCI (Partido Comunista Italiano).

No segundo capítulo apresentaremos os conceitos de hegemonia, de sociedade civil e de sociedade política, de guerra de posição e de guerra de movimento e a estreita ligação destes conceitos com as táticas e as estratégias a serem adotadas pelo partido político. No decorrer das reflexões de cada um destes conceitos buscamos ressaltar a função do partido enquanto agente educativo, especificamente no que toca à questão ideológico-educativa.

No terceiro e último capítulo centralizaremos nossa discussão exclusivamente no papel educativo do partido. Embora compreendamos que esta não seja sua única função, ela é central para se pensar o partido no campo da teoria marxista, e Gramsci se destaca exatamente nesta questão, a de pensar o partido enquanto educador socialista. Por isto, para ele, a questão da educação, enquanto formação intelectual, política, ética e moral, é

fundamental para o partido, haja vista que não se pode construir a hegemonia de classe sem uma formação sólida de seus membros.

Inicialmente, enfatizamos a preocupação de Gramsci com a linha política ideológica do partido, a partir de suas discussões com os militantes do PSI e, posteriormente, na construção do PCI. Buscamos destacar, neste contexto, a relação da concepção gramsciana de partido enquanto agente educativo com a visão de Marx e Engels e de Lênin, buscando demonstrar os elementos de continuidades desses autores na concepção gramsciana. Em seguida apresentamos a questão do conceito gramsciano de intelectuais e o papel que estes desempenham na sociedade, diferenciando os dois grupos principais de intelectuais: orgânicos e tradicionais. Em seguida destacamos o papel que esses intelectuais desempenham na sociedade de classes e a relação deles com os partidos políticos em geral e, em particular, com o partido do proletariado.

Por último destacamos a questão da prática político-educativa do partido enquanto construtor da revolução socialista. Apresentamos a discussão que Gramsci faz sobre a escola formal (Escola Unitária), entendendo esta como um espaço de disputa por hegemonia, assim como outros diversos espaços existentes na sociedade. Também enfatizamos, neste capítulo, a preocupação de Gramsci com a construção da revolução, bem como sua análise desta questão ligada às diferenciações entre o estágio de desenvolvimento da sociedade civil nos países orientais em contraposição aos países do “ocidente”, ou seja, nestes havia uma sociedade civil sólida que dava sustentabilidade ideológica para o Estado burguês, inclusive a própria Itália, enquanto naqueles o Estado centralizava coerção e consenso. Diante disto é que podemos melhor compreender a ênfase dada por Gramsci à superestrutura da sociedade, haja vista que, segundo Gramsci, sem um mínimo de hegemonia do proletariado, mesmo na sociedade capitalista, não lograria êxito qualquer projeto de revolução. Caberia, então, ao partido atuar no campo educativo, seja formal ou informal, buscando proporcionar aos trabalhadores este mínimo de hegemonia necessária para a construção da revolução proletária.

No decorrer do texto buscamos argumentar a impossibilidade de desvinculação do pensamento educacional de Gramsci da questão do partido. Nossa argumentação busca, no conjunto de seu pensamento, compreender o

papel da educação como um elemento necessário para o processo revolucionário, mas não desvinculado das lutas da classe trabalhadora. Diante disso podemos perceber que o central no pensamento de Gramsci é a revolução, sendo a educação, então, pensada a partir deste objetivo.

Também não podemos deixar de mencionar o compromisso de Gramsci com os ideais comunistas e com o partido político, que, a seu ver, é necessário para a concretização destes ideais. Por isso a necessidade de compreender seu pensamento educativo vinculado a sua perspectiva de construção da sociedade socialista. Nesta perspectiva, podemos dizer que toda sua reflexão sobre a questão educativa, objetiva a superação da concepção burguesa de mundo, colocando em seu lugar a concepção comunista. Neste contexto é imprescindível, na visão gramsciana, a atuação do partido político revolucionário, daí nossa hipótese de o partido, para Gramsci, ser o principal agente educativo.

CAPÍTULO I

OS CONCEITOS DE PARTIDO E DE EDUCAÇÃO EM GRAMSCI

Segundo Nosella (2004, p. 106), antes de ser preso, Gramsci já havia desenvolvido escritos sobre a questão da formação cultural das massas. Em seu texto *A Questão Meridional* (GRAMSCI, vol.2, 2004, p. 403-435) discute o papel dos intelectuais na sociedade, tendo em vista a dificuldade de unificação ideológica entre os operários do norte e os camponeses do sul da Itália. Esta afirmação nos leva a pensar que os escritos de Gramsci no cárcere, em particular no que diz respeito à questão da educação e da formação dos intelectuais orgânicos do proletariado, não são meras reflexões teóricas, mas uma necessidade concreta colocada pela realidade social italiana ao partido, percebida por Gramsci em sua militância já antes da prisão.

Por isso, apesar de Gramsci ter aprofundado teoricamente seu pensamento sobre o partido, a educação e a relação entre eles em seus escritos na prisão, parece-nos não ser possível uma boa interpretação de seu pensamento se não levarmos em consideração sua preocupação central, que é a construção de uma nova sociedade, a sociedade socialista, a partir da revolução. Esta preocupação o acompanhou durante toda sua trajetória de militância política, desde sua entrada no PSI, passando pelas polêmicas que enfrentou no interior deste, e pela criação de um novo partido, o PCI, até sua prisão e as reflexões feitas no cárcere (1926-1937). Por isso tomaremos, em conjunto com a formulação teórica da concepção de partido feita por Gramsci no cárcere, em especial no texto *Breves notas sobre a política de Maquiavel* (GRAMSCI, vol.3, 2007, p.11-116), escrito nos anos de 1932-1934, as reflexões presentes em seus escritos políticos anteriores ao cárcere (1910-1926). O mesmo faremos com a questão da educação, tomando como base o texto *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais* (GRAMSCI, vol. 2, 2001, p. 13-53), escrito em 1932, para pensar o conceito de educação de Gramsci.

A Educação em Gramsci

É consenso, entre os estudiosos da educação que partem da perspectiva socialista, o entendimento de que a educação é um ato

eminentemente humano proporcionado por sua ação sobre a natureza. Segundo Saviani, “[...] o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la” (1992, p. 19). Este processo de transformação da natureza, necessário para a sobrevivência do ser humano, se dá através do trabalho. “Conseqüentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional” (SAVIANI, 1992, p. 19). Esta ação intencional, exclusivamente humana, é que proporciona ao homem ir se humanizando, ou seja,

Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX In: ANTUNES, 2004, p. 36).

Esta modificação da natureza do homem, anunciada por Marx, e que ocorre a partir de sua ação sobre a natureza, é o que podemos chamar de processo educativo. Aqui notamos também que não há separação entre saber e fazer, isto é, o homem aprende fazendo e faz aprendendo.

Nesta mesma direção vai Gramsci ao afirmar que

Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *Homo faber* do *Homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2001, vol.2, p. 52-53).

A partir desta concepção de educação vemos que o espaço educativo não se restringe nem a um espaço geográfico e nem a um momento estipulado especificamente para se educar, mas que todo espaço e todo o momento são espaços e momentos educativos. Não podemos, contudo, entender isto como uma negação dos espaços em que o processo educativo é planejado e intencionalmente transmitido. Se, no início do desenvolvimento educativo do ser humano, isto ocorreu de modo espontâneo para dar respostas às

necessidades imediatas de sobrevivência da espécie humana, a complexificação da sociedade colocou novas necessidades e estas passaram a exigir uma ação mais planejada, em decorrência da relação do homem com a natureza e com os demais. Com o processo de transformação essas relações vão se complexificando. “Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e a ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política e, com eles, o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião” (ENGELS In: ANTUNES, 2004, p. 25).

Esta nova forma de a sociedade se organizar, com a criação dos vários mecanismos destinados ao controle social, dá a esses mecanismos um *status* superior, ou seja, cria-se uma hierarquia colocando o trabalho intelectual como superior ao trabalho manual. A separação entre o trabalho braçal e intelectual desembocou na dominação de classe. Pensar a organização da produção da existência humana passou a ser tarefa privilegiada em relação à execução de atividades físicas no dia-a-dia da produção. Com isto e

Frente a todas estas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela (ENGELS In: ANTUNES, 2004, p. 25).

Esta superioridade do trabalho intelectual sobre o trabalho manual foi ganhando certa materialidade, que acabou por acarretar uma inversão na forma de pensar a organização da sociedade. Engels chama a atenção para este ponto afirmando que

O rápido progresso da civilização foi atribuído exclusivamente à cabeça, ao desenvolvimento e à atividade do cérebro. Os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos seus pensamentos, em lugar de procurar essa explicação em suas necessidades (refletidas, naturalmente, na cabeça do homem, que assim adquire consciência delas). (ENGELS In: ANTUNES, 2004, p. 25).

Esta forma invertida de ver a sociedade coloca a necessidade de se organizar em momentos específicos e com grupos específicos o trabalho de

pensar. A partir dessa fase do desenvolvimento da sociedade, a educação vai ganhando um novo caráter, deixando de ser uma forma espontânea de relação homem/natureza e passando a ser uma ação consciente, separada das atividades práticas de produção cotidiana da existência humana. De acordo com Ponce, a divisão da sociedade em classes exigiu um outro tipo de educação que fosse condizente com a nova realidade, haja vista que,

Quando a comunidade primitiva ainda não se havia dividido em classes, quando a vida social era sempre igual a si mesma e diferia pouco de indivíduo para indivíduo, a própria simplicidade das práticas morais colocava as crianças sem esforço no caminho do hábito, e não era necessária nenhuma disciplina. Porém, agora que *surgiram na tribo as relações de dominância e submissão*, agora que a vida social se complicou até diferir bastante de indivíduo para indivíduo, de acordo com o lugar que cada um ocupa na produção, resulta evidente também que já não é possível confiar a educação das crianças à orientação espontânea do seu meio ambiente. (PONCE, 1998, p. 27-28).

O surgimento de uma forma de educação que ocorre em determinado momento e espaço é, portanto, resultado de uma forma de sociedade que se organiza a partir da existência de classes sociais, onde uma destas classes domina e a outra é dominada. Aqui a educação amplia sua área de abrangência, não se limitando mais apenas à ação da produção da existência, mas também servindo como construção deliberada de um tipo de ser humano. Quanto a esta dupla finalidade da educação, a seguinte afirmação de Gramsci é bastante ilustrativa: “[...] a educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e de criar o homem ‘atual’ à sua época” (GRAMSCI, 2001, vol.2, p. 62). Esta segunda finalidade da educação destacada por Gramsci, “criar o homem ‘atual’ à sua época”, será um ponto-chave para a compreensão do conceito de educação em Gramsci.

As reflexões de Gramsci sobre a educação acompanham a trajetória de sua vida, desde os escritos políticos, quando, em plena ação militante, insistia na necessidade de elevar o conhecimento das massas.

Os burgueses podem até ser ignorantes. Mas não os proletários. Os proletários têm o dever de não ser ignorantes. A civilização socialista, sem privilégios de casta e de categoria, exige para realizar-se plenamente que todos os cidadãos saibam controlar o que seus mandatários decidem e fazem em

cada caso concreto. Se os sábios, se os técnicos, se os que podem imprimir à produção e às trocas uma vida mais intensa e rica de possibilidades forem uma exígua minoria, não controlada, essa minoria – pela própria lógica das coisas – tornar-se-á privilegiada, imporá sua ditadura. (GRAMSCI, 2004, vol.1, p. 117).

Neste caso, a preocupação de Gramsci estava centrada na perspectiva de governar a sociedade socialista, e o momento histórico⁶ apontava para a possibilidade de implantação desta nova sociedade.

Passado esse período e diante da não-concretização da sociedade socialista, a reflexão de Gramsci sobre a educação volta-se para uma questão que deve ser pensada a longo prazo. Em um texto escrito em 1925, Gramsci afirma que “[...] a preparação ideológica da massa é uma necessidade da luta revolucionária, uma das condições indispensáveis para a vitória” (GRAMSCI, 2004, vol.2, p. 297). Neste caso estava chamando a atenção dos dirigentes do PCI (Partido Comunista Italiano) para a importância do trabalho educativo que este deveria fazer junto às massas. Não estava, contudo, desligado desta questão também o papel de outras instituições nas quais os trabalhadores também eram educados.

Dentre estas outras instituições (igrejas, sindicatos, escola, associações, conselhos, além da própria família), Gramsci deu destaque à escola, formal e não-formal, enquanto espaço indispensável para a educação. Conforme Manacorda, “Gramsci logo irá colocar, [...] ao lado das organizações políticas e sindicais como órgãos de hegemonia imediatamente política, também todas as outras instituições educativas de consenso, e entre essas, a escola” (MANACORDA, 1990, p. 125). É claro que escola para Gramsci não é apenas um espaço físico imóvel, com um programa fechado e com alunos freqüentando diariamente em um mesmo horário, como entendemos a escola formal atual. Escola, para ele, vai além disso. Por isso se pode falar em escola

⁶ Durante os anos de 1917 a 1920, com a vitória dos comunistas na Rússia, uma onda de movimentos revolucionários começa a surgir na Europa. Na Itália, os anos de 1919 e 1920, em especial na cidade de Turim, ocorreram inúmeras greves operárias com um grau de radicalização que indicava a possibilidade de transformar-se em uma revolução, pelo menos era esta a análise que Gramsci faz da época. Diante desta perspectiva é que ele então centraliza sua preocupação na formação dos trabalhadores com a perspectiva de que fossem capazes de governar o Estado proletário que estava para ser implantado.

de partido, escola por correspondência, escola do trabalho, entre outras.⁷

Uma distinção que aqui nos interessa, para definirmos, de maneira mais precisa, o que é educação para Gramsci, é a distinção entre instrução e educação. Para ele,

Não é completamente exato que a instrução não seja também educação: a insistência exagerada nesta distinção foi um grave erro da pedagogia idealista, cujos efeitos já se vêem na escola reorganizada por esta pedagogia. Para que a instrução não fosse igualmente educação, seria preciso que o discente fosse uma mera passividade, um “recipiente mecânico” de noções abstratas, o que é absurdo, além de ser “abstratamente” negado pelos defensores da pura educatividade precisamente contra a mera instrução mecanicista. (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 43-44).

O que nos parece bastante esclarecedor nesta afirmação de Gramsci é a distinção feita por ele entre educação e instrução, sem, contudo, colocá-las isoladas uma da outra. Neste sentido podemos afirmar que a escola não é exclusivamente instrutiva, assim como outros espaços da sociedade civil, como o partido político, por exemplo, não é somente educativo.

De acordo com a visão de Gramsci, a instrução está tão entrelaçada com a educação quanto esta com aquela. Isto, nós podemos notar em artigo escrito na revista *L'Ordine Nuovo*⁸, em 1919, direcionada para os operários militantes das comissões internas de fábrica⁹, em que Gramsci chama a atenção sobre esta questão, dizendo:

No campo técnico, vocês poderão, antes de mais nada, realizar um utilíssimo trabalho de informação, recolhendo dados e materiais preciosos tanto para as federações de categoria quanto para os órgãos centrais e dirigentes das novas organizações de fábrica. Além disso, vocês se empenharão para que os operários da seção se tornem cada vez mais

⁷ Quanto a estas diversas escolas pensadas por Gramsci, ver: NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2004.

⁸ Em 1919, Gramsci, juntamente com outros militantes do PSI, dentre eles Tasca, Togliatti e Terracini, iniciaram um debate interno no Partido. Tal debate girava em torno das táticas do PSI que, seguindo a linha da social democracia alemã, abandonara a perspectiva da revolução. Este grupo, inspirado na revolução russa, para divulgação de suas ideias, cria então a revista denominada *L'Ordine Nuovo*.

⁹ As comissões internas começam a ser criadas em 1906, inicialmente eram uma organização, não legalizada, que representava os sindicatos no interior das fábricas. Somente a partir de 1919 é que estas comissões passam a ser reconhecidas pelos patrões através de um acordo entre a associação dos industriais e a federação dos metalúrgicos de Turim. Tais comissões seriam então eleitas pelos operários sindicalizados, tendo como função defender os direitos dos trabalhadores em seus locais de trabalho.

capazes; e farão com que desapareçam os mesquinhos sentimentos de ciúme profissional que ainda dividem e opõem entre si os operários. Desse modo, vocês os educarão para o dia em que, tendo de trabalhar não mais para o patrão e sim para si mesmos, eles terão de estar unidos e solidários como condição para aumentar a força do grande exército proletário, do qual eles são as primeiras células. Vocês podem fazer com que surjam, na própria fábrica, seções de instrução, verdadeiras escolas profissionais, nas quais cada operário – recuperando-se do cansaço que embrutece – possa abrir a mente ao conhecimento dos processos de produção, melhorando assim a si mesmo (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 279).

Neste contexto, em que urge a necessidade de preparar o proletariado para assumir todas as funções produtivas e políticas da sociedade futura, haja vista que o momento histórico apontava para a revolução socialista, inclusive na Itália, Gramsci ressalta muito mais a formação ideológica¹⁰ do que a formação técnica. Em texto publicado na *L'Ordine Nuovo* em 1919 afirma:

É preciso dar uma forma e uma disciplina permanentes a essas energias desordenadas e caóticas, absorvê-las, articulá-las e potenciá-las; é preciso fazer da classe proletária e semiproletária uma sociedade organizada que se eduque, que obtenha experiência, que adquira uma consciência responsável dos deveres que incumbem às classes que chegam ao poder do Estado (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 246).

Por isso, o partido político é que deverá ser o grande educador das massas. “O Partido, portanto, para Gramsci é, antes de mais nada, uma grande escola que não deve se descolar da prática produtiva-organizativa de base: nesta base deve ancorar-se, alimentar-se, inspirar-se, aquecer-se, informar-se; [...]” (NOSELLA, 2004, p. 68).

O fato de considerar o partido como o principal educador no que toca à organização da revolução, não exclui outros espaços educativos que, para Gramsci, também merecem destaque. Ao contrário, coloca para o partido a necessidade de se pensar sobre sua ação também nesses outros espaços. Em especial após as greves de 1919-1920 em Turim, em que não se concretizou a perspectiva de tomada do poder pelo proletariado, o foco da educação,

¹⁰ Embora reconheçamos que toda formação seja ideológica, neste caso estamos nos referindo à formação enquanto disciplina partidária com conteúdos escolhidos intencionalmente para tal e não à formação ideológica que vem como consequência de um determinado conteúdo científico ensinado em uma escola formal.

enquanto formação técnica, científica, cultural, além da política, passa a fazer parte das preocupações de Gramsci. A necessidade de uma escola formal será um dos pontos fortes de sua reflexão registrada nos cadernos escritos por ele na prisão, mas que já se fazia presente em seus escritos anteriores a isto. Em seu texto *Homens ou máquinas* (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 73-76), escrito em 1916 no jornal *Avanti*, podemos observar sua preocupação com a escola formal, por isso chama a atenção para a necessidade de o partido formular uma séria proposta de um modelo de escola e incorporá-la em seu programa.

Nosso partido ainda não se pronunciou sobre um programa escolar preciso, que se diferencie dos programas atuais. Contentamo-nos até agora em afirmar o princípio genérico da necessidade da cultura, seja elementar, profissional ou superior; e este princípio foi por nós desenvolvido e propagandeado com vigor e energia. Podemos afirmar que a diminuição do analfabetismo na Itália deve-se menos à lei sobre a instrução obrigatória do que à vida espiritual interior, que a propaganda socialista soube suscitar nos estratos proletários do povo italiano. Mas não fomos além disso. A escola, na Itália, continuou sendo um organismo estritamente burguês, no pior sentido da palavra. A escola média e superior, que são estatais – ou seja, pagas com os recursos do tesouro nacional e, portanto, também com os impostos diretos pagos pelo proletariado - só podem ser freqüentadas pelos jovens filhos da burguesia, que desfrutam da independência econômica para a tranqüilidade dos estudos (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 74-75).

Esta reflexão de Gramsci nos permite perceber sua preocupação com a escola formal, organizada pelo próprio Estado burguês, mas que deveria ser também ocupada pelo proletariado. É claro que a escola, ao ser freqüentada por outra classe social que não somente a burguesia, passaria também a sofrer as influências desta classe, e o partido, representante do proletariado teria a incumbência também de repensar o modelo de escola existente. Continuando sua reflexão, Gramsci define, em traços gerais, o tipo de escola a ser construída para a classe trabalhadora.

O proletariado precisa de uma escola desinteressada. Uma escola na qual seja dada à criança a possibilidade de ter uma formação, de tornar-se homem, de adquirir aqueles critérios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Em suma, uma escola humanista, tal como a entendiam os antigos e, mais recentemente, os homens do Renascimento. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não constrinja sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação a

mover-se por um caminho cuja meta seja prefixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica. Também os filhos do proletariado devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar sua própria individualidade do melhor modo possível e, por isso, do modo mais produtivo para eles mesmos e para a coletividade. A escola profissional não deve se tornar uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem idéias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas só com o olho certo e a mão firme. Mesmo através da cultura profissional é possível fazer com que surja da criança o homem, contanto que se trate de cultura educativa e não só informativa, ou não só prática manual (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 75-76).

Este modelo de escola posteriormente foi melhor desenvolvido por Gramsci em seus escritos do cárcere. No texto do caderno especial 12¹¹, intitulado *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, escrito em 1932, Gramsci registrará uma proposta de escola, denominada por ele de *escola unitária* e também apresentará uma reflexão sobre o papel dos intelectuais na sociedade capitalista.

A partir desta reflexão podemos perceber a busca de Gramsci pelo rompimento da dicotomia estabelecida pela sociedade de classes entre o trabalho intelectual e o trabalho físico. Na mesma direção podemos também afirmar que o conceito de educação apresentado nesses apontamentos de Gramsci não separa a educação formal, aquela que ocorre nas escolas estatais, da não-formal, aquela que ocorre em outros espaços, mas que também possuem conteúdos, métodos e objetivos bem definidos. Segundo Manacorda, “A universidade e a escola não são os únicos organismos de cultura e de formação que Gramsci colocou sob exame: existem ‘outras vias’, outros organismos, que podem também constituir um possível modelo para a escola” (MANACORDA, 1990, p. 121). Isto, contudo, não significa que ele abandona ou desconsidera a escola formal. Ao contrário, podemos encontrar, em seus escritos, um projeto bem definido de escola, que fosse capaz de dar

¹¹ Durante o tempo em que Gramsci esteve preso (1926-1937), escreveu milhares de páginas em cadernos que lhe eram fornecidos, embora limitados, pelas próprias autoridades fascistas. Depois de sua morte, esses cadernos foram sendo publicados e enumerados de maneiras diversas, ao total são 33. Para melhores informações sobre esta questão, ver: COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1, 4. ed. (Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira). Rio de Janeiro, 2006, p. 7-45.

formação integral a seus estudantes. Afirma que se deve “[...] criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante esse meio-tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 49). Como vemos, o que propõe Gramsci é uma escola que dê conta de formar a totalidade do ser humano, desde o domínio técnico para o trabalho até a capacidade política de se tornar dirigente.

A partir do que expusemos acima, pensamos ser possível afirmar que, para Gramsci, educação é toda atividade que contribua para a formação humana em sua totalidade, não de maneira abstrata, mas na realidade concreta, com clareza, objetividade e intencionalidade. Por isso, suas reflexões sobre a educação não se limitam apenas à escola formal¹², mas se relacionam com seu projeto e sua concepção de sociedade que, por sua vez, foram construídos a partir de sua militância político-partidária.

[Gramsci] Fora educado, fundamentalmente, por três instâncias que se complementam: pela escola formal (na qual não fez um curso regular), no envolvimento com as lutas do movimento operário italiano, particularmente em Turim, e no partido político, onde atuou em várias esferas, inclusive como membro da III Internacional (MAXIMO, 2000, p. 89).

Esta formação de Gramsci, sem dúvida, lhe proporcionou uma vasta experiência prática que, por sua vez, lhe possibilitou uma compreensão ampla da educação e de sua importância vital para a transformação da sociedade.

Precisamente ao continuar o curso das reflexões sobre esses problemas, Gramsci define logo depois, em uma primeira aproximação, a função educativa do Estado, do governo, dos partidos e das associações políticas e sindicais [...] (MANACORDA, 1990, p. 125).

A partir desse entendimento podemos então concluir que o partido político é, para Gramsci, um educador. Cabe, então, perguntar: – Qual seria o grau de influência do partido na educação das massas? – Seria apenas mais um agente educativo dos militantes e simpatizantes ou teria uma função mais elevada com relação aos demais espaços educativos da sociedade? Para

¹² Sobre esta questão, ver: JESUS, Antônio Tavares de. *O pensamento e a prática escolar de Gramsci*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

tentarmos responder a estas questões, primeiramente buscaremos compreender o que é o partido para Gramsci, para, depois, com maior propriedade, explicitar nosso entendimento sobre a questão.

O Partido em Gramsci

Para compreendermos a concepção de partido em Gramsci faz-se necessário situar seu pensamento a partir de uma concepção mais geral de mundo, de sociedade e de homem. Como já vimos anteriormente, a teoria gramsciana de mundo, de sociedade e de homem se vincula à teoria marxista. Esta nossa afirmação está calcada na própria história política desse militante¹³, bem como em suas formulações teóricas, registradas desde seus escritos anteriores ao cárcere, até suas reflexões mais “tranqüilas” e profundas feitas na prisão. Agora, então, buscaremos analisar sua produção teórica, buscando nelas a explicitação do caráter marxista de seu pensamento no que toca a sua concepção de partido.

A partir da concepção marxiana de partido, é preciso considerar duas categorias: o partido enquanto classe que se coloca em movimento na defesa de um modelo de sociedade; e o partido enquanto instituição, que se organiza também para disputar espaço na sociedade capitalista, sem, contudo, abandonar seu projeto histórico que é a transformação radical da sociedade. Esta divisão, embora apenas de cunho didático, se faz necessária para compreendermos os desdobramentos que ocorreram da teoria de partido de Marx a Gramsci.

Marx e Engels deixam bem explícita a necessidade de um partido operário organizado para a tomada do poder e para a instituição da nova sociedade. No *Manifesto do Partido Comunista* e nos documentos da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, apontam alguns dos principais pilares necessários para a organização de um partido comunista. Este partido,

¹³ Não é nossa intenção apresentar uma biografia de Gramsci, não por esta ser irrelevante, ao contrário, pensamos ser de extrema importância, haja vista que sua história se confunde com a história do próprio PCI. Nosso intuito, contudo, neste trabalho, é o de compreender teoricamente a concepção de partido de Gramsci e, por isso, nos deteremos em seus escritos e não em sua biografia. Para uma boa compreensão dos aspectos biográficos desse pensador, indicamos a seguinte leitura: FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

se, por um lado, não seria totalmente diferente dos demais partidos de trabalhadores existentes, por outro traria algumas características que o fariam distinto daqueles.

Os comunistas distinguem-se dos outros partidos proletários apenas em dois pontos: de um lado, nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns, independentes da nacionalidade, de todo o proletariado; de outro lado, nas diferentes fases de desenvolvimento por que passa a luta entre proletariado e burguesia, representam sempre os interesses do movimento em seu conjunto (MARX e ENGELS, 1996, p. 79).

Nesta passagem, Marx e Engels apresentam dois pontos fundamentais para a constituição de um partido comunista: o caráter internacionalista de classe dos comunistas e a defesa de um projeto completo de sociedade.

Os movimentos ou partidos proletários, naquele momento, tinham como meta a conquista de direitos elementares dos trabalhadores, tais como, redução na jornada de trabalho e melhorias salariais. Não vislumbravam a destruição completa da exploração, tampouco a necessidade da tomada do Estado para isto. Marx e Engels destacam a necessidade da participação organizada dos comunistas nestes grupos com o intuito de defender de forma clara os interesses históricos do proletariado.

Aqui podemos perceber que a visão de partido de Marx e Engels não se restringe a uma organização institucional que objetive a participação eleitoral ou mesmo que se feche em um projeto exclusivista de sociedade. Neste momento, o partido comunista age como vanguarda no interior de outros partidos e movimentos, tendo como principal finalidade a demonstração da necessidade da radicalização da luta corporativa para a luta de classes. Por isso ressaltam a importância dos comunistas deixarem claro suas posições e não se deixarem engolir pelo reformismo defendido pelos partidos proletários. “Os comunistas recusam-se a ocultar suas opiniões e suas intenções. Declaram abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados com a derrubada violenta de toda a ordem social até aqui existente.” (MARX e ENGELS, 1996, p. 99).

É claro que a luta pela revolução não é entendida por Marx e Engels como antítese da luta imediata do proletariado. Ao contrário, a luta imediata é

necessária para garantir inclusive as condições mínimas para a luta revolucionária, pois

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais (MARX, 1996, p. 39).

A partir desta afirmação podemos inferir que o partido comunista não abdica da luta por melhorias imediatas nas condições de vida dos trabalhadores, contudo não se limita a isto. Busca transformar estas conquistas em uma tática que contribua para a elevação da consciência, de corporativa para consciência revolucionária, ou seja, cabe aos comunistas transformar toda luta imediata em luta histórica, em potencial revolucionário.

Também nesta perspectiva é que entendemos a defesa que Marx e Engels fazem da existência institucionalizada do partido, dentro de condições concretas, e, inclusive, da participação no processo burguês eleitoral-parlamentar. Nas orientações que MARX dá aos comunistas da Alemanha em 1850, quando esta passava por um momento de transição para uma democracia burguesa, iniciada nas lutas de 1848, afirma:

Mesmo que não exista esperança alguma de triunfo, os operários devem apresentar candidatos próprios para conservar independência, fazer uma avaliação de forças e demonstrar abertamente a todo o mundo sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido (MAX e ENGELS, 2003, p. 91).

A participação em eleições neste caso deve servir como propaganda política, mais uma tática para elevar a consciência de classe do proletariado. O momento eleitoral é mais um momento educativo para as massas, momento em que os comunistas devem explicitar seu programa, sem fazer nenhuma concessão.

Isto não quer dizer que Marx não considerasse o parlamento como espaço de luta significativo para a classe trabalhadora,

Contrariamente a algumas tendências da Internacional que consideravam como único meio de luta a ação direta, ou luta armada propriamente dita, a elaboração marxiana caminha no

sentido de demonstrar as potencialidades revolucionárias contidas na legalidade burguesa, caso o proletariado saiba agir de maneira conseqüente e consciente (SANTOS, 2002, p. 129).

Segue-se, portanto, que, diante da possibilidade de enviar representantes ao parlamento, o proletariado deve fazê-lo. Segundo Santos,

A presença de deputados operários no Parlamento é percebida como uma grande oportunidade para se forjar leis benéficas ao conjunto dos trabalhadores, fomentando assim seu processo de organização enquanto partido, e possibilitando, ainda, a vigilância sobre as manobras burguesas, dentro do próprio terreno constituído pelos donos do capital (SANTOS, 2002, p. 133).

Mesmo defendendo a participação no parlamento, Marx jamais o concebeu como um espaço neutro, isolado da sociedade de classes em que o capital domina o trabalho. Por isso busca sempre ressaltar os limites desse espaço.

Apesar do peso atribuído à luta parlamentar, Marx e Engels entendem que esta não pode se constituir, para o conjunto do trabalho, em elemento de substituição da ação direta, do uso da força, da revolução propriamente dita. Assim, o proletariado e a própria Internacional deveriam “declarar aos governos” a consciência que tinham de serem “a força armada contra os proletários”, diante da qual o conjunto do trabalho agiria “pacificamente” nos locais em que isso fosse “possível, e pelas armas quando” assim se fizesse “necessário” (SANTOS, 2002, p. 135-136).

A partir das constatações feitas acima, podemos afirmar que, para Marx, o partido político do proletariado deve atuar em duas instâncias: no campo formal e na informalidade. Dito de outra forma, o partido é, ao mesmo tempo, a classe proletária organizada e um aparato formal, aparato institucionalizado que atua por dentro do próprio Estado burguês.

O que caracteriza, então, a sobreposição desta ou daquela forma de o partido se apresentar são os momentos conjunturais em que se encontra a organização dos trabalhadores e o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Além disso, a clareza no programa e o objetivo histórico a ser alcançado também são fatores essenciais para que o partido lance mão das mais variadas formas de luta, desde a disputa parlamentar até a luta direta das massas.

Quanto à finalidade do partido, isso Marx o deixa claro em diversos escritos. Além do, já citado, *Manifesto comunista*, também nos estatutos da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), podemos ler, no primeiro parágrafo:

[...] a emancipação das classes trabalhadoras deverá ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras; que a luta pela emancipação das classes trabalhadoras não significa uma luta por privilégios e monopólios de classe, e sim uma luta por direitos e deveres iguais, bem como pela abolição de todo domínio de classe (MARX e ENGELS, 2003, p. 107).

Esta clareza de objetivo e a compreensão mais correta possível dos momentos conjunturais do desenvolvimento da sociedade é que possibilitam a coerência e o avanço quantitativo e qualitativo do partido em direção à conquista de tal objetivo. O momento histórico teorizado por Marx e Engels era um momento em que ainda os partidos estavam em fase de criação, em especial os partidos de trabalhadores. Isto, de certa forma, explica por que eles focalizaram sua preocupação mais na categoria de partido enquanto massa que se organiza para lutar pelo interesse comum da classe explorada, do que no partido formal.

O período que os sucede coloca novos desafios para a organização dos trabalhadores, o que exige, da nova geração de militantes e teóricos do marxismo, um estudo aprofundado da realidade concreta em que estes estavam inseridos. É neste contexto que se desenvolve a teoria de partido de Lênin e de Gramsci.

É preciso considerar, entre esses dois pensadores marxistas, seus contextos históricos, pois, apesar de terem vivido em um mesmo período histórico, teorizaram sobre espaços diferentes. Embora o modo de produção, tanto da Rússia, de onde falava Lênin, quanto da Itália, de onde falava Gramsci, fosse o mesmo, seu grau de desenvolvimento era diferente. Nessa perspectiva é que Lênin desenvolve sua teoria sobre a nova etapa de desenvolvimento do capitalismo do final do século XIX e início do XX, chamada imperialismo.

O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, que trazem consigo, em toda a parte, a tendência para a dominação, e não para a liberdade. A reação em toda a

linha, seja qual for o regime político [...] intensifica-se também particularmente a opressão nacional e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional (LENINE, 1986, p. 665).

Lênin afirma ainda que "[...] o imperialismo é uma enorme acumulação num pequeno número de países de um capital-dinheiro [...] que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar" (LENINE 1986, p. 650).

Com esta mundialização do capital dá-se também uma nova forma de relação não apenas entre os países, ou seja, um terceiro grupo se forma, além das colônias e dos colonizadores. Isto é,

Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática (LENINE, 1986, pág. 639).

Este estudo de Lênin é de cabal importância para os desdobramentos do movimento revolucionário do mundo, pois demonstra que todos os países se encontram interligados e desenvolvidos a partir da ótica do desenvolvimento capitalista, que impõe papel diferenciado para cada um deles.

Além destes três grupos de países destacados acima, podemos acrescentar ainda os países que convivem, em seu interior, com realidades econômicas, políticas e sociais diferentes, como é o caso da Itália do início do século XX, onde Gramsci irá fundamentar sua teoria de partido.

Diante destas diferenças no desenvolvimento do capitalismo apontadas por Lênin, emerge a necessidade de uma organização de caráter formal, com maior clareza de programa e de táticas para que seja capaz de guiar o movimento operário para a tomada do poder. Dando continuidade ao desenvolvimento teórico de Marx e Engels, Lênin também afirmava, categoricamente, a necessidade de um órgão de classe do proletariado que o guiasse pelo caminho da revolução, e avançou ao colocar, de forma mais explícita e detalhada, a teoria de partido revolucionário. A exigência do

momento histórico com a crise da social democracia¹⁴ e, conseqüentemente, da II Internacional¹⁵, fez com que Lênin desse ênfase na organização do partido formal, sem contudo ignorar a organização do partido enquanto classe.

Com esta preocupação, Lênin discute com várias organizações de trabalhadores da Rússia¹⁶, no início do século XX, sobre a necessidade de uma organização centralizada. Segundo ele, “[...] *o crescimento do movimento operário ultrapassa o crescimento e desenvolvimento das organizações revolucionárias*” (LENINE, 1986, p.152), daí a necessidade urgente de uma organização coesa e teoricamente preparada para dirigir o processo revolucionário. Esta organização seria então o partido político.

Para Lênin, não poderia:

[...] 1) haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade; 2) que quanto mais extensa for a massa espontaneamente integrada na luta, massa que constitui a

¹⁴ Cabe ressaltar que o termo “social democracia” neste período era utilizado como sinônimo de socialismo. Depois da II Internacional é que a socialdemocracia passa então a ser sinônimo de reformismo devido às posições políticas reformistas tomadas por esta associação e sua orientação aos partidos socialistas de todo o mundo.

¹⁵ Em 1862, na cidade de Londres, Inglaterra, reuniram-se representantes do proletariado de vários países do mundo e definiram pela criação de uma associação internacional de trabalhadores. A finalidade dessa associação seria coordenar, acompanhar e subsidiar teoricamente as organizações proletárias de todo o mundo que quisessem integrar a esta associação. Sua criação oficial ocorreu em setembro 1866 com a realização do primeiro congresso, onde foram aprovados os estatutos da associação. Participaram ativamente da elaboração dos estatutos e da direção desta internacional Marx e Engels. Conhecida no mundo todo como AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), funcionou até 1872, quando, devido às contradições internas, em especial dos comunistas com os anarquistas, se dissolveu. Em 1889, sob a coordenação de Engels, criou-se a II Internacional. Participaram de sua criação 380 delegados de vários países, contudo, devido à participação de vários partidos políticos institucionais, com o passar do tempo esta associação passou a ter uma postura reformista, fazendo a defesa da eleição e abandonando a perspectiva revolucionária.

¹⁶ Nesta época ainda não havia na Rússia um partido proletário organizado que tivesse clareza em seguir a teoria de Marx e Engels. O que havia eram diversas organizações que buscavam fazer a luta proletária imediata, isto é, econômica e sem uma estratégia bem definida para tomar o poder. Geralmente estas organizações possuíam como órgão de divulgação de suas lutas e de suas idéias um jornal. Lênin escrevia no *Iskra*, jornal fundado por ele e que tinha como objetivo divulgar as ideias revolucionárias do socialismo científico. A *Rabótcheie Dielo*, revista fundada em 1899 e que circulou até 1902, era o órgão de divulgação das idéias de um grupo chamado União dos Sociais-Democratas Russos. Este grupo defendia exclusivamente a luta econômica e era contra a doutrina de Marx e Engels. Também negavam o potencial revolucionário do campesinato. Representavam a ala mais a direita no interior do Partido Operário Social Democrata Russo. A principal discussão de Lênin se dará com esse grupo. Cabe, contudo, ressaltar que outros grupos também participavam da discussão através de seus jornais e revistas. Por exemplo: a *Rabótcheie Gazeta*, que pertencia ao grupo dos sociais-democratas de Kieve, em 1898 passa a ser o órgão oficial do POSDR; a *Zariá*, revista editada de 1901-1902 e que fazia a defesa do marxismo e criticava profundamente o revisionismo internacional e russo, dentre outros.

base do movimento e que nele participa, mais premente será a necessidade de semelhante organização e mais sólida deverá ela ser [...] (LENINE, 1986, p. 167).

Além da urgência em se organizar um partido revolucionário na Rússia, Lênin também deixa claras as características dessa organização. Para ele,

[...] tal organização deve ser formada, fundamentalmente, por homens entregues profissionalmente às actividades revolucionárias; que num país autocrático [neste caso a Rússia], quanto mais *restringirmos* o contingente dos membros de uma organização deste tipo, a ponto de não incluir nela senão os filiados que se ocupem profissionalmente de actividades revolucionárias e que tenham já uma preparação profissional na arte de lutar contra a polícia política, mais difícil será 'caçar' esta organização, e [...] *maior* será o número de pessoas, tanto da classe operária como das demais classes da sociedade, que poderão participar no movimento e colaborar activamente nele (LENINE, 1986, p. 167).

Nesta passagem, se, por um lado, vemos a defesa rigorosa de Lênin de um partido de vanguarda composto por revolucionários profissionais, podemos ver também sua preocupação com a adesão de simpatizantes à causa revolucionária. Ou seja, Lênin também sabia da necessidade da influência do partido entre as massas para que este pudesse ser vitorioso. Em uma outra passagem esclarece esta questão, afirmando que

[...] a concentração de todas as funções clandestinas nas mãos do menor número possível de revolucionários profissionais não significa, de maneira alguma, que estes últimos "pensarão por todos", que a multidão não tomará uma parte activa no *movimento*. Pelo contrário, a multidão fará surgir do seu seio um número cada vez maior de revolucionários profissionais, porque saberá então que não basta que alguns estudantes e operários que lutam no terreno económico se reúnam para constituir um "comité", mas que é necessário, através dos anos, educar-se como revolucionários profissionais, e "pensará" não somente no trabalho artesanal, mas precisamente nesta educação (LENINE, 1986, p. 167).

Tal educação deveria ter como fundamento teórico o materialismo histórico e dialético de Marx e Engels. Para isso seria necessária uma vanguarda, já teoricamente preparada, que compusesse o núcleo duro do partido.

Para Lênin, "sem teoria revolucionária não pode haver também

movimento revolucionário” (LENINE, 1986, p. 96-97). Por isso o partido deve criar formas de instrumentalizar teoricamente seus militantes. A existência de um jornal é, para Lênin, condição indispensável para esse trabalho. Segundo ele, jamais

[...] as massas aprenderão [...] a travar a luta política enquanto nós não ajudarmos a *formação* dos dirigentes para esta luta, procedentes tanto dos operários cultos como dos intelectuais; e estes dirigentes podem formar-se, *exclusivamente*, iniciando-se na apreciação sistemática e quotidiana de *todos* os aspectos da nossa vida política; *de todas as tentativas* de protesto e de luta das diferentes classes e por diferentes motivos (LENINE, 1986 p.193).

A discussão que Lênin vinha travando com as organizações localizadas de trabalhadores era essencialmente contra o economicismo, ou seja, para ele, a luta econômica de nada valeria se não se canalizasse para a luta política, ou seja, para uma organização que aspirasse à tomada do poder pela classe trabalhadora. Esta consciência não seria, contudo, criada no interior das lutas econômicas, mas viria de fora desta luta. “A consciência de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera de relações entre operários e patrões” (LÉNINE, 1986, p. 135). Por isso a defesa de Lênin da criação de um jornal¹⁷ proletário para toda a Rússia, pois este funcionaria como órgão oficial para a formação política de seus militantes e centralizaria as informações do partido, garantido a unidade entre eles.

A organização de um jornal político para toda a Rússia – escrevia-se no *Iskra* – deve ser o *filio fundamental*, seguindo o qual podemos invariavelmente desenvolver, aprofundar e alargar esta organização (isto é, a organização revolucionária, sempre disposta a apoiar todo protesto e toda explosão) (LENINE, 1986, p. 194).

Este jornal, portanto, seria um instrumento educativo da classe trabalhadora, capaz de lhe proporcionar informações cotidianas que, segundo

¹⁷ O jornal escrito era o órgão de imprensa com maior capacidade de divulgação de ideias na época. No caso dos operários, talvez o único meio, diferentemente de hoje, em que a rádio e, principalmente, a televisão tomaram o lugar do jornal escrito. Daí decorre a defesa incisiva de Lênin e a importância extremada que ele dá à criação de um jornal proletário unificado, para todo o país.

Lênin, seriam indispensáveis para a formação de uma consciência revolucionária.

Numa palavra, “o plano de um jornal político para toda a Rússia”, longe de ser o fruto de um trabalho de gabinete de pessoas contaminadas pelo doutrinário e pelo literalismo (como pareceu a pessoas que meditaram pouco nele), é, pelo contrário, o plano mais prático para começar, em toda a parte e imediatamente, a prepararmo-nos para a insurreição, sem esquecer ao mesmo tempo nem um instante o trabalho normal de todos os dias (LENINE, 1986, p. 205).

Ter clareza teórica, organização política e um meio de divulgação da teoria revolucionária entre o proletariado são os elementos do partido político para Lênin. Estes três elementos necessariamente devem estar entrelaçados no interior do partido de forma que, ao educar as massas, o partido também se eduque.

Como vimos, Marx e Engels colocaram os pilares de uma teoria de partido, apontando para a organização de classe, como o partido representante da nova sociedade que deveria ser construída. Lênin, em outro contexto histórico, pôde desenvolver e aprofundar mais a questão do partido enquanto organização formal, de vanguarda e que tem a incumbência de guiar o proletariado em direção à tomada do poder. Vejamos agora como Gramsci absorve este legado teórico e como irá aplicá-lo à realidade italiana.

Embora a elaboração mais profunda e sistematizada de partido feita por Gramsci tenha ocorrido em seus escritos do cárcere, esta questão perpassa todos os seus escritos que antecedem a sua prisão. Entre os anos de 1910 a 1926, Gramsci escreveu inúmeros artigos sobre o partido político, apontando seus objetivos (imediatos e histórico), sua forma de luta e atuação no contexto histórico de sua época. Após sua prisão, em 1926, já com o fascismo no poder, Gramsci registra, em seus cadernos, muitas reflexões sobre as questões políticas e econômicas que a Itália e o mundo estavam vivendo.

Nos artigos escritos por Gramsci antes da prisão podemos notar sua preocupação quase que exclusiva com a questão do partido formal. Isto pode ser explicado pelo contexto histórico desse período: de um lado a socialdemocracia reformista orientando os partidos proletários de toda a Europa através da II Internacional; por outro, a urgência da tomada do poder,

uma vez que as condições objetivas para a revolução já estavam dadas. Neste período, Gramsci militava no PSI (Partido Socialista Italiano), que seguia a linha da socialdemocracia reformista, mas começa a discordar dos rumos que o partido vem tomando e, juntamente com outros militantes, iniciam uma luta interna no partido em defesa de uma ação mais direta entre as massas. Esta luta fica mais acirrada após a vitória dos bolcheviques na Rússia com a revolução de outubro de 1917. Este acontecimento derruba, na prática, a interpretação mecanicista da teoria marxiana, segundo a qual só poderia ocorrer a revolução socialista nos países onde o capitalismo tivesse plenamente desenvolvido¹⁸.

O PSI manteve, mesmo depois da tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia, uma posição bastante apática. Ainda presos à linha teórico-política da II Internacional, o PSI considerava ainda prematuro a possibilidade de uma revolução socialista na Itália. Secco afirma que,

O socialismo italiano da época de Gramsci era vítima do “esperismo”, tanto da sua ala reformista, comandada por Filippo Turati, para quem a evolução econômica levaria ao socialismo [...] quanto da ala maximalista (defensora do programa máximo da social democracia), cujo líder, Serrati, dissera: “Nós, marxistas, interpretamos a história e não a fazemos”, o que o levava a ficar à espera do “grande dia” da revolução (SECCO, 2006, p.24).

Por esse motivo, em 1919, Gramsci, juntamente com outros militantes do PSI, dentre eles Tasca, Togliatti e Terracini, criam a revista *L'Ordine Nuovo* (A Nova ordem). Os textos publicados nessa revista, especialmente os de Gramsci, buscavam demonstrar e convencer os militantes da necessidade da revolução já naquele momento. Em artigo publicado nessa revista em junho de 1920, Gramsci faz a seguinte defesa:

[...] o partido deve lançar um manifesto no qual a conquista revolucionária do poder político seja colocada de modo explícito, no qual o proletariado industrial e agrícola seja convidado a se preparar e se armar e no qual sejam indicados os elementos das soluções comunistas para os problemas atuais, ou seja, controle proletário sobre a produção e a distribuição, desarmamento dos corpos mercenários armados,

¹⁸ Teoricamente, esta visão já havia sido superada com os estudos de Lênin sobre o Imperialismo, conforme já ressaltamos anteriormente.

controle dos municípios exercido pelas organizações operárias (GRAMSCI, 2004, vol.1, p. 360-361).

O que Gramsci, juntamente com o grupo de *L'Ordine Nuovo*, vislumbram para a Itália é uma revolução aos moldes da revolução bolchevique russa. Por isso vão buscar nas organizações de trabalhadores já existentes na Itália os embriões por onde se deve começar o processo de elaboração de um pensamento revolucionário que tencione a luta de classes para a tomada do poder.

Gramsci inventa os Sovietes italianos procurando-os no movimento real, naquilo que já existe, isto é, nas Comissões Internas, que devem ser desenvolvidas e transformadas em organizações com um poder e com uma capacidade representativa muito maior (GRUPPI, 1980, p. 74).

As greves ocorridas em 1919 na cidade de Turim apontaram os Conselhos de Fábrica como órgãos de representatividade legítima do proletariado. Em muitos casos esses conselhos ocuparam as fábricas e passaram a dirigi-las, demonstrando uma alta capacidade organizativa dos operários. Esses acontecimentos levam Gramsci a defender a participação do partido nas organizações dos proletários já existentes na Itália, dando-lhes um caráter revolucionário. “A fábrica com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas são os centros de vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente” (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 247). Dentre essas organizações, o conselho de fábrica será ressaltado por Gramsci como o germe da revolução. Em texto da *L'Ordine Nuovo* escrito em junho de 1919 afirma:

Já desde agora os proletários deveriam proceder a eleição de amplas assembleias de delegados, escolhidos entre os melhores e mais conscientes companheiros, na base da seguinte palavra de ordem: “Todo o poder da fábrica aos comitês de fábrica”. Tal palavra de ordem deve ser coordenada com outra: “Todo o poder de Estado aos conselhos operários e camponeses” (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 247).

Para Gramsci, quando Lênin, em 1917, afirma que os sovietes são organizações com as quais o partido deve ter relações diretas, certamente tem a clareza de que o partido não conseguiria atingir a massa que os sovietes

conseguiam, daí, a palavra de ordem lançada por Lênin: *Todo poder aos soviets*¹⁹. Por outro lado, os soviets, por si só, não seriam capazes de fazer a revolução, daí decorre a importância da participação do partido nos soviets para influenciar os rumos a serem tomados por estes. Ao mesmo tempo, o partido tinha a possibilidade prática de avaliar criteriosamente suas táticas para a elevação da consciência da classe trabalhadora na perspectiva da tomada revolucionária do poder.

Gramsci terá a mesma compreensão com relação aos conselhos de fábricas, afirmando que estes demonstram capacidade de dirigir a massa, contudo carecem, ao mesmo tempo, de um direcionamento revolucionário. Por isso a atuação do partido nos conselhos é indispensável no sentido de

[...] absorver esta massa; [...] discipliná-la, ajudá-la a se tornar consciente de seus próprios crescimentos materiais e espirituais; deve educar os indivíduos que a compõem no sentido de que se solidarizem entre si de modo permanente e orgânico; deve difundir nas consciências individuais a convicção firme, precisa, racionalmente adquirida, de que somente na organização política e econômica reside o caminho da salvação individual e social [...] (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 215-216).

No que toca ao conceito geral de partido, podemos notar que Gramsci, assim como Lênin, tem clareza da necessidade de uma organização teoricamente consistente e que tenha inserção nas diversas lutas dos trabalhadores. Esta organização teria como função principal a organização da classe proletária para a tomada do poder, sem, contudo, desprezar a experiência de luta já existente entre os operários.

Afirmava também Gramsci que não seria possível uma revolução social vinda espontaneamente das massas. Para ele,

Esperar que uma massa submetida a tais condições de escravidão corporal e espiritual expresse um desenvolvimento histórico autônomo, que dê início espontaneamente a uma criação revolucionária e lhe dê prosseguimento é pura ilusão

¹⁹ Após a revolução de março de 1917, Lênin, que estava no exílio, retorna à Rússia e defende o avanço da revolução, que era democrático-burguesa, para o socialismo. Em abril apresenta ao Partido Bolchevique suas propostas, que ficaram conhecidas como *Teses de Abril*. Nelas propunha que os Sovietes é que deveriam assumir o poder, fazendo avançar a revolução para o socialismo. Ver: LENINE, V.I. Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução. In: LENINE, V.I. *Obras escolhidas*. Vol. 2. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1988, p.13-16.

de ideólogos: é confiar apenas na capacidade criadora de uma tal massa, sem trabalhar sistematicamente para organizar um grande exército de militantes disciplinados e conscientes, dispostos a qualquer sacrifício, educados para pôr conjuntamente em prática uma palavra de ordem, prontos para assumir a responsabilidade efetiva da revolução, para se tornarem os agentes da revolução (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 343).

Esta afirmação de Gramsci, feita em contraposição aos anarquistas, nos deixa clara sua defesa de um partido centralizado, com militantes profissionais, bem preparados teoricamente e capazes de intervir na massa proletária e de elevar suas lutas econômicas ao nível da luta política. Aqui podemos ver em Gramsci sua identificação com o pensamento de Lênin, ou seja, Gramsci se apropria de elementos do conceito de partido daquele, colocando esta organização como condição necessária para a revolução.

Em outra passagem, escrita em 1920, ao analisar as posições reformistas do PSI, afirma:

O partido deve adquirir uma sua figura precisa e diferenciada: de partido parlamentar pequeno burguês, deve se tornar o partido do proletariado revolucionário, que luta pelo advento da sociedade comunista através do Estado operário, um partido homogêneo, coeso, com uma doutrina própria, com uma tática, com uma disciplina rígida impecável. Os que não são comunistas revolucionários devem ser eliminados do partido (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 359).

Aqui Gramsci explicita sua concepção de partido e a finalidade deste enquanto representante da classe operária. Além de frisar a questão da tarefa primordial do partido, que é a tomada do poder pela via da revolução, também ressalta a importância da teoria, da qual o partido deve se apropriar para educar seus militantes e a massa proletária.

[...] é necessário que o Partido intensifique e torne sistemática sua atividade no campo ideológico, que ele ponha como dever do militante o conhecimento das doutrinas do marxismo-leninismo, pelo menos em seus aspectos mais gerais (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 296).

Diante da impossibilidade de o PSI assumir o programa defendido pelo grupo de *L'Ordine Nuovo*, em 1921 este separou-se do PSI e criou o PCI (Partido Comunista Italiano). A conjuntura já não era, contudo, mais a mesma

dos anos anteriores, especificamente dos anos de 1919 e 1920, quando as diversas greves ocorridas em Turim apontavam a possibilidade da tomada imediata do poder pelo operariado.

Ao observar a “derrota” dessas greves e, conseqüentemente, dos Conselhos de Fábrica de Turim no que tange à ação revolucionária, o foco de preocupação do novo partido (PCI) deixa de ser a atuação imediata, isto é, como dirigente político do movimento proletário, e passa a ter a necessidade de tornar-se também o agente construtor da hegemonia²⁰.

Isto significava que caberia ao partido uma tarefa bem mais ampla do que se imaginava, ou seja, diante da ausência da possibilidade imediata de ocorrer a revolução, não bastava mais, ao partido, apenas preparar-se para a tomada do poder e dar direção ao movimento operário, mas caberia a ele (o partido) transformar-se em um agente de formação das massas e em construtor da revolução. Por outro lado, tampouco podia concordar com as alianças que o PSI realizava afirmando o caminho reformista para a tomada do poder. Uma tarefa muito mais complexa estava colocada para o partido que se propusesse a dirigir as massas, pois este deveria ser, além de dirigente, também formador.

Diante desta realidade é que o PCI vai ganhando um novo caráter, o de pensar as táticas para a construção da revolução na Itália, sem, contudo, cair no reformismo. Isto não será tranquilo dentro do partido, pois se, por um lado, o rompimento com o PSI se dá principalmente pelo caráter reformista deste, por outro, devia-se evitar o sectarismo.

De fato, durante o congresso de separação a questão principal era distinguir os revolucionários dos não revolucionários (reformistas). [...] Mas havia também naquele Congresso muitíssimos comunistas que achavam que a revolução era imediata (NOSELLA, 2004, p. 85-86).

É nesse contexto que Gramsci passa a se preocupar em aprofundar seus estudos sobre a realidade italiana e busca pensar dialeticamente a atuação do Partido diante de tal realidade. Combatendo a visão sectária do grupo chamado maximalistas²¹, que atuava dentro do PCI, Gramsci afirma que

²⁰ O conceito de hegemonia será trabalhado posteriormente, por ora o empregamos enquanto busca do consenso entre as classes dominadas na perspectiva da construção da revolução.

²¹ Gramsci chamava a atenção para o perigo do extremismo no interior do PCI. Utilizou como

A luta ideológica contra o extremismo de esquerda deve ser travada contrapondo-se a tal extremismo a concepção marxista e leninista do partido do proletariado como partido de massa, bem como demonstrando a necessidade de que ele adéque sua tática às situações com o objetivo de poder transformá-las, de não perder o contato com as massas e de conquistar zonas de influência cada vez maiores (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 346-347).

Como se vê, a proposta de Gramsci para lutar contra o extremismo trilha pela necessidade de aprofundamento na concepção marxista e leninista de partido. Tal afirmação nos leva a pensar que Gramsci aponta para a validade universal da concepção de partido de Marx, Engels e Lênin, desde que bem interpretada de acordo com a realidade de cada país ou de grupos de países com o mesmo nível de desenvolvimento político e econômico.

Na busca de um novo caminho a ser trilhado pelo partido, Gramsci abre um leque de conceitos sem os quais seria difícil compreender sua concepção de partido. Antes de ser preso pelo fascismo, em 1926, Gramsci inicia um estudo sobre a realidade italiana, cujo objetivo era o de apresentar as peculiaridades daquele país diante de outros países e compreender as contradições políticas e econômicas no interior do próprio país.

No texto intitulado *Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas* (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 405-435), busca demonstrar as diferenças entre os trabalhadores rurais do sul da Itália e os operários do norte, em especial da cidade de Turim. A compreensão da formação histórica das classes trabalhadoras italianas, em especial os camponeses e os operários, é de suma importância para a atuação do partido na construção da revolução. A partir desse entendimento, Gramsci faz a defesa da necessidade da construção de

exemplo as posições adotadas pelo grupo do PSI denominados maximalistas. A posição desse grupo era a de que nada adiantaria fazer enquanto o proletariado não estivesse preparado para a revolução, por isso, "Ele espera apenas o grande dia. As massas – diz ele – não podem deixar de nos seguir, já que a situação objetiva as empurra para a revolução. Portanto, vamos esperar por elas, sem quebrar a cabeça com tantas manobras táticas e expedientes do gênero" (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 312). Isto vinha ocorrendo com o grupo do PCI ligado a Bordiga, daí a preocupação de Gramsci com o maximalismo. Para uma melhor compreensão sobre esta questão, ver: GRAMSCI. Antonio. *Escritos políticos*. Vol. 2. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 311-313.

uma aliança entre essas classes, como condição para o movimento revolucionário ser vitorioso.

O metalúrgico, o marceneiro, o operário da construção civil, etc., devem não só pensar como proletários e não mais como metalúrgicos, marceneiros, operários da construção civil, etc., mas devem dar ainda um passo à frente: devem pensar como operários membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo se for ajudada pela grande maioria destes estratos sociais (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 416).

Esta preocupação de Gramsci com as alianças de classes e a atuação do Partido não se resolve nesse texto. Sua reflexão continua em outros escritos produzidos durante os 11 anos em que ficou encarcerado pelo fascismo e é uma questão central para a compreensão de sua concepção de partido.

Nos escritos do cárcere, a preocupação de Gramsci com o partido político continua fazendo parte de seu dia-a-dia e, como frisamos anteriormente, afastado da atividade cotidiana de militância, reflete mais profundamente sobre essa questão. A partir de então notamos a presença de um conceito mais geral de partido, voltado para uma organização da classe trabalhadora que precisa se reconstruir e se reorganizar enquanto classe para a tomada do poder. Para isto Gramsci toma Maquiavel, em especial sua obra *O príncipe*²², como ponto de referência para a construção de uma “nova” teoria de partido. A interpretação marxiana feita por ele desta obra, transpondo-a da realidade italiana do século XV para a do século XX, garante a não mecanização de sua análise. Para Gramsci, Maquiavel deve ser considerado não “[...] como o ‘cientista da política’, atual em todos os tempos. [...] [mas] como expressão necessária de seu tempo e como estreitamente ligado às condições e às exigências de sua época [...]” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 29).

Muito provavelmente a censura fascista tenha contribuído para que

²² Esta obra, escrita por Nicolau Maquiavel no início do século XVI, é um clássico da ciência política moderna. Nela Maquiavel, a partir dos estudos concretos da Europa de seu tempo e, em especial, da Itália, seu país de origem, traça um projeto de Estado e de governo. Busca demonstrar, nesses escritos, como se deve fazer para conquistar um Estado e se manter no poder. Consultar: MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. In: *Os pensadores* (Coleção). Tradução, Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 29-143.

Gramsci ressaltasse Maquiavel e não Marx e Lênin nesta questão, mesmo assim não é difícil de perceber a ligação que ele faz entre essas correntes da ciência política. Inclusive, em determinado momento, Gramsci faz uma comparação do maquiavelismo com a filosofia da práxis, afirmando que ambas têm como alvo aqueles que não sabem como realmente funciona o mundo da política.

Pode-se supor que Maquiavel pretenda convencer estas forças [o povo e a nação italiana] da necessidade de ter um “líder” que saiba o que quer e como obter o que quer, e de aceitá-lo com entusiasmo, ainda que suas ações possam estar ou parecer estar em contradição com a ideologia difusa da época, a religião (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 58).

Neste aspecto, também a filosofia da práxis teria o mesmo papel, embora para uma outra classe, o proletariado, e, da mesma forma que a teoria de maquiavel, também a filosofia da práxis será distorcida e atacada pelos conservadores. “[...] repete-se a necessidade de ser ‘antimaquiavélico’, desenvolvendo uma teoria e uma técnica da política que possa servir às duas partes em luta” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 58). Embora tanto o maquiavelismo quanto a filosofia da práxis possa ter sido utilizada por partes contrárias daquelas para quem foram pensadas, “[...] isto não deve ocultar seu caráter essencialmente revolucionário, que é sentido ainda hoje e que explica todo antimaquiavelismo [...]” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 58).

Outro ponto de preocupação de Gramsci, e que pensamos ser também decisivo em sua escolha de Maquiavel como interlocutor para sua teoria de partido, está ligado a sua preocupação com a questão nacional italiana, já demonstrada anteriormente. Maquiavel foi o teórico mais afoito do século XVI no que tange à elaboração de um modelo político que garantisse a unificação de um Estado nacional, em especial o Estado italiano, rompendo de vez com a visão religiosa da política.

Maquiavel é um homem inteiramente de seu tempo e sua ciência política representa a filosofia da época que tende à organização das monarquias nacionais absolutas, a forma política que permite e facilita um novo desenvolvimento das forças produtivas burguesas (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 30).

Diante desta constatação, Gramsci então desenvolve uma profunda

reflexão sobre o partido e, dialeticamente, coloca o pensamento de Maquiavel como ponto de partida. Embora estas reflexões estejam disseminadas por vários de seus cadernos escritos no cárcere, é em especial no caderno 13, intitulado pelo próprio Gramsci de *Breves notas sobre a política de Maquiavel*, que ele apresenta, de forma mais elaborada, sua concepção de partido político:

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 16).

Nesta passagem podemos notar a finalidade primeira do partido: organizar a vontade individual em torno de um programa coletivo que dê conta de unificar tais vontades em uma única vontade coletiva. Aqui podemos notar a influência de Lênin sobre Gramsci na medida em que aquele também colocava a impossibilidade de uma organização coletiva de forma espontânea ou mesmo pela luta econômica. Conforme já salientamos anteriormente, em *Que fazer*, Lênin defende a necessidade de uma intervenção de fora (o partido) na organização de um programa unificado para toda a classe trabalhadora.

Seguindo este raciocínio, Gramsci destaca então a necessidade de se compreender a realidade nacional italiana para a efetivação de uma vontade coletiva. Por isso diz que o partido deve se dedicar, como uma de suas primeiras ações, ao estudo desta realidade objetiva. Isto fica claro quando Gramsci, ao se questionar sobre “[...] quando é possível dizer que existem condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular?”, responde que, no caso específico da Itália, “[...] deve-se, em suma, fazer um esboço de toda a história italiana, sintético mas exato” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 17).

Também caberia ao partido a proposição e a organização de uma mudança de mentalidade entre as classes trabalhadoras, por isso “Uma parte importante do moderno Príncipe deverá ser dedicada à questão de uma reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de uma concepção de mundo” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 18). Neste caso, Gramsci está pensando

especificamente na Itália, onde o poder do catolicismo era maior que em outros países, pelo fato de sua sede estar em Roma, contudo a construção desta nova mentalidade, chamada por ele de *reforma intelectual*, certamente pode ser universalizada, enquanto função do partido.

Estes dois pontos, construção da vontade coletiva e reforma intelectual e moral, serão para Gramsci os dois pilares dos quais se deve partir para a construção do plano de trabalho do partido. Não se deve, no entanto, ignorar a impossibilidade de uma reforma intelectual e moral sem esta vir acompanhada, ou até mesmo antecipada, por uma reforma econômica. A considerar que a consciência é resultado da relação concreta, material entre o ser humano e a natureza, pois “[...] os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar” (MARX e ENGELS, 1996, p. 37), seria idealismo pensar a mudança de mentalidade antes da mudança econômica.

É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 19).

Como vemos, se, por um lado, Gramsci ressalta a necessidade de o partido se preocupar com a formação intelectual e moral da classe que se propõe a representar, no caso o proletariado, no sentido de formar uma nova concepção de mundo, por outro lado não concebe a existência desta nova concepção isolada da necessidade da transformação estrutural da sociedade. Daí o desafio do partido em conseguir unificar a luta econômica com a luta político-ideológica. Para isto deverá ser, por um lado, aquele que busca as possibilidades de avanços econômicos na sociedade presente e, por outro, aquele que proporciona uma formação intelectual capaz de preparar o terreno para a nova sociedade. Desse modo,

O moderno príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar um terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 18).

Com esta afirmação podemos inferir que o partido, para Gramsci, deveria ir além da pura e simples luta imediata, contudo não poderia se descolar da base material onde estava inserido. Por isso o partido deve assumir, além do papel de dirigente da nova sociedade, a função de construtor das mudanças estruturais da sociedade capitalista como garantia do sucesso do surgimento e do desenvolvimento desta nova sociedade e do novo ser humano, com novos valores e com novas formas de ver e de agir sobre o mundo.

O partido, portanto, deve assumir, em determinados momentos históricos (o que, na avaliação de Gramsci, era o caso da Itália e outros países com o mesmo nível de desenvolvimento político-organizativo), a função primordial de educador das massas no sentido de construir uma base minimamente sólida capaz de dar sustentação ao processo revolucionário futuro.

Nas sociedades ocidentais²³ em que inúmeros grupos se organizavam paralelamente ao Estado ou em conformidade com ele, onde “[...] as relações de organização interna e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 24), caberia então ao partido utilizar-se da fórmula de “hegemonia civil”. Neste sentido, afirma Gramsci que

Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 24).

Parece-nos claro que Gramsci, no decorrer de sua vida política-intelectual, teve como preocupação central a organização da classe trabalhadora para que esta passasse a ser dirigente da nova sociedade, a sociedade socialista. Para ser dirigente seria necessário uma educação

²³ Gramsci, ao observar a realidade política-econômica da Rússia antes da revolução socialista, comparando-a com a realidade italiana do início da década de 1920, percebe que as diferenças entre estes dois países eram fator-chave para definir o tipo de luta a ser travada pelo proletariado em países com a realidade semelhante à russa e em países com a realidade semelhante à italiana. Enquanto nesta havia uma forte organização da sociedade civil (partido, associações, igrejas, sindicatos, etc.) naquela havia apenas a ditadura czarista para manter o domínio de uma classe sobre a outra, por isso a tática deveria ser diferente entre esses dois tipos de sociedade. Gramsci chamará de sociedades ocidentais aquelas que estão no mesmo nível de organização que a Itália e fará sua formulação teórica sobre o tipo de luta a ser travada pelo proletariado a partir desse tipo de sociedade.

político-ideológica que desse conta de apresentar a essa classe um projeto de sociedade condizente com suas necessidades e com seus anseios e a educasse para tomá-lo como seu. No centro desta discussão, conforme demonstramos anteriormente, Gramsci coloca o partido político, tanto no sentido estrito, formal, como no sentido amplo, enquanto organização e luta de classe. A esse partido, chamado por Gramsci de *intelectual coletivo*, caberia então uma tarefa muito mais ampla do que apenas a tomada do poder no momento da crise de hegemonia da classe dominante. Caberia a ele elaborar as táticas necessárias para a construção de uma contra-hegemonia ainda no seio da sociedade capitalista, sem a qual não seria possível, pelo menos nos países ocidentais, a realização do objetivo histórico do proletariado, a derrubada completa do capitalismo e sua superação pelo socialismo.

Por último ainda se faz necessário ressaltar que não compreendemos a teoria de partido desenvolvida por Gramsci na prisão desvinculada de suas reflexões anteriores, enquanto militante do PSI e do PCI, mas como continuidade desta em um outro momento conjuntural. Pois, para ele,

Os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes; mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (e, portanto, a posição relativa de suas classes) no país em questão ou no campo internacional (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 61).

Esta afirmação de Gramsci abre a possibilidade da defesa de um partido que busque a transformação social pela via reformista, eleitoral, parlamentar²⁴, mas não exclusivamente. No capítulo posterior poderemos melhor refletir sobre esta questão à medida que formos compreendendo outros conceitos de Gramsci que influenciam diretamente em sua teoria de partido e sua função enquanto agente educativo.

²⁴ O reformismo no interior de alguns partidos, tão em voga a partir dos anos de 1980, buscou e continua buscando respaldo em Gramsci, pinçando dele alguns conceitos, como a *guerra de posição*, por exemplo, desvinculando-a do conjunto de seu pensamento.

CAPÍTULO II

CONCEITOS CENTRAIS DO PENSAMENTO DE GRAMSCI E SUAS RELAÇÕES COM O PARTIDO COMO AGENTE EDUCATIVO

A Hegemonia e o Papel Construtivo do Partido

Compreender o conceito de hegemonia em Gramsci é, ao mesmo tempo, entender a atuação do partido político enquanto intelectual coletivo capaz de guiar a massa para a construção da revolução. Cabe ressaltar que, inicialmente, este conceito não é uma criação de Gramsci, mas de outros autores com os quais ele dialogava. Seu mérito é o de historicizá-lo, colocando-o para a realidade italiana e, como extensão, para os demais países que compunham o bloco denominado por ele de *ocidente*.

Dentre estes autores, podemos citar dois, que pensamos serem os mais próximos de Gramsci, tanto cronologicamente como no que tange à influência teórica no desenvolvimento de seu conceito de hegemonia, a saber, Benedetto Croce e V.I. Lênin. Ao observarmos a vida prática de Gramsci, enquanto um homem de partido, cuja preocupação central era com a construção da nova sociedade para superar a então sociedade vigente, podemos afirmar que Lênin foi o revolucionário mais influente sobre sua forma de pensar. Segundo Bucu-Glucksmann, “Gramsci recupera explicitamente o conceito teórico-prático de hegemonia, tomado de Lênin” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 229).

Por outro lado, com relação à importância dada por Gramsci à cultura, ou seja, da necessidade de se construir uma nova forma de se pensar e de compreender a realidade, é a Croce que devemos nos reportar. O próprio Gramsci explicita isto em seus escritos do cárcere, afirmando que Croce “[...] construiu a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado-força e como forma atual da doutrina da ‘revolução permanente’ criada em 1848” (GRAMSCI, 2006, v. 1, p. 306).

Cabe ainda ressaltar que não encontraremos em Gramsci uma teoria sistematizada de hegemonia, embora esta tenha ganhado, ao longo dos anos, uma importância singular no pensamento gramsciano. O termo *hegemonia* é utilizado em diversos locais de seus textos, em especial nos cadernos do cárcere, mas também em seus escritos anteriores, quando militou no PSI e, posteriormente, no PCI. Diante de diversas interpretações do conceito de

hegemonia²⁵ de Gramsci, optamos, neste trabalho, por priorizar aquele que mais leva em consideração o conjunto de seu pensamento.

De acordo com Germino, ao defender um método interpretativo para o pensamento gramsciano, “[...] a interpretação envolve a compreensão, apresentação do sentido de um corpo de textos, e o sentido só pode ser apreendido relacionando as partes ao todo e permitindo a iluminação de uma parte pela outra” (GERMINO In: COUTINHO e TEIXEIRA, 2003, p. 127). A partir desta perspectiva é que olharemos para a questão da hegemonia, não como um novo conceito, descolado do projeto de sociedade, projeto em função do qual Gramsci atuava como sujeito no seio da organização partidária, mas como um instrumento de construção da nova sociedade. Por isso, pensamos não ser possível tratar do conceito de hegemonia separado da questão do partido, uma vez que este é concebido por Gramsci como o *intelectual coletivo* que tem a incumbência de guiar os trabalhadores no processo revolucionário.

Segundo Buci-Glucksmann (1980, p. 227), Gramsci utiliza o termo hegemonia pela primeira vez em 1924 em um artigo escrito na revista *L'Ordine Nuovo*. Nesse texto podemos notar claramente que seu conceito de hegemonia é inspirado, se não diretamente em Lênin, ao menos dos escritos bolcheviques, dos quais Lênin era o mais destacado pensador. Deduz-se isso do próprio Gramsci:

O bolchevismo é o primeiro na história internacional da luta de classes a haver desenvolvido a *idéia da hegemonia do proletariado*, a haver colocado na prática os principais problemas revolucionários que Marx havia exposto teoricamente. A *idéia de hegemonia do proletariado*, na medida em que foi concebida histórica e concretamente, implicou na necessidade de buscar nos camponeses pobres um aliado da classe operária (GRAMSCI apud BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 231).

Para Anderson (2002, p. 30-31), o conceito gramsciano de hegemonia não é tomado diretamente de Lênin, mas “[...] é razoável pensar que a

²⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2004. SOARES, Rosimery Dore. *Gramsci, o estado e a escola: a concepção gramsciana do estado e o debate sobre a escola*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

transmissão para Gramsci da noção de hegemonia do cenário russo para o cenário italiano do movimento socialista foi feita por estes documentos seguidos do Comintern”. Nesses documentos externos da Internacional comunista podemos encontrar afirmações que nos possibilitam pensar que Gramsci desenvolveu seu conceito de hegemonia a partir das experiências do socialismo russo:

Nos dois primeiros congressos da Terceira Internacional, ela adotou uma série de teses nas quais pela primeira vez se internacionalizava o conceito de hegemonia utilizado pelos russos. O dever do proletariado era o de exercer uma hegemonia sobre os outros grupos explorados que eram suas classes aliadas na luta contra o capitalismo [...] (ANDERSON, 2002, p. 30).

Embora tenhamos citado anteriormente influências teóricas sobre Gramsci, no que se refere ao seu conceito de hegemonia, não é nossa intenção aqui travar um debate sobre esta questão²⁶. Para nós nos basta compreender a base marxista deste conceito, haja vista que é este que nos possibilita melhor refletir sobre a questão do partido como agente educativo.

De acordo com o pensamento marxiano, “[...] a questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas *prática*. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade [...]” (MARX e ENGELS, 1996, p. 12). Concordando com este enunciado de Marx, o que nos propomos então é entender o conceito de hegemonia em Gramsci a partir de sua atuação junto ao partido político, ou seja, enquanto práxis revolucionária, haja vista que, “[...] se se considerar o conjunto da vida e do pensamento de Gramsci [...], só se pode chegar à conclusão de que Gramsci era um revolucionário, não um revisionista” (GERMINO, In: COUTINHO e TEIXEIRA, 2003, p. 132). Cabe ainda acrescentar que Gramsci foi, sem dúvida, um revolucionário. Com esta afirmação não queremos cair no reducionismo

²⁶ Uma boa discussão sobre isto pode ser encontrada em: GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978; e em: DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000. Estas duas obras, embora discutam o mesmo tema, nos apresentam uma interpretação diferenciada. Enquanto Gruppi busca demonstrar a ligação do conceito gramsciano de hegemonia com Lênin, Dias enfatiza a construção desse conceito enquanto portador de uma originalidade do próprio Gramsci. Com isto não estamos dizendo que as duas obras sejam antagônicas, mas que se propõem a um objeto investigativo diferenciado e que, embora com divergências, podem nos proporcionar uma boa compreensão dessa polêmica.

teórico, mas optar por uma corrente de investigação que entendemos ser a que mais se aproxima de uma verdade objetiva do pensamento gramsciano, por esta levar em consideração o conjunto de seu pensamento e compreender esta totalidade enquanto projeto de sociedade, que é a base de toda teoria gramsciana.

Segundo Gruppi, “[...] Gramsci – quando fala de hegemonia – refere-se por vezes à capacidade dirigente, enquanto outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e à dominação” (GRUPPI, 1978, p. 11). Esta forma de Gramsci trabalhar com o conceito de hegemonia pode nos parecer um tanto quanto confusa, haja vista que utiliza o mesmo termo em determinados momentos com significados diferentes. Há que se considerar, contudo, que os conceitos não são a-históricos e, em se tratando das condições históricas vividas por Gramsci, podem-se compreender as limitações ou aparentes contradições presentes em alguns de seus conceitos. Segundo Anderson, “[...] nenhuma obra marxista é tão difícil de ler de forma sistemática e rigorosa, em razão das condições particulares nas quais ela foi elaborada” (ANDERSON, 2002, p. 15).

Apesar destas dificuldades, pensamos ser possível uma compreensão objetiva do conceito de hegemonia para Gramsci. Conforme já salientamos, esse termo está espalhado por seus escritos, não como explicações de si mesmo, mas em decorrência de reflexões ligadas aos acontecimentos políticos de seu período histórico. Para se compreender o significado dado por Gramsci ao termo hegemonia é preciso, portanto, compreender o contexto em que ele o utiliza. Como contexto estamos aqui entendendo não as variações cotidianas dos acontecimentos, mas a dinâmica da conjuntura política e econômica da sociedade. A partir deste entendimento podemos, então, afirmar que Gramsci teoriza sobre dois grandes momentos da história mundial que, por sua vez, se fazem presentes na história italiana.

O primeiro momento histórico diz respeito ao período de efervescência do movimento operário que consegue organizar suas lutas em diversos países e chegar ao poder nacional²⁷ pela primeira vez na história. O marco inicial

²⁷ Cabe lembrar que em 1871, os operários de Paris tomaram o poder e governaram a cidade por 72 dias, na chamada Comuna de Paris. Contudo, a inexistência de uma organização partidária em nível nacional na França impossibilitou a expansão do movimento para todo o país. No caso da Rússia isto foi

deste período é a revolução socialista de outubro de 1917 na Rússia. Após esse acontecimento, que derrotou, na prática, a visão mecanicista do marxismo, segundo a qual não havia condições objetivas para a revolução proletária sem o desenvolvimento anterior da revolução burguesa, o movimento operário mundial se agitou. Na Itália, Gramsci, juntamente com outros membros do PSI, passa a defender a ação ofensiva do partido em direção à revolução:

O partido deve lançar um manifesto no qual a conquista revolucionária do poder político seja colocada de modo explícito, no qual o proletariado industrial e agrícola seja convidado a se preparar e se armar e no qual sejam indicados os elementos das soluções comunistas para os problemas atuais, ou seja, controle proletário sobre a produção e a distribuição, desarmamento dos corpos mercenários armados, controle dos municípios exercido pelas organizações operárias (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 360-361).

Esta constatação não foi feita de forma espontânea, mas com base na observação empírica da organização do movimento operário na Itália, especificamente em Turim. As greves ocorridas em 1919/20 demonstravam um grau elevado de organização dos operários que, através dos conselhos de fábrica, ocupavam e passavam a dirigir diversas fábricas, como o órgão de representatividade legítima do proletariado.

Estes acontecimentos levam Gramsci a considerar os conselhos de fábrica da mesma forma que Lênin considerou os sovietes na Rússia pré-revolução socialista. Quando Lênin, em 1917, afirma que os sovietes são organizações com as quais o partido deve ter relações diretas, certamente tem a clareza de que o partido não conseguiria atingir a massa que os sovietes conseguiam, por isso seu lema *Todo poder aos sovietes*. Gramsci terá a mesma compreensão com relação aos conselhos de fábrica, afirmando que eles demonstram capacidade de dirigir a massa e que o partido deve, então, estar junto a esses conselhos, visto que os militantes alcançados pelas organizações dos conselhos de fábrica são um número muito maior do que os militantes do Partido Socialista.

possível, haja vista a trajetória partidária existente ali desde 1898, quando se fundou o POSDR (Partido Socialista Social Democrata Russo).

A partir desse entendimento, a questão que se coloca ao partido socialista é: – Como estreitar as relações políticas com os conselhos de fábrica? Na visão de Gramsci e do grupo da *Ordine Nuovo*, seria necessário intensificar as ocupações de fábrica. O papel do partido então seria o de educar para a radicalização desse processo através de uma formação teórica e do convencimento político dos conselhos, levando sempre em conta essa experiência concreta surgida dos próprios operários e não transformando os conselhos em apêndice do partido.

Esta não era, contudo, naquele momento, a preocupação do PSI, que, guiado pela orientação reformista da II Internacional,

[...] move-se, e não pode deixar de fazê-lo, preguiçosa e tardiamente: expõe-se continuamente ao perigo de transformar-se em objeto de conquistas de aventureiros, de carreiristas, de ambiciosos. Por causa de sua heterogeneidade, nos inumeráveis atritos de suas engrenagens, não está nunca em condições de assumir o peso e a responsabilidade das iniciativas e das ações revolucionárias, que os eventos incessantemente colocam diante dele (GRAMSCI apud GRUPPI, 1978, p. 56).

Diante de tal constatação, em 1919, Gramsci, juntamente com outros militantes do PSI, dentre eles Tasca, Togliatti e Terracini, iniciaram um debate interno no partido, tendo, como principal instrumento da divulgação de suas ideias, a revista criada por eles denominada *Ordine Nuovo*. A interpretação dada por esse grupo, em especial por Gramsci, sobre o caminho revolucionário na Itália, divergia daquele pelo qual trilhava o PSI. Essa visão do *Ordine Nuovo* era fruto da experiência concreta da revolução bolchevique na Rússia.

Os textos publicados nessa revista, especialmente os de Gramsci, buscam educar e convencer os militantes da necessidade da ação revolucionária já a partir do momento histórico que estavam vivendo. Por isso vai buscar, nas organizações de trabalhadores já existentes na Itália, os embriões por onde deve começar o processo de elaboração de um pensamento revolucionário que tencione a luta de classes para a tomada do poder.

Gramsci inventa os Sovietes italianos procurando-os no movimento real, naquilo que já existe, isto é, nas Comissões Internas, que devem ser desenvolvidas e transformadas em

organizações com um poder e com uma capacidade representativa muito maior (GRUPPI, 1980, p. 74).

Apesar do esforço de Gramsci e do grupo de *Ordine Nuovo* em convencer o partido a assumir a direção do movimento grevista turinês encaminhando-o para um processo radical que desembocaria na revolução proletária, isto não ocorreu. “O PSI deveria ter sido consciente de sua máxima e mais imediata tarefa histórica, ou seja, o Estado operário, a de criar e organizar as condições ‘políticas’ para a criação do novo Estado” (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 250). Isto, no entanto, não ocorreu, dada sua análise mecanicista do desenvolvimento histórico.

Como resultado dessa análise do PSI, o “fracasso” das greves, enquanto potencial revolucionário, foi inevitável, o que leva Gramsci e o grupo da *Ordine Nuovo* a iniciarem definitivamente o processo de rompimento com o partido. Em janeiro de 1921 será criado, então, o PCI e, dessa forma, teremos o início de um novo momento histórico na construção ou na reconstrução do movimento operário italiano, a partir de uma perspectiva revolucionária.

A partir de então poderemos observar um segundo momento histórico sobre o qual Gramsci irá teorizar, momento esse em que, diante da impossibilidade da tomada imediata do poder, porém com a convicção da via revolucionária para tal, aprofunda sua reflexão sobre o papel e o caráter do partido neste contexto. Diante disso levanta então os problemas centrais que, a seu ver, devem ser resolvidos, para o avanço do processo revolucionário. Para Gramsci são

[...] problemas fundamentais que a organização política do proletariado tem de resolver para cumprir suas tarefas: em primeiro lugar, o problema da “opção de classe” e da forma organizativa a ela adequada; em segundo, o problema do programa do Partido, de sua ideologia; e, finalmente, os problemas de estratégia e de tática, cuja resolução leva a agrupar em torno do proletariado as forças que lhe são naturalmente aliadas na luta contra o Estado e a orientá-lo no sentido da conquista do poder (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 321).

Diante da impossibilidade da revolução imediata, Gramsci coloca então ao partido o desafio de se preocupar, mais enfaticamente, com a necessidade

de construir, antes da revolução, uma “ideologia proletária” capaz de se contrapor à “ideologia burguesa”²⁸ e avançar no processo revolucionário.

A necessidade de fortalecer o partido como agente educativo para que consiga dar formação às massas passa a ter prioridade para Gramsci. Ele, que via a possibilidade da tomada imediata do poder através da ação do partido nos conselhos de fábrica, observa depois que a situação se complexifica. Isto coloca para Gramsci a necessidade de aprofundar o estudo sobre as diferenças entre o capitalismo russo e o capitalismo ocidental, e a revolução passa então a ser o horizonte histórico e sua preparação deve ser a preocupação imediata do partido:

A determinação, que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complica-se na Europa Central e Ocidental em função de todas estas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo; torna mais lenta e mais prudente a ação das massas e, portanto, requer do partido revolucionário toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que aquelas que foram necessárias aos bolcheviques no período entre março e novembro de 1917 (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 183-184).

O que percebemos nesta afirmação de Gramsci é que, ao buscar explicações para o fracasso da revolução socialista na Itália e em outros países do Ocidente, este se depara com uma sociedade diferenciada da Rússia. A partir disto, ele se dedicará ao estudo profundo das organizações sociais da Itália, percebendo que o processo revolucionário seria bem mais complexo ali do que o foi na Rússia. A partir desta constatação é que Gramsci irá desenvolver sua teoria da revolução, centralizando seus estudos nas organizações sociais daquele período que dava sustentação ao Estado burguês na Itália.

Esses são, a nosso ver, os dois contextos fundamentais em que Gramsci desenvolve sua teoria política e, conseqüentemente, seu conceito de

²⁸ Para Marx, ideologia é uma falsa consciência imposta pela classe dominante sobre a classe dominada. Em Gramsci, esse conceito ganha uma dimensão mais ampla, passando a ser compreendido como o conjunto de idéias de uma classe. Neste sentido é que defende a construção dessa nova visão de mundo, a visão proletária, enquanto ideologia a ser construída por dentro da visão de mundo burguesa dominante. No Estado burguês, as ideias dominantes são as idéias burguesas, contudo é possível e necessária a construção de ideias que se contraponham às ideias dominantes. Gramsci vê o partido político como o construtor dessa nova ideologia proletária que estará em constante disputa com a ideologia burguesa.

hegemonia. Pensamos ser importante ressaltar esta questão contextual para afastar a possibilidade de uma divisão brusca entre o pensamento gramsciano antes e depois da prisão:

Contrariamente a numerosos intérpretes que insistiram na descontinuidade existente entre o Gramsci dirigente político dos anos de 1923-1926 (para não falar de *Ordine Nuovo...*), [...] e o Gramsci dos *Cadernos do Cárcere*, parece-nos pelo contrário que o trabalho da prisão tem sua origem profunda na “grande reviravolta” do ano de 1923, na reflexão política autocrítica que ele inicia (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 243).

Esta constatação nos permite afirmar que o repensar de uma teoria política, uma teoria que desse conta de explicar a realidade para transformá-la, não significa o abandono dos princípios desta teoria. Ao contrário, faz parte da própria teoria marxista, à qual Gramsci estava ligado, compreender a dinâmica da sociedade em seus aspectos estruturais e conjunturais. O que estamos afirmando é que a conjuntura política vivida por Gramsci na realidade italiana, a partir de 1920, ao diferir-se da conjuntura russa de 1917 e da própria Itália de 1919, é que forneceu elementos que lhe possibilitaram pensar uma nova tática para a revolução, em especial nos países do Ocidente. Neste contexto é que podemos então ver como o conceito de hegemonia vai ganhando espaço nas reflexões de Gramsci.

Segundo Gruppi, “Antonio Gramsci, sem nenhuma dúvida, foi o teórico marxista que mais insistiu sobre o conceito de *hegemonia*” (GRUPPI, 1978, p.1), isto, conforme frisamos anteriormente, porque o momento histórico o exigia. Embora tenha sido o mais insistente neste conceito, não se preocupou, contudo, em fazer nenhum tratado específico sobre o que entendia por hegemonia. Por isto, para compreendermos o destaque dado por Gramsci à questão da hegemonia, temos que pensá-la sempre em relação com outras abordagens discutidas por ele:

O desenvolvimento do conceito de hegemonia, por parte de Gramsci, sempre ocorre em conexão com o seu tratamento dos temas e fenômenos cada vez mais diversos que ele se esforça para analisar, no seu campo de pesquisas sempre em expansão (BUTTIGIEG In: COUTINHO e TEIXEIRA, 2003, p. 40-41).

Em nosso caso, daremos ênfase à relação deste conceito com o partido político e sua ação em direção à revolução proletária.

Concordamos com Gruppi quando este defende que o conceito de hegemonia gramsciano foi tomado diretamente de Lênin (1978, p. 1). Entretanto, cabe salientar que aqui estamos buscando entender esse conceito relacionado ao partido político e isto é que nos faz compartilhar com Gruppi a interpretação da relação de Lênin com Gramsci²⁹. Segundo Gruppi, o termo hegemonia foi utilizado por Lênin pela primeira vez em 1905. Lênin “[...] o usou [o termo hegemonia] em 1905 justamente para indicar a função dirigente da classe operária na revolução democrático-burguesa” (GRUPPI, 1980, p. 78).

Posteriormente, com a radicalização do movimento operário russo, culminando com a revolução de 1917, Lênin se aprofundará na questão da *ditadura do proletariado*, o que tem permitido interpretar Lênin como o defensor da ditadura do proletariado, em contraposição à Gramsci, este na defesa da hegemonia.

Em nosso entendimento esses dois conceitos não são antagônicos, pois, embora ditadura do proletariado e hegemonia não sejam sinônimos, eles estão umbilicalmente ligadas um ao outro, portanto não se contradizem, mas são complementares, fazem parte de um mesmo todo: “[...] Lênin escreve [sobre a vitória na guerra civil na Rússia]: a ditadura do proletariado venceu porque soube combinar os dois elementos, coerção e persuasão” (GRUPPI, 1980, p. 66).

Na mesma direção trilhará Gramsci, ao afirmar que

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso

²⁹ Perry Anderson polemiza sobre os limites do conceito de hegemonia em Gramsci. Apresenta algumas contradições nos textos de Gramsci no que toca a esse conceito. Segundo ele, há pelo menos três versões do conceito de hegemonia nos escritos de Gramsci: “Na primeira, com efeito, Gramsci opõe a hegemonia à sociedade política, enquanto na segunda o próprio Estado se torna um aparelho de hegemonia. Em uma terceira versão, a distinção entre sociedade civil e sociedade política desaparece totalmente: tanto o consentimento como a coerção tornam-se extensões do Estado” (ANDERSON, 2002, p. 36-37). Conforme afirmamos no texto acima, pretendemos aqui focalizar a relação da hegemonia com o partido político, por isso não entraremos nesta discussão, contudo, achamos pertinente que se leve isto em consideração ao se falar de hegemonia em Gramsci. Para uma maior compreensão sobre esta questão, ver: ANDERSON. As antinomias de Gramsci. In: ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p.15-100.

da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2007, v. 3, p. 95).

Nesta afirmação, feita já no cárcere, Gramsci nos apresenta uma noção mais clara sobre a questão da hegemonia. Contribuiu, para esta análise, o recuo do movimento operário que, ao contrário do que se previa no final da década de 1910, não conseguiu vitórias no campo das lutas pela revolução socialista nos países capitalistas desenvolvidos como Alemanha, França, Inglaterra e a própria Itália. Diante dessa realidade, em que a perspectiva da revolução imediata, aqui entendida como sinônimo de insurreição, parecia ter se distanciado do presente, a questão da hegemonia ganha então centralidade nas reflexões de Gramsci.

A prioridade dada por Gramsci à questão da hegemonia em detrimento da questão da ditadura do proletariado não significa a substituição desta por aquela. No entendimento de Gramsci, a ditadura do proletariado é parte constitutiva da hegemonia, sendo necessária para garantir ao proletariado sua permanência no poder estatal, até que este possa ser definitivamente abolido. Contudo, não deixa de chamar a atenção para a combinação das duas faces da hegemonia: o consenso e a força. Se, por um lado, ele não identifica a hegemonia com a ditadura de uma classe, haja vista que esta lança mão mais da força que do consenso, por outro, tampouco as coloca como antagônicas, pois não nega a necessária utilização da força para se governar.

A trilhar por este raciocínio, podemos então afirmar que não há divergências entre Gramsci, quando este faz a defesa da hegemonia, e Lênin, quando este defende a ditadura do proletariado. Isto assim deve ser entendido porque, em contextos diferenciados, a utilização de um destes dois elementos (consenso e força) pode se sobressair ao outro, ou seja, tanto a ditadura do proletariado quanto a hegemonia utilizam-se simultaneamente do consenso e da força, contudo no primeiro caso é a força que se sobressai enquanto que no segundo é o consenso.

Não podemos delegar, contudo, exclusivamente a Gramsci a utilização da hegemonia, tampouco a Lênin a utilização da ditadura do proletariado. Conforme já salientamos anteriormente, estamos entendendo que este desenvolve seu conceito de hegemonia a partir dos fundamentos colocados por

Lênin e a aparente divergência colocada entre eles não passa de análises de conjunturas políticas diferenciadas. É claro que a questão da hegemonia, embora seja também central para Lênin, não se encontra tão aprofundada por ele quanto o faz Gramsci, o que não quer dizer que isto seja de menor importância para Lênin do que para Gramsci. A conjuntura histórica da realidade imediata vivida por Lênin, no final da década de 10 do século XX, exigiu dele prioridade para outras questões, em especial para a questão da ditadura do proletariado³⁰. Por isso, embora tenha trabalhado com o conceito de hegemonia, acaba por não se prender em uma análise mais sistemática sobre ele.

Não é incomum, nos escritos de Lênin, encontrarmos a defesa da revolução socialista passando, necessariamente, pela construção da hegemonia proletária. Na passagem abaixo isto pode ser notado explicitamente:

Para tomar o poder, os operários conscientes devem conquistar a maioria. Enquanto nenhuma violência for exercida sobre as massas, não há outro caminho para se chegar ao poder. Não somos blanquistas partidários da tomada do poder por uma minoria. Somos marxistas, partidários da luta de classe proletária; somos contra os arrebatamentos pequenos-burgueses, contra o chauvinismo radical, contra a fraseologia, contra a dependência em relação à burguesia (LÊNIN, 1978, p. 51).

Da mesma forma, podemos encontrar em Gramsci, em determinados momentos, a defesa mais enfática da utilização da força em detrimento do consenso. Ao discutir sobre a defesa do programa do partido (PCI), afirma que “A ditadura do Partido Comunista não espanta as massas, já que estas compreendem que tal terrível ditadura é a maior garantia de sua liberdade, a maior garantia contra as traições e os enganos” (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 96). Também, na questão das táticas para a atuação do partido, Gramsci não descarta, de forma alguma, a utilização da violência, conforme podemos observar no trecho abaixo.

A situação é “democrática” porque as grandes massas

³⁰ Para um entendimento mais profundo desta questão, consultar: LENINE, V.I. A revolução proletária e o renegado Kautsky. In: LENINE, V.I. *Obras escolhidas*. Vol. 3. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

trabalhadoras estão desorganizadas, dispersas, pulverizadas no povo indiferenciado. [...] Isso, naturalmente, não exclui – muito pelo contrário – que lutas cruentas possam ocorrer e que nosso Partido deve preparar-se imediatamente para elas e estar pronto para enfrentá-las (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 274-275).

Hegemonia, para Gramsci, portanto, não significa o abandono da luta violenta, colocando em seu lugar o convencimento, mas, o equilíbrio entre as duas coisas: coerção e consenso.

Nesta perspectiva, então, o partido revolucionário deve assumir, prioritariamente, o papel de construtor da hegemonia proletária, antes da tomada do poder, aliás, isto seria uma das condições necessárias para uma vitória da revolução. Segundo Gramsci,

Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2002, v. 5, p. 62-63).

Estes dois elementos apontados por Gramsci, domínio e direção, que nada mais são do que, respectivamente, força e consenso, devem ser constantemente avaliados no interior do “grupo social”. Tal grupo social pode ser entendido como um partido político, na medida em que pensa um projeto de sociedade e busca convencer e dar direção à massa com o objetivo de realizar tal projeto.

Em 1926, antes de sua prisão, também podemos encontrar no texto *A situação italiana e as tarefas do PCI*, uma passagem que deixa clara a defesa do partido como construtor da hegemonia proletária.

[...] a capacidade de dirigir a classe decorre não do fato de que o Partido se “proclame” o órgão revolucionário desta classe, mas do fato de que ele “efetivamente” se revele capaz – enquanto parte da classe operária – de se ligar a todos os seguimentos de tal classe e de imprimir à massa um movimento na direção desejada e que encontre respaldo nas condições objetivas. Somente em consequência de sua ação entre as massas é que o Partido poderá fazer com que essas o reconheçam como “seu” partido (conquista da maioria); e somente quando tal condição se efetivar é que o Partido pode presumir que está sendo seguido pela classe operária (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 356).

Como se vê, a função do partido proletário, para Gramsci, tem uma tarefa muito mais complexa do que apenas pensar formas de ação política para governar. Além da capacidade de convencimento de seus militantes e da agilidade para fazer alianças sem perder sua identidade, a ação deste partido deve ser a de construir, mesmo antes da existência de uma situação revolucionária, um pensamento hegemônico entre as classes potencialmente revolucionárias. Segundo Gruppi,

É necessário então todo um processo afim de que as classes subordinadas fiquem autônomas, se dêem um partido, uma linha política, uma concepção cultural. Então conquistada esta autonomia, lutam para ficar hegemônicas, dirigentes. Elas podem ficar hegemônicas ainda antes da conquista do poder, isto é, podem difundir em toda a sociedade sua própria concepção não só política, mas cultural. A hegemonia se conquista antes da conquista do poder, e é uma condição essencial da conquista do poder (GRUPPI, 1980, p. 82).

Após todas estas considerações, podemos então buscar os elementos centrais elencados de Gramsci que nos possibilitam compreender seu conceito de hegemonia e o papel que o partido deve assumir nesta questão. Cabe aqui ressaltar que tal questão “[...] nunca toma a forma de uma abstrata, sistemática e abrangente exposição teórica do conceito de hegemonia enquanto tal” (BUTTIGIEG In: COUTINHO e TEIXEIRA, 2004, p. 40). Ao longo dos escritos de Gramsci, pensamos, contudo, ser possível encontrar elementos que nos possibilitem uma compreensão geral de seu conceito de hegemonia.

O conceito de hegemonia, conforme já demonstramos anteriormente, não foi uma criação do próprio Gramsci, entretanto também não podemos negar que este apresenta certa originalidade. Destacaremos aqui três elementos que julgamos essenciais para a compreensão desta questão: a hegemonia enquanto sobreposição ideológica de um grupo a outro, hegemonia enquanto alianças de classes e a hegemonia enquanto combinação do consenso e da força.

Estas três definições de hegemonia, se tomadas descoladas de seu contexto, podem nos soar como uma falta de clareza do autor quanto a sua concepção de tal conceito. Por outro lado, se o historicizarmos, podemos obter uma melhor compreensão desta aparente dicotomia. Segundo Fontana, Gramsci utiliza o termo hegemonia em dois momentos históricos diferenciados:

Num primeiro, depois da derrota do movimento proletário que não conseguiu tomar o poder (1919-1920), portanto “[...] foi um modo de explicar a derrota”, e depois na reconstrução da “luta pelo poder” (FONTANA In: COUTINHO e TEIXEIRA, 2004, p. 114).

Também Buttigieg afirma que não é possível encontrar em Gramsci “[...] uma teoria ou conceito [de hegemonia] pronto e acabado, com o qual se pode explicar os fenômenos históricos ou políticos” (BUTTIGIEG In: COUTINHO e TEIXEIRA, 2004, p. 40). Assim, para se compreender esse conceito se faz necessária também a compreensão dos momentos históricos sobre os quais Gramsci falava, uma vez que “[...] é a análise de fenômenos específicos que leva Gramsci a considerar o emprego do termo ‘hegemonia’ num sentido bastante diferente” (BUTTIGIEG In: COUTINHO e TEIXEIRA, 2004, p. 40).

Diante do exposto, podemos inferir que a hegemonia, para Gramsci, deve ser compreendida a partir de sua concepção geral de sociedade e de sua atuação junto ao partido político como instrumento da revolução socialista na Itália, sem o qual o partido jamais conseguiria êxito em sua tarefa de construção da nova sociedade. Os três elementos destacados anteriormente passam a fazer parte de um todo no interior do partido, uma vez que, como já afirmamos anteriormente, para Gramsci o partido pode e deve tornar-se dirigente mesmo antes de ser dominante. “[...] depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2002, v. 5, p. 62-63).

A partir desse desafio colocado por Gramsci ao partido, o conceito de hegemonia se torna central, haja vista a necessidade de formar no proletariado um mínimo de consciência de classe que se contraponha à consciência burguesa que é dominante na sociedade capitalista.

Quem detém, portanto, a hegemonia na sociedade capitalista é a classe burguesa e esta lança mão de inúmeros mecanismos (escolas, jornais, igrejas, associações, clubes, etc.) que garantem a difusão de sua visão de mundo como a correta e única. A contrapartida a esta visão deve ser feita pelo partido proletário que, nos países ocidentais, deveria centrar seu papel muito mais na construção dessa nova concepção de mundo, do que na prática revolucionária imediata.

É assim que avança uma nova hegemonia, antes mesmo que a classe que a expressa se torne dominante, quando ela ainda está na oposição e luta pela conquista do poder. Mas, já antes da conquista do poder, a classe que está na oposição difunde suas próprias concepções e põe em crise a ideologia dominante (GRUPPI, 1978, p. 90-91).

Neste caso, o conceito de hegemonia liga-se à questão da sobreposição ideológica de um grupo a outro, isto é, da classe proletária à classe burguesa. Para tanto, a atuação do partido deve ser de construtor da hegemonia proletária, ao mesmo tempo em que combate a hegemonia burguesa, ou seja, o partido deve assumir seu papel de educador, garantindo às massas a possibilidade de se apropriar de uma nova visão de mundo. Embora não seja

[...] possível propor, antes da conquista do Estado, a modificação completa da consciência de toda a classe operária; isso seria utópico, já que a consciência da classe enquanto tal só se modificará quando o modo de viver da própria classe também se modificar, ou seja, quando o proletariado se transformar em classe dominante, quando tiver à sua disposição o aparelho de produção e de troca e o poder estatal. Mas o Partido pode e deve, em seu conjunto, representar esta consciência superior; de resto, se não fizer isso, não estará à frente das massas, mas em sua retaguarda; não as dirigirá, mas será arrastado por elas. Por isso, o Partido deve assimilar o marxismo – e deve assimilá-lo em sua forma atual, ou seja, como leninismo (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 294).

Nesta passagem podemos notar a preocupação de Gramsci com a formação ideológico-educativa do partido e, conseqüentemente, com a propagação dessa ideologia proletária para toda a massa trabalhadora. Este é mais um aspecto do conceito de hegemonia que já fora objeto de preocupação para Gramsci desde seus escritos jornalísticos anteriores ao cárcere. Isso reforça nossa afirmação inicial de que não há como separar o pensamento gramsciano do cárcere de sua visão política de militante partidário nas décadas de 1910 e início da de 1920.

Em decorrência dessa necessidade de lutar pela hegemonia entre as massas, mesmo antes da conquista do Estado, podemos observar também um outro elemento presente no conceito gramsciano de hegemonia, ou seja, a questão das alianças do proletariado com outras classes, em especial com os camponeses.

O Partido Comunista tampouco pode fechar suas portas aos camponeses: ao contrário, deve ter camponeses em seu interior e valer-se deles para estreitar o vínculo político entre o proletariado e as classes rurais. Mas deve rechaçar energicamente, como contra-revolucionária, qualquer concessão que transforma o Partido numa “síntese” de elementos heterogêneos, em vez de afirmar, sem concessões deste tipo, que ele é uma parte do proletariado, que a marca da organização que lhe é própria deve ser dada pelo proletariado e que nele deve ser garantida ao proletariado uma função dirigente (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 350).

Neste caso então a hegemonia pode ser entendida como a capacidade de um grupo (proletariado, representado pelo PCI) se manter dirigente dentro de um leque de alianças com outros grupos que possam ter diferentes visões da mesma realidade – neste caso específico, Gramsci reportava-se aos camponeses do sul da Itália.

Quando Gramsci desenvolve a questão das alianças como mais um aspecto do conceito de hegemonia, está ele partindo de uma realidade concreta de seu país, que possuía realidades econômicas e sociais bastante diversas entre o norte e o sul. Sua defesa é, portanto, a da unificação da luta do proletariado de Turim com a dos camponeses de regiões ainda não industrializadas da Itália. Segundo ele, “A revolução apresenta-se [naquele momento] praticamente como hegemonia do proletariado que guia seu aliado: a classe camponesa³¹”. (Ordine Nuovo, 1º de novembro de 1924 apud BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 231).

Gramsci não descarta as alianças com outras classes, como a pequena ou a média burguesia, por exemplo, contudo deixa bem claro, no que diz respeito ao objetivo dessas alianças, que elas deveriam ser táticas e jamais substitutas da luta revolucionária. No texto abaixo podemos notar sua preocupação com essa questão, ao falar sobre a aliança operário-camponesa.

[...] a realização de tal fórmula (governo operário e camponês) só pode ser concebida pelo Partido como início de uma luta revolucionária direta, ou seja, da guerra civil travada pelo proletariado, em aliança com os camponeses, para a conquista do poder. O Partido poderia ser levado a graves desvios de sua tarefa de guia da revolução se interpretasse o “governo

³¹ Sobre esta afirmação, ver, com maiores esclarecimentos, a carta escrita por Gramsci aos seus companheiros do PCI em 1º de março de 1924. GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos* vol. 2. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.188-199.

operário e camponês” como algo correspondente a uma fase real do desenvolvimento da luta pelo poder, ou seja, se considerasse que esta palavra de ordem indica a possibilidade de que o problema do Estado possa ser resolvido, no interesse da classe operária, de outro modo que não através da ditadura do proletariado (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 366-367).

Neste caso, a hegemonia aparece não só como direção, mas também como domínio dos demais grupos com os quais o proletariado se aliou. O proletariado, portanto, ao fazer essas alianças táticas, não pode abrir mão da direção, caso contrário seria melhor não fazê-las. Isto assim é porque a finalidade dessas alianças deve estar diretamente ligada à possibilidade de instauração da ditadura do proletariado e jamais ser causa de retrocesso para a luta revolucionária. Também nesta questão notamos que o partido é o interlocutor entre as classes, ou seja,

O Partido é a forma organizativa superior. [...] O Partido Comunista é essencialmente o partido do proletariado revolucionário, isto é, dos operários ligados à grande indústria urbana; mas ele não pode atingir seu objetivo sem o apoio e o consenso de outras camadas, ou seja, dos camponeses e do proletariado intelectual (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 55).

Por último destacamos, então, a hegemonia enquanto combinação do consenso e da força. Esta questão nos parece ser a mais singular no conceito de hegemonia gramsciano, isto porque a busca da combinação entre esses dois elementos é uma preocupação constante no decorrer dos escritos de Gramsci. Não estamos afirmando que a questão da força e do consenso substitua as questões da ideologia e da aliança de classes, que também são parte do conceito de hegemonia, no entanto nos parece que são questões que outros autores, como Lênin, por exemplo, já haviam explorado. No caso da combinação da força e do consenso, enquanto elemento constitutivo da hegemonia, coube a Gramsci explorar e definir melhor o assunto. Para Gramsci, era central ter a compreensão adequada da questão do domínio (força) e da direção (consenso), e, segundo ele,

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que

visa a 'liquidar' ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. (GRAMSCI, 2002, v. 5, p. 62-).

Daqui podemos inferir que, no entendimento de Gramsci, força e consenso fazem parte tanto da luta dos grupos políticos que querem se manter no poder, quanto dos que buscam conquistar o poder. O grupo dominante, embora tenha a seu lado a legalidade da utilização da força, não pode utilizá-la o tempo todo e de forma indiscriminada, pois isto poderia lhe causar o descontentamento de um grande número de pessoas, ameaçando seu poder. Por isso lança mão também do consenso, através da difusão de sua visão de mundo como sendo a visão de todos.

Ao grupo dominado, uma vez que não tem o direito legal de utilizar-se da força, deverá disputar a dominação no campo ideológico, buscando a legitimidade de utilizar-se dela, nos momentos necessários, isto é, dependendo do estágio em que se encontra a luta e a consciência dessa classe.

Dado este condicionante posto para a classe dominada é que o consenso acaba por se sobrepor à força, às vezes dando a impressão de que pode substituí-la e o conceito de hegemonia acaba por ser reduzido ao consenso. Se, contudo, concebermos o consenso como parte integrante e necessária da luta de classes, como nos aponta Gramsci, notaremos a falibilidade dessa redução do conceito de hegemonia. Para além do puro e do simples domínio ideológico, “[...] a hegemonia do proletariado representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e, também, de uma nova orientação ideológica e cultural” (GRUPPI, 1978, p. 2).

A efetivação desse processo, sem dúvida, deve passar pelo consenso, mas sem abrir mão do uso da força, uma vez que a finalidade da classe dominada não é apenas ser dirigente, mas também dominante, isto é, *tornar-se Estado*, antes mesmo de tomar o Estado. Para isto, afirma Gramsci, “[...] é preciso organizar as grandes massas e tornar-se um grande partido, o único partido no qual a população trabalhadora veja a expressão de sua vontade política, a trincheira de seus interesses históricos imediatos e permanentes” (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 278). Assim, podemos afirmar que o partido é, para Gramsci, antes de tudo, o grande educador de massas, no sentido de garantir aos trabalhadores uma visão de mundo que possibilite o engajamento na

defesa de um novo projeto de sociedade, isto é, de construir a hegemonia proletária.

O partido deve assumir a perspectiva da construção de uma visão de mundo, nova e total, que, desconstruindo a anterior, se coloque como o horizonte no qual a nova racionalidade possa instalar-se. Deve colocar-se como referência para a totalidade social e apresentar, forma laica e imanente, como projeto de universalidade, ocupando o espaço anteriormente centralizado pela religião (DIAS In: DIAS, 1996, p. 11).

Como se vê, o conceito de hegemonia para Gramsci não é puro e simplesmente a conquista ideológica da maioria, se assim o fosse, não haveria diferença entre este e os liberais que defendem a democracia burguesa. Embora esta conquista seja parte do processo de construção da hegemonia, não são sinônimos, pois a hegemonia vai além disso, visto que pensa o processo em sua totalidade com o objetivo bem definido de tomada do poder pela classe dominada. Assim, a revolução é pensada enquanto processo que se inicia no interior da sociedade capitalista e continua após a derrubada deste modo de produção, combinando conquista ideológica com conquista político-econômica.

Esta questão é constante para Gramsci. Desde seus escritos anteriores ao cárcere podemos encontrar diversas passagens que exteriorizam sua preocupação com a formação política e técnica do proletariado para que estejam preparados para assumir o poder no momento que se fizer necessário. Segundo ele, é papel do partido proporcionar permanentemente essa formação para a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que os trabalhadores devem também atuar educativamente no partido.

Não pode haver governo operário se a classe operária não for capaz de se tornar, em sua totalidade, o poder executivo do Estado operário. As leis do Estado operário devem ser postas em execução pelos próprios operários: somente assim o Estado operário não corre o risco de cair em mãos de aventureiros e politiquês, de se tornar uma contrafação do Estado burguês. Por isso a classe operária deve se preparar, deve se educar para a gestão social, deve adquirir a cultura e a psicologia de uma classe dominante; e deve fazer isto com seus próprios meios e seus sistemas, com os comícios, com os congressos, com as discussões, com a educação recíproca (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 333).

Diante do exposto, podemos, então, afirmar que o conceito de hegemonia, em Gramsci, não é unívoco. Ao contrário, é utilizado em diversos momentos de seus escritos com significados diversos. Esta aparente confusão conceitual, pensamos, contudo, ser ela resultado da historicidade de seu pensamento, além das condições carcerárias sob as quais escreveu. Seu pensamento está sempre ligado às questões práticas postas no desenvolvimento histórico, em especial da sociedade italiana em comparação com a sociedade socialista da Rússia, mas, também, com as diferenças entre o bloco de países, denominados por ele de *ocidentais* e *orientais*.

Apesar disto, pensamos ser possível afirmar que, seja qual for o estágio de desenvolvimento político da sociedade capitalista, a questão da hegemonia se faz presente. Isso ocorre porque a força e o consenso são instrumentos necessários para a dominação. Mesmo que, por vezes, um se sobreponha ao outro, eles caminham juntos. Neste aspecto cabe, então, à classe dominada buscar uma nova orientação ideológica e cultural e, ao mesmo tempo, construir sua hegemonia, pois “[...] não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não no sentido ‘metafísico’, mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 15).

Ao entendermos a hegemonia como construção ideológica, através do consenso e da força, parâmetros utilizados por uma classe para dominar a outra, cabe-nos indagar sobre os espaços de atuação dos dominantes e dos dominados na sociedade de classes e a correlação de forças entre elas no que diz respeito à capacidade de domínio hegemônico. Buscando melhor esclarecer esta questão, veremos, então, como Gramsci conceitua o Estado, utilizando-nos, didaticamente, da divisão dele entre *sociedade civil* e *sociedade política*.

Estado e Sociedade Civil: espaços de atuação do partido

O conceito de Estado em Gramsci tem sido o mais divulgado e aceito pelos intelectuais da política, em especial entre os marxistas, mas também, embora com menor intensidade e até mesmo com algumas sérias mutilações,

entre os liberais.³² Aqui estaremos buscando em autores do campo do marxismo e no próprio Gramsci elementos que nos permitam demonstrar, o mais coerentemente possível, seu entendimento de sociedade civil e de sociedade política, enquanto espaços diferentes de um mesmo Estado, para, em seguida, ressaltarmos a questão do partido neste espaço.

O termo *sociedade civil* não foi criado por Gramsci, pois diversos autores anteriores a ele, do campo do marxismo ou não, já haviam utilizado este termo. Segundo Bobbio (1999, p. 48-54), desde os contratualistas (Hobbes, Locke e Rousseau), a sociedade civil ganhou centralidade na teoria política moderna, chegando até Hegel, Marx e Engels e, por fim, em Gramsci. Observa, contudo, Bobbio, que o significado desse conceito não é o mesmo em todos esses autores, mas “[...] é usado, até mesmo na linguagem filosófica, de modo menos técnico e rigoroso, com significações oscilantes, que exige certa cautela na comparação [...]” (BOBBIO, 1999, p. 49). Não é nossa intenção apresentar detalhadamente as diferenças do conceito de sociedade civil entre esses diversos autores, contudo pensamos ser necessário expor, mesmo que de forma sucinta, esta questão, para, depois, nos dedicarmos a entendermos esse conceito em Gramsci.

Para os pensadores jusnaturalistas do século XVII e XVIII, a sociedade civil era entendida como uma contraposição evolutiva da sociedade de natureza ou estado de natureza³³. Embora com divergências pontuais, estes pensadores “[...] tinham como ponto de partida a idéia do **contrato social**”

³² BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Em determinados trechos desta obra, Bobbio parece demonstrar que Gramsci é o pensador da superestrutura e que, para ele, era aí que se encontrava a sociedade civil, enquanto que Marx é o pensador da estrutura e seria na estrutura que estaria presente a sociedade civil, estabelecendo assim uma dicotomia entre Gramsci e Marx. Isto é, ao ver em Gramsci um teórico da superestrutura, descolada da estrutura, remete a ele uma interpretação liberal da sociedade. Coutinho polemiza esta questão com Bobbio. Para uma melhor compreensão disto ver: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 121-135.

³³ Os pensadores jusnaturalistas ou contratualistas concebem a sociedade como uma organização combinada entre os homens. Isto é, para estes pensadores (Hobbes, Rousseau, Locke, dentre outros), a sociedade teria surgido a partir de um contrato ou de um pacto social, estabelecido entre todos os seres humanos, que deveriam então, dali em diante, obedecer às regras gerais constantes neste contrato. Para eles, esse estágio era uma etapa mais evoluída na vida dos seres humanos, pois, antes da existência deste, os seres humanos não tinham garantias de vida e nem de propriedade, vivendo no chamado Estado de natureza, onde nem uma regra social havia sido criada.

(MENDONÇA In: MATTOS, 1998, p. 15, grifos da autora). Isto é, para todos eles, a sociedade civil iniciou-se a partir de um contrato feito entre os indivíduos que aceitaram, de livre vontade, submeter-se a um governo comum.

Para essa corrente de pensamento não há diferença entre Estado e sociedade civil, a diferença enfatizada é entre Estado de natureza e Estado civil, isto é, “[...] o verdadeiro estado político, onde os homens seriam tanto civilizados quanto cidadãos, seria o ‘estado (ou sociedade) civil’ ou Estado, pura e simplesmente” (MENDONÇA In: MATTOS, 1998, p. 16). Aqui, a sociedade civil é considerada como sinônimo de Estado, o que acarreta, conseqüentemente, a ideia de um Estado neutro a serviço do bem comum, cujos homens criaram, abrindo “[...] mão de suas prerrogativas e direitos individuais em nome de um terceiro – o Soberano – que fosse capaz de frear as conseqüências funestas do ‘autogoverno’ [ou seja, do estado de natureza]” (MENDONÇA In: MATTOS, 1998, p. 16).

Nesse caso, sociedade civil é entendida como a sociedade onde existe um conjunto de leis construídas por consenso através do contrato social com um governo legitimamente colocado pela coletividade dos homens, cuja função é garantir o cumprimento de tais leis. Não há, portanto, dicotomia nem unidade ou influência da sociedade civil sobre o governo, visto que ela é a própria forma organizativa da sociedade que sai do estado de natureza e opta por viver em um estado regrado.

Segundo Soares, com Hegel temos uma nova concepção de sociedade civil. Ao contrário dos jusnaturalistas que a concebiam como sinônimo Estado ou sociedade política e sociedade civil, Hegel concebe a sociedade civil como uma etapa da sociedade política, intermediando a família e o Estado propriamente dito.

Hegel foi um dos primeiros intelectuais a teorizar sobre a sociedade civil como um momento distinto do Estado político, quebrando a tradição jusnaturalista que confundia a sociedade civil e Estado. Como instância diferente do Estado político, a sociedade civil, na concepção hegeliana, faz parte de um ‘estágio’ do “Estado ético”³⁴ (SOARES, 2000, p. 75).

³⁴ Quanto à questão do Estado ético em Hegel, ver: SOARES, Rosimery Dore. *Gramsci, o estado e a escola: a concepção gramsciana do estado e o debate sobre a escola*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000, p. 74-83.

Neste aspecto é que Hegel avança no desenvolvimento do conceito de Estado, colocando mais elementos que o constituem, tais como a família e a sociedade civil, além da sociedade política.

Para Hegel, o Estado, através de suas leis constitucionais, seria a síntese dialética entre os interesses particulares e os interesses universais, pois “[...] a vontade do Estado não é a vontade comum dos indivíduos singulares e sim uma vontade universal, que é a substância ética do Estado” (SOARES, 200, p. 78). Nesta perspectiva, a sociedade civil desempenharia o papel intermediário, sendo a responsável pela transformação dos interesses particulares em interesses universais. Assim, “[...] nela [sociedade civil] deve desenvolver-se um processo de ‘purificação’ da vontade para que esta aspire à liberdade” (SOARES, 2000, p. 80). A partir disto podemos verificar que, para Hegel, a sociedade civil é uma esfera que, embora não se confunda com o próprio Estado, é parte constitutiva deste, na medida em que tem uma função indispensável para sua realização. Por isso, o Estado cria a sociedade civil, pois, “[...] considerando que o elemento de mediação entre o indivíduo e o Estado é a sociedade civil, Hegel assinala que é nesta que ele deve ser educado para querer o universal” (SOARES, 2000, p. 80). A partir desta perspectiva podemos afirmar então que a sociedade civil, para Hegel, é o Estado em seu estágio educativo, preparando o indivíduo para aceitar as leis deste Estado. Não há, portanto, para ele, nenhuma contradição entre a sociedade civil e o Estado. Trilhando ainda nesta direção, podemos, também, afirmar que a sociedade civil é criação do Estado, pois, sendo este o definidor e o detentor da ética, não poderia ser criado pela sociedade civil, cuja base é o interesse particular. Além disso, Hegel também inclui o Estado na sociedade civil, “[...] isto é, o conjunto dos instrumentos jurídicos dos quais o Estado se utiliza para regulamentar as relações econômicas e as relações entre as classes” (SOARES, 2000, p. 79). Disto podemos inferir que a sociedade civil é uma criação do próprio Estado, por ser ela uma etapa necessária para adequar os indivíduos à aceitação das leis feitas pelo Estado. “Para Hegel não há sociedade civil se não existir um Estado que a construa, que a componha, que integre suas partes; não existe povo se não existir o Estado, pois é o Estado que funda o povo e não o contrário” (GRUPPI, 1980, p. 24).

Os limites da concepção hegeliana de Estado e de sociedade civil e a superação dessa concepção será apontada por Marx especialmente em dois aspectos: 1) na questão do interesse particular e do universal e 2) na questão da criação e do papel atribuído por Hegel à sociedade civil.

Hegel, ao entender o Estado como superação dos interesses particulares e realização dos interesses universais, ignora a realidade material, concreta, em que se organiza a sociedade. Para Marx, o Estado não é a realização da vontade universal, mas o representante de uma classe social em um determinado modo de produção. “Os órgãos repressivos do Estado – polícia, tribunais e administração – não representam os interesses comuns da sociedade civil, mas os da propriedade privada que são erigidos como interesse geral contra a sociedade civil” (SOARES, 2000, p. 85).

A partir dessa constatação, podemos então afirmar que, para Marx, a sociedade civil, ao contrário de Hegel, que a colocava como momento educativo necessário para a realização da vontade universal (Estado), é onde se organiza a dominação de uma classe sobre a outra.

É através do processo de articulação da burguesia que surge o Estado moderno, isto é, forma política por meio da qual os indivíduos de uma classe social, que se tornou dominante, fazem valer os seus interesses comuns. Essa forma estatal, para Marx, condensa toda a sociedade civil de uma época [...] (SOARES, 2000, p. 89).

De acordo com a afirmação anterior, podemos notar que Marx entende a sociedade civil como uma forma de organização diretamente ligada ao modo de produção dessa sociedade. Segundo Gruppi, para Marx, “A sociedade política, o Estado, é expressão da sociedade civil, isto é, das relações de produção que nela se instalaram” (GRUPPI, 1980, p. 26). Para manter o funcionamento de determinado modo de produção, neste caso o capitalismo, é que a sociedade civil cria o Estado, colocando-o ideologicamente como representante de toda esta sociedade, enquanto que, na realidade, estará a serviço de uma classe social, aquela que detém a propriedade, a burguesia.

A teoria de Marx sobre a sociedade civil tem, portanto, a concretude que se encontra ausente tanto nos jusnaturalistas quanto em Hegel. À medida que

Marx observa as relações de classes existentes na sociedade civil é que irá tecer suas observações e constatações, concluindo que

[...] as relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades [...] (MARX, 2008, p. 45).

Como vemos, para Marx, através da organização econômica, ou seja, da estrutura da sociedade, é que se pode explicar o Estado e não o contrário, como afirma Hegel. Sociedade civil, para Marx, é, portanto, o campo das relações de produção que ocorrem entre as classes sociais de determinado modo de produção e que, por sua vez, determinam a forma de Estado, ou seja, “A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 2008, p. 45).

Após esta breve retomada do termo *sociedade civil* e seu significado em determinados momentos históricos, buscaremos agora compreender esta questão em Gramsci. Centralizaremos, aqui, nossa reflexão em dois aspectos do pensamento gramsciano: 1) sua concepção de sociedade civil e sociedade política e 2) a relação desta com a questão do partido político.

Cabe ressaltar que o entendimento de Gramsci sobre a sociedade civil sempre está relacionado com sua concepção de Estado ou sociedade política, isto é, não existe, nos escritos de Gramsci, uma teoria específica sobre a sociedade civil. O que encontramos, de fato, é uma teoria de Estado que, para ser analisada corretamente, deve

[...] levar em conta as duas formas sob as quais o Estado se apresenta na linguagem e na cultura das épocas determinadas, isto é, como sociedade civil e como sociedade política, como “autogoverno” e como “governo dos funcionários” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 279).

Nas outras vezes em que Gramsci utiliza o termo *sociedade civil*, especialmente nos cadernos do cárcere, ele o faz não com o intuito de defini-lo como um novo conceito, mas se apropriando, divergindo e complementando como ferramenta teórica de um conceito já formulado por pensadores que o

antecederam. Segundo Liguori, Gramsci “[...] não só usa os termos dessa temática em acepções diversas das que eram predominantes em seu tempo, mas que os utiliza freqüentemente com conotações diferentes no interior de sua própria obra” (LIGUORI In: COUTINHO e TEIXEIRA, 2003, p. 175).

Tal constatação não tira de Gramsci sua importante contribuição para o avanço da teoria política, contudo demonstra que o centro de seu pensamento, diferentemente de Bobbio, não é a sociedade civil, mas o Estado como um todo. Por isso, pensamos não ser possível falar de *sociedade civil* em Gramsci, ou em qualquer outro teórico marxista, sem compreender a questão do Estado como um todo.

A concepção gramsciana de Estado não é antitética à concepção marxiana e leniniana, tampouco é uma reprodução mecânica dessas mesmas concepções. Para qualquer um desses três pensadores, o Estado é um instrumento de dominação de classe, resultante da organização econômica da sociedade cuja base produtiva é calcada na propriedade privada dos meios de produção. Por isso mesmo, “Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas ‘apenas’ as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico” (COUTINHO, 2003, p. 123). Ocorre que a base material, concreta, conjuntural vivenciada por cada um desses teóricos ofereceu-lhes possibilidades diversas de conhecer a anatomia do Estado moderno.

Marx e Engels conheceram concretamente o Estado burguês em sua gênese, num momento histórico cujas organizações sociais praticamente inexistiam. “Numa época de escassa participação política, quando a ação do proletariado se exercia, sobretudo, através de vanguardas combativas, mas pouco numerosas, atuando compulsoriamente na clandestinidade [...]” (COUTINHO, 2003, p. 124). Por outro lado, a classe dominante não carecia se organizar fora do Estado, haja vista que este dava conta de impor seu interesse a toda a sociedade. Dentro deste contexto, “[...] era natural que este aspecto repressivo do Estado burguês se colocasse em primeiro plano na própria realidade e, por isso, merecesse a atenção prioritária dos clássicos (COUTINHO, 2003, p. 124).

Lênin vivencia um modelo de Estado cujas características, no que tange à possibilidade de organizações de trabalhadores, eram muito parecidas com

as do período inicial do Estado burguês. A Rússia, como o país de desenvolvimento capitalista mais atrasado da Europa, apresentava características econômicas e políticas típicas de um Estado unilateral, cuja sobrevivência dependia do uso contínuo da força. Desse modo, encontramos, em Lênin, uma ênfase muito grande no Estado enquanto instrumento que faz uso da força, do poder de coerção, para garantir os interesses da classe proprietária dos meios de produção.³⁵

Conforme frisamos anteriormente, o Estado, para Gramsci (assim como para Marx, Engels e Lênin), não deixa de ser um instrumento de dominação de classe, contudo, sua experiência histórica, como militante partidário, lhe colocou questões inéditas com as quais ele teve que se preocupar para dar conta de explicar a complexidade desse Estado. Não podemos também deixar de mencionar que a Itália, no período em que Gramsci viveu, militou e formulou suas teorias, não foi sempre a mesma. Se, por um lado, sua economia permaneceu organizada no modo de produção capitalista, por outro, os regimes políticos utilizados para manter tal modo de produção, combatendo os liberais, os socialistas e os comunistas, variou, passando de monarquia para o fascismo.

Além dessas mudanças de regimes políticos, ocorreram também, na Itália, nos anos de 1919 e 1920, conforme demonstramos no capítulo anterior, as grandes greves operárias na cidade de Turim, que não tiveram êxito em se tornarem um movimento revolucionário. Esses acontecimentos³⁶, sem dúvida, desafiaram Gramsci a estudar, com maior profundidade, a questão do Estado italiano em comparação com o Estado russo, teorizado por Lênin, e com o Estado do século XIX, teorizado por Marx e Engels. Até aquele momento é possível afirmar que não havia nenhum elemento novo no conceito de Estado defendido por Gramsci, ou seja, o grupo de *Ordine Nuovo* via na Itália a mesma configuração de Estado conceituado por Marx e Engels e por Lênin.

³⁵ Para uma visão mais detalhada da concepção de Estado em Lênin, ver: LENIN, V.I. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o apel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

³⁶ Aqui não retomaremos essa questão, haja vista que já tratamos dela no primeiro capítulo, quando apresentamos a questão do partido em Gramsci. Ressaltamos que a mesma conjuntura influenciou não só a questão do partido em Gramsci, mas toda sua teoria política, incluindo aí a questão do Estado.

Com as experiências das greves e dos conselhos de fábrica organizados na Itália no final da década de 1910, Gramsci percebe, então, que o Estado, embora sendo um instrumento de classe, não poderá ser destruído da mesma forma em todos os países. Para ele, o Estado é mais que apenas o domínio de uma classe sobre a outra, pelo menos nos Estados onde há um mínimo de organização da sociedade civil. “Eis então a exigência de usar o marxismo não como um instrumento de propaganda, mas sim como um instrumento de análise, de compreensão da realidade” (GRUPPI, 1980, p. 76). A partir de então pode-se observar um avanço na teoria de Estado em Gramsci com relação ao pensamento de Marx, Engels e Lênin.

Se, diante da realidade concreta de Marx e Engels e, posteriormente, de Lênin, o Estado se apresentava como puramente instrumento de dominação e de coerção de classe, o mesmo não ocorre na realidade vivida por Gramsci. A novidade acrescida por Gramsci ao conceito de Estado de Marx e Engels e de Lênin é o conceito de Estado ampliado³⁷. Ele percebe que a configuração dos Estados democráticos burgueses possui uma característica singular que não se faz presente nos Estados atrasados.

No Oriente, [Rússia] o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRASMC, 2007, vol. 3, p. 262).

Gramsci compreende que o Estado democrático-burguês possui características diferentes de um Estado ditatorial. Em um Estado ditatorial, onde nenhuma organização social é permitida, este é um instrumento exclusivamente de opressão de classe. Já em um Estado democrático burguês, apesar de continuar sendo instrumento de dominação de classe, existe um espaço para que as contradições deste mesmo Estado se apresentem de forma mais explícita.

³⁷ Este termo é utilizado por Christinne Buci-Glucksmann ao analisar as instâncias da sociedade civil as quais Gramsci incorpora a seu conceito de Estado. Para melhor entendimento sobre a questão, ver: BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 97-153.

A partir dessa constatação é que Gramsci passará a enfatizar a questão do papel da sociedade civil dentro do Estado, uma vez que o Estado democrático-burguês era composto pela sociedade política e pela sociedade civil, uma complementando a outra e, ao mesmo tempo, se entrelaçando. Esta ênfase dada por Gramsci à questão da sociedade civil não ratifica a afirmação de alguns autores³⁸ de que, neste ponto, Gramsci havia se afastado do pensamento marxiano. Ao contrário, segundo Coutinho, “[...] o conceito ‘sociedade civil’ é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista de Estado” (COUTINHO, 2003, p. 122).

Conforme já frisado anteriormente, o Estado, enquanto objeto central de preocupação para Gramsci, compõe-se de sociedade política, que detém o monopólio da legislação e do uso da força para a dominação, mais a sociedade civil, operando no campo da ideologia, isto é, através de organizações, tais como igrejas, sindicatos, escolas, partidos políticos, etc., com a finalidade de construir um pensamento hegemônico no interior da sociedade³⁹. Quanto à sociedade política ou Estado restrito, não está na ordem do dia para Gramsci, haja vista que, para ele, esta questão já estava suficientemente resolvida naquele momento com as reflexões e teorias de Marx e Engels e de Lênin. No caso da sociedade civil, especialmente na Itália, mas também em outros países denominados por Gramsci de ocidentais, não havia ainda teoria suficiente que desse conta de explicar a atuação desta junto à sociedade política. “Podemos assim dizer que Gramsci é o maior estudioso marxista das superestruturas, das quais investiga a importância, a complexidade e as articulações internas” (LIGUORI In: COUTINHO, 2003, p. 178). O que não quer dizer que ele possa ser classificado como teórico exclusivamente da cultura, como tem sido feito. Gramsci, evidentemente, pensa as superestruturas a partir da categoria

³⁸ Norberto Bobbio, por exemplo, em seu livro “Ensaio sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil” (p.54-58), afirma que o conceito de sociedade civil de Gramsci é herdado de Hegel e não de Marx, Engels ou Lênin. Diz Bobbio: “Na realidade, ao contrário do que se crê, Gramsci deriva o seu próprio conceito de sociedade civil não de Marx, mas declaradamente de Hegel, ainda que através de uma interpretação um pouco forçada, ou pelo menos unilateral, do pensamento hegeliano” (BOBBIO, 2002, p. 56).

³⁹ Cabe ressaltar que esta divisão entre sociedade política e sociedade civil não ocorre de forma mecânica, pois uma está entrelaçada na outra, haja vista que a sociedade política atua na sociedade civil, bem como a sociedade civil atua na sociedade política.

trabalho, de modo que, em última instância, sua teoria parte das relações econômicas de produção, ou seja, é teórico do trabalho.

A relevância do pensamento gramsciano na questão da teoria de Estado encontra-se no aprofundamento da tese marxiana de que a sociedade civil cria e determina a forma da sociedade política que, uma vez criada, fomenta sua reprodução através da utilização da sociedade civil (Cf. MARX e ENGELS, 1996, p.96-101). Na passagem seguinte, podemos observar a importância dada por Gramsci à sociedade civil. Diz ele:

[...] numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo – natural e contratual ou voluntário –, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercitivo (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 253).

Nesta citação podemos notar que a sociedade civil comporta diferentes organizações, que podem estar ligadas à classe dominante ou à classe dominada. Na sociedade capitalista, a hegemonia fica, contudo, a cargo de uma organização ou de um grupo de organizações (frações da classe dominante), cujos interesses estejam representados na sociedade política, exatamente por conseguirem se organizar no interior da sociedade civil, conquistando a hegemonia no Estado. Por isso, Gramsci afirma que a sociedade civil é a “base” do “aparelho governamental-coercitivo” (a sociedade política), e que “[...] por Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 254-255).

Como vemos, para Gramsci, é na sociedade civil que se define a forma com que a sociedade política irá governar o Estado. Isto é diferente do proposto por Hegel, cuja tese era a de que o Estado cria a sociedade civil para educar o povo de acordo com suas leis. Para Gramsci, é a sociedade civil que dá forma ao Estado. Incorporando e, de certa forma, complementando a teoria de Estado de Marx e Engels e de Lênin, Gramsci consegue detalhar, com precisão, a questão da sociedade civil e da sociedade política.

Em um de seus apontamentos sobre a questão do Estado, feito no caderno do cárcere 10, Gramsci afirma: “Entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil, e esta deve ser radical e concretamente transformada não apenas na letra da lei e nos livros dos cientistas [...]” (GRAMSCI, 2006, vol. 1, p. 324). Daqui podemos inferir que, naquela conjuntura em que se organizavam grandes partidos, imprensa, sindicatos, igrejas, escolas, etc., não era possível uma transformação revolucionária do Estado sem atuar na sociedade civil.

O Estado se erguia e se sustentava tendo como pilar as organizações da sociedade civil, portanto é nesta que se definem as configurações da sociedade política e do Estado como um todo. Para ilustrar nossa afirmação, vejamos o exemplo dado pelo próprio Gramsci ao comentar sobre a questão da opinião pública. Segundo ele,

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 265).

Esta argumentação demonstra como, de fato, é a sociedade civil que sustenta a sociedade política através de ideologias disseminadas pelos diversos “aparelhos privados de hegemonia” existentes no interior da sociedade civil⁴⁰. Por outro lado, também não exime a sociedade política de parcialidade no processo de construção da hegemonia, uma vez que esta tem seus interesses sintonizados com aquela.

Por isso, afirmamos que sociedade civil e a sociedade política são as duas faces do Estado, sendo a primeira responsável pela construção do consenso, através dos *aparelhos privados de hegemonia*, e a segunda, pela utilização da força. A partir desta compreensão, é possível dizer que o conceito de Estado, em Gramsci, traz uma inovação, com relação a Marx e Engels e a Lênin, exatamente no que diz respeito ao movimento dialético de

⁴⁰ Gramsci chama de *aparelhos privados de hegemonia* todas as organizações da sociedade civil que dão sustentabilidade ao Estado. Exemplo: associações, sindicatos, imprensa, ONGs, etc. Ver: GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

distinção/unificação entre sociedade civil e sociedade política. Gramsci teve condições concretas de observar e de estudar os dois tipos de Estados, o da coerção (o czarismo russo, o fascismo na Itália) e o do consenso (o liberalismo dos países europeus de capitalismo desenvolvido). Talvez isso lhe tenha permitido refletir com maior precisão sobre a questão da relação entre a sociedade civil e a sociedade política.

Em um trecho escrito por Gramsci nos cadernos do cárcere, podemos observar a historicidade de seu pensamento ao analisar o conceito de revolução permanente em Marx. Segundo ele, não seria mais possível a utilização de tal fórmula para o triunfo da luta revolucionária, visto que esta foi pensada para um tipo de Estado que, embora fosse estruturalmente o mesmo de seu tempo, diferenciava-se no que diz respeito à superestrutura. A este respeito afirma:

A fórmula [revolução permanente] é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava, sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez: [...] No período posterior a 1870, com a expansão colonial européia, todos estes elementos se modificaram, as relações de organização interna e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da “revolução permanente”, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de “hegemonia civil” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 24)

Como podemos notar, Gramsci defende claramente uma “nova” fórmula para a revolução, centrando a atenção na sociedade civil e na conquista da hegemonia nesta sociedade como condição essencial para a conquista do Estado (sociedade civil + sociedade política). Tal proposição surge, como vemos, a partir de sua reflexão sobre a diferença do momento histórico sobre o qual se teorizou o conceito de revolução permanente com o momento histórico posterior. Isto nos leva a afirmar que não há, no conjunto de seu pensamento, a negação da revolução enquanto tomada violenta do Estado. O que nos parece claro é que, para Gramsci, somente com uma análise concreta e profunda da realidade histórica é que será possível encontrar a tática mais acertada a ser utilizada para se garantir a tomada e a permanência do proletariado no poder. Assim, Gramsci não substitui a violência revolucionária pela hegemonia civil, mas busca demonstrar a necessidade de um mínimo de

aceitação ideológica na esfera da sociedade civil para o triunfo da revolução. Quanto à isto dirá ele:

Para que o “Pensamento” seja uma força (e só assim poderá criar para si uma tradição), deve criar uma organização, que não pode ser o Estado, já que o Estado renunciou de um modo ou de outro a esta função ética, embora a proclame em altíssima voz; por isso, essa organização deve nascer da sociedade civil (GRAMSCI, 2001, vol. 4, p. 188).

De certa forma, esta afirmação de Gramsci nos remete a pensar sobre a posição de espera⁴¹ presente nos partidos proletários de seu tempo, partidos que tinham uma visão mecânica da revolução. Para esses partidos, somente após a tomada do Estado é que se poderia pensar em transformações no campo ideológico, disseminado na sociedade civil, através dos “aparelhos privados de hegemonia” do Estado burguês.

Com este raciocínio não havia muito o que os partidos fazerem para além da organização da luta direta e da disputa eleitoral, cabendo, então, a esses partidos, apenas o campo da disputa política, haja vista que de nada adiantaria atuar no campo técnico, científico, educativo, etc. Contra este tipo de raciocínio é que se contrapõe a nova configuração do Estado burguês apresentada por Gramsci, ou seja, a sociedade política se entrelaça à sociedade civil e esta sustenta ideologicamente aquela. A atuação na sociedade civil não deve, portanto, ser menosprezada, mas, ao contrário, em determinados períodos (como no caso do período posterior a 1870, que apresentava uma nova configuração na superestrutura dos Estados ocidentais, conforme vimos anteriormente), era necessário garantir a hegemonia na sociedade civil para o triunfo da revolução com a tomada da sociedade política.

Diante disso, podemos perceber a relação dialética existente no pensamento gramsciano entre sociedade civil e sociedade política e a importância da atuação do partido naquela. O partido, portanto, nesse caso, deveria funcionar como uma grande escola para o proletariado, proporcionando-lhe formação científica, técnica e política no espaço da

⁴¹ Lincoln Secco, como vimos anteriormente, utiliza o termo *esperismo* para se referir à visão mecanicista dos partidos proletários e revolucionários do início do século XX na Itália. Segundo ele, tanto os mais radicais quanto os moderados ficavam à espera do grande dia da revolução chegar para então assumirem o comando do Estado. Para mais esclarecimentos, consultar: SECCO, Lincoln. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 17-40.

sociedade civil. Tal formação teria a finalidade de unificar a classe trabalhadora, construindo sua hegemonia civil para se contrapor à hegemonia da classe dirigente, pois

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil”. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil [...] (GRAMSCI, 2002, vol. 5, p. 139).

O termo *classes subalternas*⁴², utilizado por Gramsci, demonstra que, no interior da classe trabalhadora, existem diversas frações de classes que, embora muitas vezes organizadas para lutar por questões pontuais, como salários, direitos sociais, terra, etc., não dão conta de se unificar enquanto classe revolucionária. Tais frações de classes são encontradas na sociedade civil e são elas que precisam se unificar para transformar o Estado, uma vez que a classe dominante, apesar das frações, encontra-se organizada e unificada tanto na sociedade civil quanto na sociedade política.

A manutenção da classe detentora dos meios de produção no âmbito da sociedade política é garantida por sua hegemonia no âmbito da sociedade civil, por isso a impossibilidade colocada por Gramsci, ao menos na situação em que se encontravam os países ocidentais, de tomar o poder na sociedade política sem um mínimo de hegemonia na sociedade civil. Trilhando por este raciocínio, podemos, então, afirmar que o partido do proletariado revolucionário deve atuar prioritariamente na sociedade civil, construindo a partir dela um outro Estado dentro do Estado.

⁴² Sobre a questão dos grupos subalternos, ver: MONAL, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.189-200. Nesse artigo, a autora faz uma interessante reflexão sobre a importância desse conceito para a atualidade, em tempos pós-modernos, do multiculturalismo em que se negam os referenciais marxistas. Para ela, com o termo *grupos subalternos*, “Gramsci conservou a tese sobre a importância e a centralidade das classes sociais, mas também buscou elaborar um conceito que desse conta de todos esses movimentos que, enquanto tais, não se enquadram ou não se esgotam nas classes sociais” (MONAL In: COUTINHO e TEIXEIRA, p.194)

Para concluir nossa reflexão sobre a questão do Estado em Gramsci e a atuação do partido, pensamos ser possível afirmar que, para ele, não há dissociação entre sociedade civil e sociedade política, mas também que não se pode entender o Estado apenas como sociedade política (coerção). Tal entendimento terá desdobramentos práticos diferenciados no campo da organização da luta revolucionária e, em especial, da atuação do partido, uma vez que a forma e o espaço de luta se ligam à concepção de Estado.

Tampouco podemos negar a importância dada por Gramsci à disputa de classe pela conquista da sociedade política. Ou seja, já que o Estado é igual à sociedade civil + sociedade política, cabe àqueles que desejam o poder, representado por esse Estado, garantir tanto a hegemonia na sociedade civil quanto o poder de coerção da sociedade política. Sem a tomada destes dois espaços não seria possível a superação da sociedade de classes pela *sociedade regulada*. Não podemos, contudo, negar que Gramsci vê na sociedade civil o espaço definidor da sociedade política e da própria organização geral do Estado, por isso é nela onde deve ocorrer a principal disputa do partido. Na passagem seguinte, retirada de um dos cadernos do cárcere, onde Gramsci, fazendo alusão a *O Príncipe*, de Maquiavel, tece o seguinte comentário:

Na realidade de qualquer Estado, o “chefe de Estado”, isto é, o elemento equilibrador dos diversos interesses em luta contra o interesse predominante, mas não exclusivista em sentido absoluto, é exatamente o “partido político”; ele, porém, ao contrário do que se verifica no direito constitucional tradicional, não reina nem governa juridicamente: tem “o poder de fato”, exerce a função hegemônica (e, portanto, equilibradora de interesses diversos) na “sociedade civil”, mas de tal modo que se entrelaça de fato com a sociedade política que todos os cidadãos sentem que ele reina e governa (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 222).

O que podemos compreender, a partir dessa afirmação de Gramsci, é que, independentemente do Estado, o partido é que, de fato, possui o poder de governar, independente de quem ocupe o espaço na sociedade política. Como o partido não está na sociedade política, mas na sociedade civil, é possível, então, afirmar que, quanto maior a conquista de hegemonia na sociedade civil, mais a sociedade política terá facilidade em implementar seu projeto de governo. A disputa pela hegemonia proletária no campo das instituições da

sociedade civil (escola, meios de comunicação, sindicato, associações, etc.) torna-se, portanto, o espaço de onde deve brotar, através da influência educativa do partido⁴³, cuja base seja o projeto classista fundamentado no marxismo, a destruição do velho Estado e a construção do novo, isto é o Estado socialista.

Guerra de Posição e Guerra de Movimento: uma questão de tática partidária

Pensamos ter deixado claro que Gramsci, em nenhum momento, abdica da perspectiva revolucionária. Entretanto, a ação revolucionária, para ele, se dá numa determinada conjuntura, onde se deve conhecer profundamente a correlação de forças. A partir desta interpretação podemos, então, afirmar que a questão da guerra de posição e da guerra de movimento está vinculada à questão do formato do Estado, assumido pelo capitalismo a partir de determinada conjuntura nacional. Assim, em nenhum momento Gramsci é reformista e conciliador de classes.

Anteriormente destacamos a compreensão gramsciana de Estado, concepção segundo a qual este é formado pela sociedade civil mais a sociedade política, sendo seu formato definido nos embates e nas organizações da sociedade civil. Partindo desta constatação, buscaremos então compreender a questão da guerra de posição e da guerra de movimento como táticas que devem ser assumidas pelo partido revolucionário sem a exclusão de uma pela outra.

No caderno 13, com o título de *Breves notas sobre a política de Maquiavel* (GRAMSCI, vol. 3, 2007, p. 11-109), é onde Gramsci mais desenvolve esta questão. A primeira menção feita por ele nesse caderno é uma comparação entre a arte militar e a arte política. Para ele

Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil,

⁴³ Entenda-se, aqui, partido em sentido amplo, enquanto organização de classe, conforme expusemos no primeiro capítulo.

constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 24).

O que percebemos claramente, nesta afirmação, é que a guerra de posição é um elemento constitutivo da revolução juntamente com a guerra de movimento, porém não há exclusão de uma ou de outra e o que deve ser levado em conta é o estágio de desenvolvimento da democracia liberal em cada país.

Ao afirmar que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz, Gramsci explicita a inevitabilidade do confronto direto, ou da guerra de movimento, em qualquer país capitalista onde o proletariado venha a ter possibilidade de construção da sociedade socialista. Caberia, neste caso, ao partido político revolucionário, enquanto intelectual coletivo da classe trabalhadora, atuar taticamente preparando o momento do confronto entre capital e trabalho. Cabe, então, perguntar: – Como deveria então atuar o partido neste contexto? Mais adiante, ainda no caderno 13, Gramsci menciona o texto de Rosa Luxemburgo intitulado *Greve de massas, partido e sindicatos*, como sendo, apesar de alertar sobre seu determinismo economicista⁴⁴, um dos que melhor explicitam a relação entre a guerra de posição e a guerra de movimento. Nas palavras do próprio Gramsci, “[...] este opúsculo [...] é um dos documentos mais significativos da teorização da guerra manobrada aplicada à arte política” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 71).⁴⁵

No que tange à questão da guerra de posição e de movimento, este texto, como afirmou o próprio Gramsci, é bastante elucidativo. Comparando a Rússia do final do século XIX e início do século XX com a Alemanha de 1906, Rosa Luxemburgo trava um grande debate com os socialdemocratas deste

⁴⁴ Quanto a essas questões, ver: GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho: co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 71-74 e p. 261-262.

⁴⁵ Nesse texto, Luxemburgo nos apresenta a relação que ocorreu entre o partido e as organizações de massas no período preparatório da revolução de 1905 na Rússia, ao mesmo tempo em que faz a crítica dos socialistas alemães e aponta caminhos para se alcançar a revolução na Alemanha. Apesar de ser um texto analítico de uma determinada conjuntura, traz em si elementos imprescindíveis para uma análise universal sobre a questão do partido e sua atuação tática nos movimentos de massas. Para conhecer o texto na íntegra, ver: BOGO, Ademar (Org.). *Teoria da organização política: escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa – Mao*. São Paulo: Expressão popular, 2005, p. 241-337.

último país. Para ela, o grupo oportunista da socialdemocracia reduzia a luta revolucionária à luta parlamentar, causando um grande retrocesso na consciência de classe do proletariado.

Uma tática coerente, decidida, que evolua progressivamente, empregada pelos socialdemocratas, produz nas massas um sentimento de segurança, de confiança em si mesmos e desejo de lutar; uma tática vacilante, fraca, baseada na subestimação do proletariado, paralisa e confunde as massas (LUXEMBURGO apud BOGO, 2005, p. 294).

Com isto não estava querendo propor a mesma forma de luta dos anarquistas, cuja única via para a revolução é a luta direta pela greve geral, tampouco a ocorrida na Rússia em 1905, ou mesmo nas revoluções burguesas que a antecederam, mas, sim, explicitar a imprescindibilidade da efetiva participação das massas na luta revolucionária. Na passagem seguinte, esta aparente contradição levantada por Rosa Luxemburgo entre a luta direta, ou greve de massas, e a luta no campo ideológico ou, gramscianamente falando, no campo da hegemonia civil, fica mais clara.

A greve de massas é a primeira forma natural e espontânea de toda grande luta revolucionária da classe operária e, quanto mais desenvolvido se encontrar o antagonismo entre o capital e o trabalho, mais efetiva e decisiva deve ser a greve de massas. *A principal forma de luta das revoluções burguesas anteriores (as barricadas, o conflito aberto contra o poder estatal armado) representa, na revolução atual, nada mais do que seu ponto máximo, um momento no processo da luta de massas proletária.* E, com isso, nessa nova forma da revolução se alcança a luta de classes civilizada e moderada, que os oportunistas da socialdemocracia alemã, os Bernstein, os David, etc., profetizaram. Certamente, esses senhores viam sua sonhada luta de classes civilizada e moderada à luz de suas ilusões pequeno-burguesas democráticas: acreditaram que a luta de classes seria reduzida a um conflito essencialmente parlamentar, assim como a luta de ruas simplesmente desapareceria. *A história encontrou uma solução mais complexa e elegante: o surgimento da greve revolucionária de massas. Por certo, esta, de modo algum, substitui ou torna desnecessária a violenta luta nas ruas, porém a reduz a um instante no prolongado período de lutas políticas.* Simultaneamente, cumpre, no período revolucionário, um grande papel cultural, no sentido mais preciso do termo: proporciona à classe operária melhores condições materiais e espirituais, “civilizando” a barbárie da exploração capitalista. (LUXEMBURGO apud BOGO, 2005, p. 313-314, grifos meus)

Como podemos notar, há, na análise feita por Luxemburgo, uma crítica à visão a-histórica de que a forma de luta utilizada em outras revoluções possa ser repetida em outros tempos e outros espaços. Por outro lado, ressalta também que não se deve cair na ilusão utópica de que é possível fazer a revolução sem, em nenhum momento, utilizar-se da luta violenta, direta, como fizeram os revolucionários de outros tempos. A concepção de revolução presente em Luxemburgo prevê, portanto, que esta passe por diversos momentos, a depender do grau de desenvolvimento do país em que ela venha a ocorrer. A guerra de posição é um desses momentos e a guerra de movimento é outro, podendo, contudo, ocorrer as duas simultaneamente, mesmo que uma se sobreponha à outra, ou seja, não se pode abandonar a guerra de movimento acreditando que se chegará ao socialismo apenas disputando espaços na sociedade civil ou na burocracia do Estado burguês. É exatamente neste aspecto que vemos uma intersecção entre a visão gramsciana e a luxemburgana de revolução e, conseqüentemente, na questão da guerra de posição e da guerra de movimento.

A definição de Luxemburgo, contudo, sobre a guerra de posição e a guerra de movimento é tomada diretamente do campo da luta social (greve de massas X insurreição), enquanto que Gramsci parte do campo militar⁴⁶. Traçando um paralelo entre a arte militar e a política, afirma que, assim como na arte militar, uma guerra de manobras pode dar apenas uma aparência de vitória, mas o inimigo continua organizado e pronto para o contra-ataque. O mesmo ocorre na política. Refletindo sobre as mudanças táticas feitas por alguns países durante da Primeira Guerra Mundial e na guerra polonesa de 1920, quando o exército vermelho foi detido em Varsóvia graças à ajuda da França, Gramsci afirma que, “[...] nas guerras entre os Estados mais

⁴⁶ A transposição feita por Gramsci do campo militar para o campo político tem suas devidas precauções, alertada por ele mesmo: “Isto deve ser dito sem que se perca de vista o critério geral de que as comparações entre a arte militar e a política devem ser sempre estabelecidas *cun grano salis*, isto é, apenas como estímulos ao pensamento e como termos simplificativos *ad absurdum*: de fato, falta na militância política a sanção penal implacável para quem erra ou não obedece exatamente, falta o julgamento marcial, além do fato de que a formação política não se compara nem de longe à formação militar”. Mais detalhes sobre esta questão, ver: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

avançados do ponto de vista civil e industrial, a guerra manobrada deve ser considerada como reduzida mais a funções táticas do que estratégicas [...]” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 72).

Percebemos aqui que ele não abandona nem coloca a guerra de movimento (manobrada) em contraposição à guerra de posição, mas, assim como Luxemburgo, considera o momento conjuntural de desenvolvimento econômico e político para que se possa lançar mão de uma forma de luta correspondente com a situação a ser enfrentada. Por isso Gramsci afirmará: “A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 72). Esta afirmação demonstra que as condições objetivas apresentadas pelo momento histórico geral e, em particular, dos Estados, deverão ser criteriosamente estudadas e compreendidas o melhor possível, para então utilizar-se de uma tática mais eficaz, ou seja, a guerra de posição ou a guerra de movimento.

Ao transpor esta questão do campo militar para o campo político, Gramsci afirma que

A mesma transformação deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 73).

Aqui notamos também, novamente, a questão colocada como tática, ou seja, conforme já expressamos no subtítulo anterior, *Estado e sociedade civil: espaços de atuação do partido*, em determinados Estados, onde há uma forte organização da sociedade civil, que garante a hegemonia dos grupos dominantes, o ataque frontal (guerra de movimento), ou a tentativa de derrubar o Estado, apenas em sua organização burocrática (sociedade política), não dará conta de garantir a vitória ao grupo que se insurge. Neste caso, a utilização da guerra de posição se sobrepondo à guerra de movimento é que garantirá a vitória da guerra de movimento, sendo esta uma parte da revolução e não a própria revolução. Ou seja, Gramsci não exclui a luta armada no

confronto entre as classes sociais fundamentais, pois a classe dominante não deixa ou entrega o poder pacificamente.

Gramsci relembra também a discussão levantada por Trotski⁴⁷ na Rússia sobre esta questão. Diz Gramsci que

[...] uma tentativa de dar início à revisão dos métodos táticos deveria ter sido aquela proposta por L. Davidovitch Bronstein [Trotski] na quarta reunião, quando traçou um paralelo entre a frente oriental e a frente ocidental: enquanto aquela caiu imediatamente, mas foi seguida por intensas lutas, nesta última as lutas teriam lugar “antes”. Ou seja: tratar-se-ia de saber se a sociedade civil resiste antes ou depois do assalto, onde este tem lugar, etc (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 74).

Nesta observação, Gramsci, novamente, chama a atenção para a diferença entre os Estados capitalistas, neste caso colocando-os em dois blocos: Ocidente e Oriente. Por Ocidente Gramsci entendia os países economicamente desenvolvidos, do ponto de vista do capital e com uma sociedade civil organizada para dar suporte ao Estado. No caso do Oriente, tinha como base a Rússia e outros países atrasados, com uma economia pré-

⁴⁷ Embora notemos nesta afirmação uma concordância de Gramsci com Trotski, um elemento polêmico, que para nós ainda não está suficientemente claro é a da relação de Gramsci com o stalinismo. A impressão que temos, inicialmente, é que Gramsci, por ser um militante disciplinado e dedicado à causa do partido, parece se posicionar de acordo com algumas orientações stalinistas, ainda que, posteriormente tenha sido abandonado pelo partido. Segundo Macchiocchi, “Durante a reunião do CC [Comitê Central] de 7 de fevereiro de 1925, [...] Gramsci manifesta uma afirmação que é de fato dirigida contra a concepção stalinista do socialismo num só país: afirma ele que “se se adia a revolução europeia por toda uma época histórica, isto é, se a classe operária russa não puder, durante muito tempo, contar com o apoio do proletariado de outros países, é evidente que a revolução russa deve-se transformar”. Entretanto, imediatamente depois, ele condena Trotsky, dizendo que sua posição assume objetivamente um caráter de “movimento contra-revolucionário”, pois “a falta de unidade no partido, num país onde existe um único partido, divide o Estado” (MACCIOCCHI, 1980, p.89). Tal posicionamento de Gramsci a favor do grupo ligado à Stálin, parece destoar do conjunto de seu pensamento. Pois, “Como é sabido o stalinismo se considerou como a única corrente política que reunia condições de definir o que era o ‘pensamento correto’ e se colocou como o verdadeiro intérprete do materialismo histórico. Tudo o mais era ‘desvio’, ‘dissidência’, ‘idealismo’, ‘ecletismo’, etc., colocando no mesmo bloco os revolucionários divergentes, os reacionários e os reformistas. Assim o stalinismo determinou as ‘linhas corretas’ para a política, para a educação, para a ciência, para as artes, para a filosofia, etc. [...] O stalinismo – na posição de autoridade suprema – realizou uma leitura do materialismo histórico no qual o marxismo foi reduzido a uma doutrina a-histórica, fixando dogmas que foram impostos sob a forma de uma espécie de catecismo simples e bruto (CONCEIÇÃO, 2007, p.269-270). Tal forma de entender o marxismo nada tem a ver com a filosofia da práxis pensada e defendida por Gramsci, por isso a hipótese levantada por nós de que a defesa do grupo de Stálin, feita por ele, esteja mais ligada à sua fidelidade partidária ao PCI e a Internacional Comunista do que concordância teórica propriamente dita.

capitalista e com um tipo de governo absolutista. Para estes, conseqüentemente, a tática revolucionária deveria ser diferente do que para aqueles, isto é, prioridade para a guerra de movimento no Oriente e para a guerra de posição no Ocidente.

Esta questão, para Gramsci, assim como as outras, não poderia ser apenas uma questão teórica, uma vez que sua preocupação central era buscar a revolução, num momento que, segundo ele, exigia uma tática diferenciada daquela utilizada nas revoluções anteriores. Por isso, afirma Gramsci que

[...] a observação mais importante a ser feita sobre qualquer análise concreta da relação de força é a seguinte: tais análises não podem e não devem ser fins em si mesmas [...], mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 45).

A partir desta preocupação de Gramsci, poderemos então entender sua defesa radical da atuação do partido, vendo neste a forma prática de construir a revolução em um momento diverso daquele ocorrido na Rússia de 1917 e na França em 1789. Para ele,

O elemento decisivo de cada situação é a força permanente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 46).

O momento histórico percebido por Gramsci, em especial nos países ocidentais (de capitalismo desenvolvido), não era o de grandes movimentos de massa nem o de tentativa de tomada do poder pela luta armada, mas um momento em que a construção da tomada do poder deveria ser o carro-chefe do processo e, para isso, o partido é que seria o responsável pela educação das massas, da militância e dos quadros.

Isso não significa o abandono da luta direta ou da guerra de movimento. Ao contrário, como já mencionamos anteriormente, aquela poderá e deverá ser o que garantirá a vitória concreta desta educação das massas. Gramsci, contudo, alerta para o fato de que “[...] a guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população;” (GRAMSCI, 2007, vol.3, p.255).

e que, naquele momento, a história estava demonstrando sua ineficácia. Esta questão é considerada, por Gramsci, “[...] a questão de teoria política mais importante posta pelo período do pós-guerra e a mais difícil de resolver corretamente” (GRAMSCI, 2007, vol.3, p.255).

Para elucidar melhor esta questão, retomemos a reflexão de Gramsci sobre o arditismo⁴⁸. Para ele, essas organizações “[...] têm duas missões: usar a ilegalidade, enquanto o Estado parece permanecer na legalidade, como meio para reorganizar o próprio Estado” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 123). Era comum, na Itália pré-fascismo, a existência destes grupos que, “ignorados” pelo Estado, atuavam sem maiores complicações. A possibilidade de enfrentamento desses grupos utilizando-se da mesma forma de luta era, para Gramsci, inviável. Mesmo que houvesse uma correlação de forças que possibilitasse aos operários o enfrentamento armado com esses grupos, ainda ali estaria o Estado que, certamente, se posicionaria ao lado dos *arditis*, haja vista a convergência do tipo de sociedade defendida por estes e pelo próprio Estado. “Acreditar que se possa opor à atividade privada ilegal outra atividade semelhante, isto é, combater o *arditismo* com o *arditismo*, é uma tolice; significa acreditar que o Estado vá permanecer eternamente inerte, o que jamais ocorre [...]” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 123).

No caso da guerra militar, entre dois Estados, ou no caso de a luta revolucionária atingir tal estágio, em que exista uma organização proletária tão forte capaz de se tornar um Estado dentro do Estado, o arditismo poderá surtir efeitos positivos. Neste tipo de guerra, ou seja, “[...] na guerra militar, alcançando o objetivo estratégico – destruição do exército inimigo e ocupação de seu território –, chega-se à paz” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 124). O mesmo não ocorre, contudo, na luta política, em que outros tipos de guerras são necessários para garantir a vitória completa. Para exemplificar esta questão, Gramsci cita, como exemplo, as lutas pela independência das colônias ou “guerras coloniais”, em especial o caso da Índia.

Assim, a luta política na Índia contra os ingleses (e, em certa medida, a luta da Alemanha contra a França ou da Hungria

⁴⁸ Organizações privadas que, durante o regime fascista, utilizavam a luta violenta, armada, no combate ao avanço das lutas de esquerda na Itália. Esses grupos atuavam na ilegalidade, sem o Estado nada fazer para combatê-los. Isto porque, de acordo com Gramsci, este Estado concordava com seus métodos, embora não assumisse isto abertamente.

contra a *Pequena Entente*) conhece três formas de guerra: de movimento, de posição e subterrânea. A resistência passiva de Gandhi é uma guerra de posição, que, em determinados momentos, se transforma em guerra de movimento e, em outros, em guerra subterrânea: o boicote é guerra de posição, as greves são guerra de movimento, a preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto é guerra subterrânea. Há uma forma de *arditismo*, mas ela é empregada com muita ponderação (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 124)

Nesta comparação feita por Gramsci, utilizando-se do caso da Índia como exemplo, parece-nos claro que a combinação dos tipos de guerra é que é essencial para se garantir êxito no resultado. Neste caso, ainda aponta um outro tipo de guerra, a “guerra subterrânea”, que não é um conceito muito desenvolvido por ele, mas que é possível pensá-la enquanto etapa intermediária entre a guerra de posição e a guerra de movimento.

Diante do exposto, até aqui, sobre a questão da guerra de posição e da guerra de movimento, é possível afirmar que, para Gramsci, estas não se excluem; também se pode perceber a importância de uma compreensão profunda dos momentos históricos, seja temporal ou espacial, para que se lance mão de uma tática eficiente de luta; além do que, tais táticas precisam ser planejadas e organizadas. Isto se consegue através de uma organização partidária que tenha como prioridade a educação de seus militantes, pois

O erro em que se incorre freqüentemente nas análises históricas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim, ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediatamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. Num caso, tem-se excesso de “economicismo”, ou de doutrinário pedante; no outro, excesso de “ideologismo”. Num caso, superestimam as causas mecânicas; no outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 37).

A intervenção do partido, enquanto instrumento para garantir uma boa análise histórica, é condição necessária para a definição do tipo de luta a ser travado em cada momento e em cada Estado.

Por isso pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido (que é uma quantidade

“fixa”, na medida em que se pode estabelecer quantos são os componentes de cada grupo social) se articule e se transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado (GRAMSCI, 2007, p. 85).

A formação, proporcionada pelo partido aos seus dirigentes e militantes, deverá ser, portanto, capaz de fazê-los compreender historicamente a sociedade em que estão inseridos, para que, desta forma, possam utilizar o instrumento mais eficiente na ação revolucionária. Ou seja, ao compreender objetivamente o momento histórico, observando as organizações da sociedade civil existentes em cada Estado, será possível a definição da melhor tática de luta possível.

Para finalizar nossa exposição sobre as formas de luta que, segundo Gramsci, devem ser travadas para se educar na perspectiva da revolução, pensamos ser relevante recordar a afirmação de Marx, em sua obra *A Ideologia Alemã*, quando este afirma que:

Os elementos materiais de uma subversão total são, de um lado, as forças produtivas existentes e, do outro, a formação de uma massa revolucionária que se revolte, não só contra as condições particulares da sociedade existente até então, mas também contra a própria “produção da vida” vigente, contra a “atividade total” sobre a qual se baseia (MARX e ENGELS, 1996, p. 57).

Gramsci, ao propor a guerra de posição, pensou-a em um momento e para um local determinado, onde carecia a construção de um mínimo de hegemonia entre os “grupos subalternos”, para levar esses grupos a se rebelarem, não apenas contra o tipo de produção econômica em sentido estrito, mas contra toda forma de dominação originada da exploração econômica. Ao levar em consideração o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e o estágio de organização política da sociedade civil, é que vê na guerra de posição uma tática que deveria ser a mais utilizada naquele momento e para as condições de determinados Estados.

Ou seja, na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado; mas quando, por uma razão ou por outra, estas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio, tensa, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e

espírito inventivo. “Na política o assédio é recíproco, apesar de todas as aparências, e o simples fato de que o dominante deva ostentar todos os seus recursos demonstra o cálculo que ele faz do adversário” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 255-256).

A atuação do partido revolucionário neste contexto era o de empenhar-se na guerra de posição, combatendo fortemente o inimigo de classe sem, contudo, abandonar a guerra de movimento, de que, em momentos decisivos, deve ser lançada mão para a conquista do poder político e para a construção da sociedade socialista.

CAPÍTULO III

O PARTIDO COMO AGENTE EDUCATIVO EM GRAMSCI

A preocupação de Gramsci com a formação intelectual do proletariado é uma constante em seu pensamento. Percorrendo seus escritos, desde o início de sua militância como jornalista até o cárcere, é possível notar a centralidade que ele dá à questão educativa das massas. É claro que não pensamos ser Gramsci o primeiro e único que atribui ao partido do proletariado função de educador, pois, nos escritos de Marx, Engels e Lênin, também se faz presente a questão educativa como primordial para a libertação do proletariado. Gramsci teve, contudo, condições concretas, históricas, que lhe possibilitaram e lhe exigiram a análise prioritária desta questão.

É importante ressaltar, antes de entrarmos diretamente na questão do partido como agente educativo, que, para Gramsci, tanto quanto para os revolucionários acima citados, o processo educativo do proletariado não se completaria sem a transformação total da sociedade. Gramsci tinha clareza da impossibilidade de uma educação completa que desse conta de formar a consciência de classe em todo o proletariado antes da ditadura do proletariado, mesmo esta sendo proporcionada pelo partido como consciência superior dessa classe. Afirma que

Não é possível propor, antes da conquista do Estado, a modificação completa da consciência de toda a classe operária; isso seria utópico, já que a consciência da classe enquanto tal só se modificará quando o modo de viver da própria classe também se modificar, ou seja, quando o proletariado se transformar em classe dominante, quando tiver à sua disposição o aparelho de produção e de troca e o poder estatal. Mas o Partido pode e deve, em seu conjunto, representar esta consciência superior; de resto, se não fizer isso, não estará à frente das massas, mas em sua retaguarda; não as dirigirá, mas será arrastado por elas (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 294).

Evidentemente os limites apontados por Gramsci estão ligados às bases materiais da sociedade em que está inserida a classe proletária. Conforme afirma Marx, em *A Ideologia Alemã*,

[...] os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu

intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, 1996, p. 37).

Gramsci também parte desta compreensão ao afirmar a impossibilidade de modificar completamente a consciência geral do proletariado para depois modificar a sociedade, no entanto, vivendo um contexto histórico diferente daquele que Marx pôde teorizar, percebe a necessidade de uma atuação diretiva do partido no sentido de este possibilitar o avanço de consciência, transformando-se em direção da luta proletária. Para tanto, faz-se necessário que o partido esteja, prática e teoricamente, preparado para inserir-se na luta de classes e capaz de fazer-se compreender pelas massas, a ponto de estas se enxergarem coletivamente no partido.

Por isso, mesmo dentro dos limites impostos pela sociedade burguesa, que detém o poder militar do Estado e todo o seu aparato ideológico para educar de acordo com sua concepção de mundo, Gramsci coloca ao partido a tarefa árdua, porém necessária, de educador imediato de seus membros:

[...] é dever do Partido preocupar-se com os mesmos [membros do Partido], desenvolvendo uma atividade determinada que tenha particularmente em vista a melhoria de sua organização e a elevação do nível intelectual de seus membros [...] (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 291).

Além da preocupação com a formação revolucionária da consciência dos seus quadros, o partido deve se preocupar também com a dos militantes iniciantes, que não fazem parte de seus quadros, mas que estão inseridos entre os trabalhadores:

[...] deve dedicar uma particular atenção à educação destes companheiros [proletários ligados às massas, mas são ainda iniciantes no Partido], que formam o tecido conectivo da organização e são o instrumento de ligação com as massas. (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 350-351)

Até este momento não notamos, em Gramsci, uma preocupação específica e mais diretamente ligada às questões educativas do ponto de vista da formação técnica, mas sua atenção estava voltada para a formação específica de quadros para o partido. Sua primeira reflexão sobre a questão da

elevação cultural das massas, não só na consciência de classe, mas também no âmbito geral de domínio do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, pode ser encontrado em seu texto *Alguns temas sobre a Questão Meridional*, escrito em 1926, pouco antes de ser preso pelo regime fascista (Cf. NOSELLA, 2004, p. 106).

Nesse texto, Gramsci traça um paralelo entre o sul e o norte da Itália, evidenciando as diferenças culturais entre essas duas regiões de um mesmo país. O norte, com uma indústria desenvolvida, criou o proletariado que, por sua vez, levado pela necessidade e possibilitado pela socialização do trabalho, criou associações de luta contra o capital. O sul, composto por camponeses, e com uma economia capitalista atrasada, não possibilitava uma ação organizada de trabalhadores contra suas condições miseráveis de vida. Para Nosella, esse período é marcante para o pensamento de Gramsci, haja vista que é a partir daí que ele passa a se aprofundar no estudo sobre o homem da região atrasada e pré-industrial do sul da Itália.

Ao realizar esse estudo, percebe que o domínio do conhecimento em todos os campos da ciência é condição necessária para a transformação da sociedade e para a manutenção, o desenvolvimento e o aprofundamento desta transformação. “Gramsci percebeu que o movimento revolucionário operário-industrial isolado e sem a solidariedade orgânica dos trabalhadores do campo, não possui ‘força suficiente para conquistar o Estado e determinar-lhe nova direção’” (NOSELLA, 2004, p. 106). Esta preocupação de Gramsci é que irá levá-lo a se preocupar com questões que, até então, não haviam sido suficientemente exploradas pelo pensamento marxista, como, por exemplo, a questão da cultura, dos intelectuais, da formação técnica do proletariado. Importante ressaltar é que todas essas questões, elaboradas, aprofundadas ou desenvolvidas por Gramsci, estão interligadas a um objetivo maior: a revolução socialista.

Em algumas passagens do caderno do cárcere número 13, *Breves notas sobre a política de Maquiavel* (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 11-109), esta questão fica clara quando Gramsci ressalta a imprescindibilidade do partido na construção do que ele chama de “uma reforma intelectual e moral”.

[...] uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 19).

A partir desta afirmação é possível perceber os limites que Gramsci coloca, para o campo educativo, dentro do qual é possível atuar antes da transformação radical do modo de produção capitalista em modo de produção socialista. Daí decorre sua enfática afirmação da necessária transformação econômica para a transformação intelectual e, vai além, colocando a reforma intelectual e moral como um reflexo do programa da reforma econômica.

O responsável por levar adiante esse programa é o partido político, chamado, por ele, em uma alusão a Maquiavel, de *o moderno príncipe*. “O príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costumes” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 19). O partido, portanto, era o centro da preocupação de Gramsci, uma vez que este é que teria a capacidade de pensar um projeto de totalidade para o Estado. Tal partido não era, contudo, para ele, um ente que deveria pairar acima das organizações de trabalhadores presentes na sociedade, por isso caberia a este se preocupar com tais organizações no sentido de ir construindo um novo homem, uma nova mentalidade, capaz de ultrapassar a dominação imposta pela sociedade burguesa. É nesta direção que Gramsci desenvolve seu pensamento sobre a educação, a partir da perspectiva revolucionária construída pelo partido político. Ele salienta, inclusive, que conste, no programa do partido, a organização de escolas.

Em outras palavras, diante de tais afirmações, parece ser possível constatar a profunda ligação do partido com a formação intelectual do proletariado, isto é, embora não coubesse ao partido se limitar a organizar suas próprias escolas para dar formação profissional ao proletariado, deveria, sim, ter clareza de um projeto de educação escolar, de cultura geral e profissional, defendendo-a enquanto programa de partido.

No escritos políticos de Gramsci, em especial após a Revolução socialista na Rússia, em 1917, percebemos uma ênfase bastante grande na questão da educação, tanto no que diz respeito à educação do militante do

partido, quanto do trabalhador sem vinculação direta com o mesmo. No primeiro caso, Gramsci busca no pensamento de Lênin a centralidade da teoria que orienta a atuação do partido revolucionário, haja vista que, para Lênin,

Sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário. Nunca se insistirá demasiadamente nesta idéia numa altura em que a prédica em voga do oportunismo aparece acompanhada de uma atração pelas formas mais estreitas da actividade prática (LENINE, 1986, p. 96-97).

Esta crítica de Lênin é dirigida a dois grupos, ou seja, o *União dos Sociais-Democratas Russos* e o *Emancipação do Trabalho*, a partir da leitura de textos escritos em 1899, em seus respectivos órgãos informativos: *Rab. Dielo* e *Anúncio sobre o Recomeço das Publicações do Grupo Emancipação e Trabalho*. Para eles, a questão teórica estava em segundo plano, ou seja, o critério para identificar um revolucionário era sua prática. Lênin rebate duramente esta visão, decorrente de uma interpretação grosseira, descontextualizada e distorcida de uma frase de Marx em que este afirma que “Cada passo do movimento efetivo é mais importante do que uma dúzia de programas” (MARX apud LENINE, 1986, p. 96), afirmando que: “Repetir estas palavras, numa época de dissensões teóricas, é exatamente o mesmo que exclamar ao passar um cortejo fúnebre: “Oxalá tenhais sempre algo que levar”. Além disso, ressalta também Lênin que

[...] estas palavras de Marx foram tiradas da sua carta sobre o programa de Gotha, na qual *condena categoricamente* o ecletismo na formulação dos princípios: já que é necessário unir-se – escrevia Marx aos dirigentes do partido –, fazei acordos para atingir os objetivos práticos do movimento, mas não vos permitais o tráfico com os princípios, nem façais “concessões” teóricas (LENINE, 1986, p. 96).

Esta discussão, travada por Lênin com aquelas organizações, era essencialmente contra o economicismo e, de certa forma, contra o obreirismo presente na tática espontaneísta defendida por elas. Para ele, a luta econômica de nada valeria se não se canalizasse para a luta política, ou seja, para uma organização que aspirasse à tomada do poder pela classe trabalhadora. Esta consciência não seria, contudo, criada no interior das lutas econômicas, mas viria de fora dessa luta. “A consciência de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera

de relações entre operários e patrões” (LENINE, 1986, p. 135). Diante desta constatação é que Lênin faz a defesa da necessidade de o partido proporcionar, em especial a seus militantes, uma educação política em que se resgatasse o fundamento do pensamento marxiano, isto é, a ação revolucionária com vistas à ditadura do proletariado. Para tanto, afirma a função primordial da socialdemocracia naquele momento:

Mas qual é o papel da social-democracia, senão o de ser o “espírito” que não só plana sobre o movimento espontâneo, mas *eleva* este último ao *nível* do “*seu programa*”? Não é, com certeza, o de se arrastar *na cauda* do movimento, coisa inútil no melhor dos casos, e, no pior, extremamente nociva para o movimento (LÉNINE, 1986, p. 116).

Assim como Lênin, também Gramsci não titubeia na enfática defesa da importância do domínio da teoria marxiana. De acordo com ele, “[...] o Partido deve assimilar o marxismo – e deve assimilá-lo em sua forma atual, ou seja, como leninismo” (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 294), cabendo ao próprio partido proporcionar a formação de seus quadros. Ainda segundo Gramsci,

[...] é necessário que o Partido intensifique e torne sistemática sua atividade no campo ideológico, que ele ponha como dever do militante o conhecimento das doutrinas do marxismo-leninismo, pelo menos em seus aspectos mais gerais (GRAMSCI, 2004, vol. 2, p. 296).

Além desta preocupação com a formação dos quadros do partido, Gramsci também entende que os trabalhadores, de forma geral, precisam também assimilar a teoria do socialismo científico, caso contrário o objetivo do partido estaria comprometido. Quanto a isto, afirma:

Os socialistas ainda são freqüentemente apresentados como inimigos da família. Temos aqui um dos lugares comuns, um dos preconceitos anti-socialistas mais enraizados e difundidos, sobretudo nas camadas populares que menos conhecem nossa doutrina, nossos ideais, já que a fé na libertação dos homens da escravidão econômica não suscitou aquela simpatia que é necessária para compreender, mesmo sem estudo, um movimento social; e, precisamente, a falta de qualquer cultura faz com que eles não conheçam, nem sequer objetivamente, as propostas dos socialistas e as formas através das quais eles desejam que tais propostas sejam realizadas (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 141).

Para nós é exatamente sobre esta questão que Gramsci dedica inúmeros dias, meses e anos, em especial durante seus 11 anos de cárcere. Durante esse tempo, ele se dedica a uma densa produção teórica, apesar de todas as barreiras que lhe eram impostas por sua condição de prisioneiro, pela sua própria saúde debilitada e por toda a censura do regime fascista. Em suas reflexões, registradas nos cadernos do cárcere, podemos ver inúmeros assuntos, ligados aos mais diversos temas: religião, folclore, cultura, linguagem, literatura, gramática, etc. É, contudo, uma constante, em seus escritos, a preocupação com a transformação da sociedade, fazendo uma analogia com Lênin, quando este afirma, referindo-se a Kautsky, que

A essência de toda doutrina de Marx e de Engels é a necessidade de inculcar sistematicamente nas massas essa idéia da revolução violenta. É a omissão dessa propaganda, dessa agitação, que marca com mais relevo a traição doutrinária das tendências chauvinistas e kautskistas (LENIN, 2007, p. 38-39).

O mesmo poderíamos afirmar com relação a Gramsci, ou seja, retirar desse pensador sua perspectiva de revolução socialista, mesmo em um contexto diferenciado daquele vivido por Lênin e, portanto, também com táticas diferenciadas, é retirar dele as bases de seu pensamento.

Este raciocínio se faz presente, de forma mais enfática, em seus escritos políticos anteriores a sua prisão. Em um de seus textos denominado *Partido de governo e classe de governo*, escrito em 1920, apesar de estar sob a perspectiva da revolução a curto prazo, Gramsci demonstra claramente a necessária atuação do partido na sociedade civil no sentido de garantir, mesmo antes da tomada do poder, a formação de uma hegemonia proletária. Afirma ele:

Não pode haver governo operário se a classe operária não for capaz de se tornar, em sua totalidade, o poder executivo do Estado operário. As leis do Estado operário devem ser postas em execução pelos próprios operários: somente assim o Estado operário não corre o risco de cair em mãos de aventureiros e politiquês, de se tornar uma contrafacção do Estado burguês. Por isso a classe operária deve se preparar, deve se educar para a gestão social, deve adquirir a cultura e a psicologia de uma classe dominante; e deve fazer isto com seus próprios meios e seus sistemas, com os comícios, com os

congressos, com as discussões, com a educação recíproca (GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 333).

A nosso ver, é este mesmo raciocínio que Gramsci continua a desenvolver na prisão. Por isso não concordamos com a tese de que haveria uma outra teoria de Gramsci, que abandone a luta direta do proletariado em favor de uma transformação gradual via utilização dos espaços concedidos pela própria sociedade capitalista. Problematizamos esta tese no capítulo anterior, quando tratamos da questão da guerra de posição e da guerra de movimento, ou seja, a questão tática deve ser constantemente avaliada, reavaliada, transformada e até modificada, sem que isto necessariamente comprometa o objetivo final: a sociedade socialista, buscada pelo partido enquanto intelectual coletivo. Desse modo é, a partir dessa linha de raciocínio, que estamos entendendo o pensamento gramsciano e no qual se insere a questão dos intelectuais em sua relação com a educação e com o partido.

Os Intelectuais, o Partido e a Educação

Gramsci desenvolve, durante o período em que ficou preso, um dos conceitos centrais para a compreensão de sua teoria de educação e de partido, o conceito de *intelectual*. Na visão de Gramsci, “todo homem é intelectual”, portanto ele não compartilha da visão elitista de que intelectual é somente aquele que tem um grau de instrução superior, adquirido em escolas institucionalizadas e reconhecidas pelo Estado. Por outro lado, também não compartilha da visão “folclórica” ou mitológica da sociedade, tampouco é um desprezador do conhecimento científico. O que Gramsci quer demonstrar com essa sua afirmação é a impossibilidade de qualquer ser humano realizar qualquer atividade sem um mínimo de intelectualidade.

Por isso seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates) (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 18).

A partir desta perspectiva é que Gramsci irá desenvolver seu estudo sobre a questão dos intelectuais. No caderno 12, denominado *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, é

onde encontramos melhor explicitado por Gramsci essa questão e, embora este seja um tema tratado em vários outros cadernos, para nosso objetivo é suficiente a análise do caderno 12. Nesse texto, Gramsci chama a atenção para a necessidade de distinguir as diversas categorias de intelectuais, apontando as duas principais delas: a dos intelectuais tradicionais e a dos intelectuais orgânicos. Em seguida busca compreender a relação entre o partido político e esses dois grupos de intelectuais e a função da escola institucional.

O nosso interesse nesta questão está ligado à atuação do intelectual no partido e, ao mesmo tempo, o papel educativo desempenhado pelo partido na formação de seus intelectuais e de sua área de influência. Todavia, para uma melhor compreensão dessa questão, julgamos ser necessário uma breve exposição do que Gramsci entendia por intelectual orgânico e por intelectual tradicional, para, então, buscarmos compreender a relação entre partido, intelectual e educação.

Logo no início do caderno 13 já podemos notar a preocupação de Gramsci com a distinção entre esses dois grupos de intelectuais, quando lança a seguinte questão: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria de intelectuais?” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 15). A partir dessa questão é que se desenvolverá toda sua reflexão, na tentativa de desvelar a relevância dos intelectuais na organização da sociedade e, para tanto (embora reconheça a existência de outros), divide os intelectuais em dois grupos que, a seu ver, são os que realmente permitem a construção da hegemonia na sociedade à qual estão ligados.

O primeiro grupo de intelectuais comentado por Gramsci é aquele cuja finalidade explícita é a de garantir a organização e o bom funcionamento do modelo social vigente. No caso da sociedade capitalista, para a qual Gramsci apontou sua reflexão, afirmou que,

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa

(GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 15-16).

A esse grupo de intelectuais, pertencente à classe dominante, ou formado por ela de acordo com sua concepção, é que Gramsci chamou de intelectuais orgânicos, pois estão diretamente ligados tanto ao modelo de produção capitalista com a finalidade de reproduzi-lo, quanto ao modelo de organização política, que possibilita a reprodução econômica do capitalismo.

Neste ponto surge uma indagação: – Seria apenas a classe dominante (no caso do capitalismo, a burguesia) que produz seus intelectuais orgânicos? – Ou seria também possível, ou até necessário, o proletariado também produzir seus intelectuais orgânicos? Apesar de não encontrarmos nesse texto de Gramsci uma resposta direta para essa questão, é possível compreender, nas entrelinhas, uma resposta afirmativa para essa questão, ou seja, que o proletariado não só pode como deve formar seus intelectuais orgânicos. Analisemos o seguinte trecho escrito por Gramsci:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 15).

Assim, se levarmos em consideração que a classe burguesa produziu seus intelectuais já na crise do feudalismo, desde o século XVI com o renascimento, intensificando-se no século XVIII com o iluminismo, sem necessariamente estar de posse do poder político ou do econômico em sua totalidade, é possível inferir daí que o proletariado, mesmo no âmbito da dominação do capitalismo, também pode produzir seus intelectuais orgânicos.

Outra questão que se coloca, então, em decorrência desta, é: – Como o proletariado poderá produzir seus intelectuais? Para esta questão, porém, a resposta de Gramsci é mais direta, apontando os militantes de um partido como intelectuais que educam, dirigem e organizam os trabalhadores. Vejamos:

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será necessário fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que

importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 25).

A afirmação de Gramsci, considerando que todos os membros de um partido são intelectuais orgânicos a sua classe, serve não apenas para os partidos da classe dominante, mas também para os partidos proletários, diferenciando-se apenas na classe à que estão ligados. Daí decorre que um partido revolucionário, que almeje levar a cabo um projeto de transformação revolucionária da sociedade, não pode se descuidar da educação de seus membros, proporcionando a eles inclusive a possibilidade e a capacidade intelectual de criticar o próprio partido, construindo-se dialeticamente

Segundo Maximo, “Gramsci incorpora a função do intelectual no partido, ou melhor, ele quase funde as duas atividades [do partido e do intelectual]” (MAXIMO, 2000, p. 7), contudo sem que uma se sobreponha à outra, isto é, “[...] tanto o partido quanto os intelectuais, agindo maciçamente, são os grandes educadores, formadores dessa vontade coletiva” (MAXIMO, 2000, p. 7).

Os intelectuais orgânicos, portanto, são um grupo mais fácil de conhecer e de compreender seu papel dentro da sociedade, haja vista que desempenham um papel explícito de hegemonia ou de contra-hegemonia, bastando observar a que classe eles servem para compreender a serviço de qual modelo de sociedade cada um está. Diante disso, a ênfase maior é dada por Gramsci ao estudo do grupo dos intelectuais tradicionais, pois, para ele, “[...] a formação dos intelectuais tradicionais é a mais interessante” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 25).

Esta afirmação de Gramsci tem sua sustentação no estudo que ele faz sobre a história dos intelectuais no contexto mundial, desde o antigo Império Romano até a Europa, a América, a África, a Rússia e a América Latina, ou seja, “[...] traça um original ‘mapa-mundi’ das características nacionais dos intelectuais” (NOSELLA, 2004, p. 160). A preocupação de Gramsci em ter um entendimento profundo sobre os intelectuais tradicionais pode ser explicada a partir da disputa que ocorre entre os grupos econômicos para cooptarem tais intelectuais. Segundo Nosella, “[...] os grupos econômicos que pretendem dirigir o Estado disputam a adesão dos intelectuais tradicionais [...]” (NOSELLA, 2004, p. 163).

Gramsci procura responder à seguinte questão: – O que caracteriza um intelectual tradicional ou o que o diferencia do intelectual orgânico? Segundo ele,

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo da história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 16).

A característica principal do grupo dos intelectuais tradicionais, conforme nos afirma Gramsci, é seu posicionamento enquanto representante de um modelo de sociedade que já ruiu. Como exemplo Gramsci cita o clero, que, durante a Idade Média, foi o grupo intelectual dominante daquela sociedade, cujo modo de produção era feudal e, com o fim do feudalismo e a ascensão do capitalismo, permaneceu representando, ideologicamente, os valores e o tipo de conhecimento daquele período (Cf. GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 16-17).

Além dessa característica dos intelectuais tradicionais e em decorrência desta, estes também se apresentam como “neutros”, livres de qualquer influência política, econômica ou social. “Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem-se com ‘espírito de grupo’, sua ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 17). Para eles, seu único compromisso é com o conhecimento, com a ciência, com “a verdade”. É isto que torna esse grupo de intelectuais um objeto de disputa, ou seja, uma vez que não se consideram vinculados a nenhuma das classes da nova sociedade, podem contribuir tanto com uma quanto com outro, ajudando a manter a dominação ou contribuindo para o fim da dominação da classe que está no poder. Isto, contudo, apesar desta aparente autonomia com relação às lutas de classes existentes no interior da sociedade, não ocorre de fato. Para Gramsci, isto não passa de uma “utopia social”, assim “como toda filosofia idealista” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 17).

Para esclarecer esta questão, Gramsci parte da própria realidade italiana que, devido ao desenvolvimento desigual entre o sul e o norte, produz

intelectuais orgânicos em uma região e tradicionais na outra. Por isso afirma que

O ponto central da questão continua a ser a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectual como categoria tradicional, distinção da qual decorre toda uma série de problemas e de possíveis pesquisas históricas (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 23).

Ocorre que, mesmo chamando a atenção para a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a distinção entre estes dois grupos de intelectuais, Gramsci não deixa de apontar algumas questões, do âmbito nacional italiano, que contribuem para a compreensão do tema.

Para ele, o sul da Itália (rural) produzia intelectuais tradicionais, enquanto que o norte (urbano), intelectuais orgânicos. “Os intelectuais do tipo urbano cresceram junto com a indústria e são ligados a suas vicissitudes” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 22) e, por isso, são educados de acordo com o desenvolvimento da sociedade industrial, para trabalhar pelo bom funcionamento dessa sociedade. “Na média geral, os intelectuais urbanos são bastante estandardizados; os altos intelectuais urbanos confundem-se cada vez mais com o Estado-maior industrial propriamente dito” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 22).

Os intelectuais tradicionais geralmente estão “[...] ligados à massa social do campo e pequeno-burguesa, de cidades (notadamente dos centros menores), ainda não elaborada e posta em movimento pelo sistema capitalista” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 22-23). Esses intelectuais (advogados, tabeliães, padres, etc.) são os responsáveis pela camuflagem da luta de classes na medida em que se transformam em agentes intermediários entre o Estado e a massa camponesa. Ao se colocarem nesta posição, confundem a consciência do camponês pobre que, ao mesmo tempo em que os admira, tanto que é quase uma regra geral entre aqueles camponeses quererem e acreditarem que “[...] pelo menos um de seus filhos pode se tornar intelectual (sobretudo padre), [...] elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica [...]” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 23), também, “finge às vezes desprezá-lo”. Em síntese, o sentimento do camponês do sul da Itália pelo intelectual tradicional é uma mistura “de inveja e de raiva apaixonada” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 23).

O que percebemos, a partir das definições sobre os dois grupos de intelectuais feitas acima, é que: 1) o grupo dos intelectuais orgânicos é explicitamente ligado a uma determinada classe, responsável por pensar e por desenvolver o tipo de sociedade que seja viável para a existência dessa classe; 2) os intelectuais tradicionais passam a imagem de serem desvinculados de qualquer classe, formando, assim, uma classe independente, tendo como objetivo pensar livremente, sem qualquer influência de classes. Daí podemos inferir que a questão dos intelectuais orgânicos é mais fácil de resolver que a dos intelectuais tradicionais, haja vista que aqueles são assumidamente classistas, enquanto estes, ao negarem seu vínculo de classe, podem ser tanto legitimadores de uma ordem social já posta, quanto transgressores de tal ordem social. Por isso caberia então “aos partidos conquistar esses intelectuais” (NOSELLA, 2004, p. 164).

Pensar nos intelectuais, seja orgânico ou tradicional, a partir da conceituação de Gramsci só é possível, portanto, vinculando essa questão a sua teoria de partido como agente educativo, pois se a preocupação de Gramsci é a revolução no Ocidente (e, para isto, é preciso formar a classe que dirigirá a nova sociedade), tal formação deverá ser dirigida pelo partido e não pelos intelectuais.

Não são os intelectuais *enquanto tais* que permitem a uma classe subalterna tornar-se dirigente e dominante, hegemônica. E sim o Príncipe moderno, o partido político de vanguarda como lugar a partir do qual convém repensar a função intelectual, as relações entre a pesquisa e a política, sua tensão recíproca (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 50).

É o partido que possibilita a formação da consciência de classe, aprofundando a formação intelectual de seus quadros e, até mesmo atraindo, também, alguns intelectuais tradicionais. Tais intelectuais tradicionais, mesmo não sendo militantes do partido, desempenham um papel essencial para o partido no espaço em que atuam. Neste sentido é que Gramsci vê a relação entre esses dois grupos de intelectuais e o partido, afirmando, então, que

Uma das características mais marcantes de todo o grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de

elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 19).

Nesta afirmação notamos, claramente, o papel central do partido enquanto escola de quadros e de formação de intelectuais que debatem com outros intelectuais, já produzidos pela própria sociedade vigente (a sociedade capitalista), com vistas, até mesmo, a atraí-los, pelo convencimento, para as fileiras do partido. Pergunta-se, então: – Como e onde atuar para conquistar esses intelectuais?

Se a formação dos intelectuais orgânicos se dá nos espaços educativos do partido político, fora da escola formal, institucionalizada, o mesmo não ocorre com os intelectuais tradicionais. Estes, necessariamente sempre precisaram e continuam a precisar da instituição escolar para sua formação. Diante disso é que a preocupação com a educação, presente em Gramsci, embora esteja diretamente ligada ao partido político, se estenderá obrigatoriamente também para a escola formal, além de outros espaços educativos da sociedade, tais como imprensa, sindicato, igrejas, associações, etc.

Na afirmação de Gramsci, acima citada, vimos que a intensidade da conquista dos intelectuais tradicionais pelo partido está diretamente relacionada com a capacidade de o partido formar seus intelectuais orgânicos. A partir disto podemos, então, afirmar que os intelectuais orgânicos do partido têm dois papéis centrais: pensar e atuar na construção de seu projeto social e, simultaneamente, buscar a adesão dos intelectuais tradicionais a este projeto.

Direcionando nossa reflexão especificamente para o partido revolucionário do proletariado, no contexto da sociedade “ocidental”, onde há uma forte organização da sociedade civil garantindo a hegemonia da burguesia, vejamos como Gramsci entende a atuação deste partido na sociedade civil. Como vimos, primeiramente cabe ressaltar que o próprio partido é considerado intelectual, o intelectual coletivo, sendo assim, o partido educa seus intelectuais orgânicos, ao mesmo tempo em que é educado por eles.

Para melhor esclarecer esta dialética relação educativa entre intelectuais e o partido que quer assumir o poder, é preciso levar em consideração que o partido, como já falamos, ao mesmo tempo em que é uma organização formal,

não pode também deixar de ser o representante da classe como um todo, isto é, ser um partido de massa. Por isso, os intelectuais orgânicos do partido são os que diretamente devem fazer a articulação entre este e a massa proletária, haja vista que “Gramsci não está preocupado, sobremaneira, apenas com o indivíduo intelectual. Sua intenção é envolver o conjunto da “intelligenza” como estratégia a favor da classe que busca emancipar-se (MAXIMO, 2000, p. 91).

Para cumprir tal tarefa, o intelectual orgânico deve então ser um militante do partido e, ao mesmo tempo, também um militante nos espaços que atingem as massas que não estão organicamente ligadas ao partido.

Exemplificando, as atividades do intelectual na academia, no controle de uma editora, na direção de um jornal, na organização de círculos de cultura, na produção de conhecimento científico, no partido político, etc., também podem se colocar como estratégia de poder (MAXIMO, 2000, p. 91).

Isso não quer dizer que será a partir desses espaços que se irá chegar ao poder, mas que esses são espaços em que o partido deve atuar, através de seus intelectuais, para formar mais intelectuais que possam colocar seu conhecimento a serviço do partido revolucionário.

Em Gramsci, o vínculo intelectual-massa é um imperativo como estratégia de poder rumo a uma sociedade socialista. A elevação do nível cultural das massas, o rompimento com as concepções de mundo “bizarras” – deformadas, acríicas, incoerentes – e a difusão, para as grandes massas, de uma concepção de mundo calcada na filosofia da práxis são, também, as condições de sustentação de uma nova ordem socialista (MAXIMO, 2000, p.106).

Para Gramsci, é fundamental a formação de intelectuais e a organização da cultura. Nesse sentido, retomamos, então, a questão da vinculação entre intelectuais orgânicos e tradicionais. Como afirmamos antes, os intelectuais tradicionais necessitam da escola formal para se tornarem intelectuais, haja vista que não participam efetivamente de nenhum partido político que possa lhes proporcionar tal formação. Diante disso é que, na sociedade capitalista, onde o Estado burguês é o responsável pela certificação dos intelectuais tradicionais através da escola, esta se torna um espaço de disputa para esses intelectuais. Essa perspectiva, podemos encontrá-la na reflexão que Gramsci

faz no final do caderno 12, intitulado *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, quando discute a questão da Escola Unitária⁴⁹.

Com relação à questão da proposta de escola apresentada por Gramsci no caderno 12, cabe lembrar que, em princípio, não parece muito claro se esta seria uma escola possível de ser assumida pelo Estado capitalista ou apenas pelo Estado socialista. Se levarmos em consideração a totalidade de seu pensamento, cujo objetivo claro era a transformação da sociedade, não é difícil afirmar que “A proposta da escola unitária de Gramsci é um amplo projeto político coordenado pelo Estado, não se trata de uma reforma educacional abstrata” (NOSELLA, 2004, p.168). Sendo assim, “[...] trata-se de uma possível proposta educacional do Partido Comunista para a sociedade italiana, isto é, expõe-se neste texto a política educacional alternativa que seria implementada caso os comunistas conquistassem o Estado” (NOSELLA, 2004, p. 161). Ocorre que a concepção gramsciana de partido, isto é, “[...] o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política [...]” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 24), por isso podemos perceber que, mesmo a Escola Unitária sendo uma proposta a ser implementada pelo Estado socialista, não deixa de ser também uma proposta para disputar uma hegemonia relativa em favor do proletariado, ainda na sociedade de classes. Ou seja, o partido que se propõe ser revolucionário, a partir da concepção marxiana, deve atuar, entre as necessidades imediatas e necessárias para a transformação social, sem abrir mão dos princípios que lhe garantam a clareza em seu horizonte histórico. É a partir dessa visão que entendemos a função do partido em Gramsci, enquanto intelectual coletivo que,

⁴⁹ No caderno 12, escrito em 1932, Gramsci traz como tema de sua reflexão a questão dos intelectuais e da escola. A princípio apresenta um pouco da história dos intelectuais, dividindo-os entre orgânicos e tradicionais; posteriormente pensa a relação destes com o partido político e, por último, apresenta uma proposta de escola, a *Escola Unitária*. Esta escola deveria ser, segundo Gramsci, de tempo integral, onde os estudantes unificassem teoria e prática, ao mesmo tempo em que tivessem uma alta formação cultural capaz de lhes proporcionar os conhecimentos necessários para garantir sua emancipação enquanto ser humano. Ver também: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere vol.2*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro, 2001, p.1 5-53 e NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, 2004, p.158-174.

sem abandonar a radicalidade revolucionária, atua, através de seus intelectuais orgânicos, nos espaços de contradição existentes nas diversas organizações da sociedade civil, incluindo aí a escola formal.

Prática Político-Educativa e Revolução: a práxis do partido

Conforme expusemos, em nosso primeiro capítulo, a reflexão feita por Gramsci sobre a questão do partido político pode ser dividida em dois momentos: um primeiro, em que suas discussões estavam ligadas diretamente ao partido institucional, dada sua participação efetiva no PSI e, posteriormente, no PCI e, também, sob influência da revolução russa na perspectiva de que o mesmo viesse a ocorrer na Itália. Num segundo momento, após o “fracasso” da revolução italiana, e, de modo geral, nos demais países europeus (como era esperado pelo movimento comunista internacional), as discussões de Gramsci parecem apontar para uma concepção de partido mais geral, quase como sinônimo de organização de classe.

Esta mudança conjuntural é certamente o que influencia Gramsci a pensar em uma nova forma de atuação do partido que, além de preparar a luta direta contra o Estado capitalista (guerra de posição), deve, também, pensar formas de construir um novo e necessário caminho para a revolução, o que exige ações na superestrutura do Estado. Embora Gramsci, evidentemente, não tenha sido o único a buscar desenvolver esta questão⁵⁰,

[...] diferentemente de todos os teóricos do marxismo ocidental, ele entendia a autonomia e a eficácia das superestruturas culturais como um problema político que deveria ser explicitamente teorizado como tal, ou seja, no que diz respeito ao papel que tinha na manutenção ou na subversão da ordem social (ANDERSON, 1989, p. 111).

Pensando a partir desta perspectiva é que podemos então ver que sua preocupação com o conhecimento profundo dos diversos aparelhos de hegemonia presentes na sociedade civil está diretamente ligada a seu objetivo maior, que era a revolução socialista. Em decorrência disso, podemos também inferir que o partido era, para Gramsci, o principal agente educativo do

⁵⁰ Perry Anderson aponta Lukács, Adorno, Sartre, dentre outros, que, assim como Gramsci, buscaram inovar e ampliar o campo de preocupações do Marxismo. Sobre esta questão, ver: ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 109-134.

proletariado, uma vez que, conforme vimos anteriormente, é este o intelectual coletivo capaz de unificar os intelectuais individuais em defesa da hegemonia proletária, que é condição essencial para o triunfo da nova sociedade.

Para melhor entendermos o momento em que o partido deve assumir prioritariamente seu papel de educador, atuando na superestrutura da sociedade, cabe ressaltarmos a questão da “relação de força” analisada por Gramsci no caderno 13⁵¹. Em termos de organização, Gramsci critica o pensamento genérico bipolar que vê a relação de forças apenas como favoráveis ou contrárias a esta ou àquela classe e aponta três momentos distintos da relação de forças: um que independe da organização ou da vontade dos homens, pois está ligado ao desenvolvimento econômico, intrínseco ao próprio modo de produção; um segundo momento, que está ligado ao grau de organização das forças políticas que disputam espaços na sociedade, e um terceiro momento, que é o momento do confronto direto, chamado por Gramsci de “momento militar” (Cf. GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 40-43).

Sendo assim, embora o partido deva sempre levar em consideração e estar preparado para agir nas três situações de relação de forças acima mencionadas, deve avaliar profundamente o momento histórico para poder lançar mão da tática adequada ao momento. Nesta perspectiva, Gramsci avalia que o momento da relação de forças centra-se na disputa ideológica no campo da sociedade civil, e é nesse espaço que o partido proletário revolucionário deve atuar como agente educativo.

Para melhor explicitar o papel do partido, nesse momento Gramsci faz ainda uma subdivisão. Ele salienta três graus de avanço de consciência do proletariado para se constituir em pensamento hegemônico: 1) o primeiro grau é *econômico-corporativo*, quando o pensamento se alinha por questões de lutas imediatas ligadas a uma categoria de pessoas (comerciante, professor, metalúrgico, etc.); 2) o segundo grau se dá quando se atinge a capacidade de se solidarizar com o grupo social mais amplo, exigindo do Estado mudanças

⁵¹ O texto presente neste caderno, escrito entre os anos de 1932-1934, intitulado por Gramsci de *Breves notas sobre a política de Maquiavel*, é onde ele melhor explicita sua concepção de partido. Ver: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.13-109.

legislativas que lhes garantam igualdade jurídica – contudo esse grau de consciência permanece ainda no campo econômico e nos limites do Estado em vigor; e 3) o terceiro grau se dá quando se adquire a consciência de classe, isto é, quando se percebe e se convence da necessidade de tomar o poder da classe dominante que dirige o Estado, colocando em seu lugar os trabalhadores, que lhe darão uma nova direção. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido” (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 41).

É neste campo, entre a consciência individual e a corporativa, que se faz necessária a atuação do partido com objetivo claro de possibilitar uma consciência proletária elevada. Como vimos, no interior desse campo encontram-se os vários aparelhos de hegemonia, entre eles a escola, que merece de Gramsci uma atenção bastante grande. É claro que ele se preocupa também com a imprensa, com os sindicatos, com as associações, com os conselhos, etc., e jamais os excluiu enquanto grandes espaços em que o partido proletário deve agir, aproveitando também esses espaços para educar as massas. A potencialidade da escola enquanto responsável pela transmissão e pela produção do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, e sendo esse conhecimento necessário para o avanço de consciência, é isso o que chama a atenção de Gramsci. Cabe ressaltar que a necessária superação do conhecimento folclórico, religioso que domina as massas naquele momento, inclusive nas próprias escolas, também é outro fator que desperta seu interesse pela escola, pois

[...] a elevação do nível cultural das massas, o rompimento com as concepções de mundo “bizarras” – deformadas, acríicas, incoerentes – e a difusão, para as grandes massas, de uma concepção de mundo calcada na filosofia da práxis são, também, as condições de sustentação de uma nova ordem socialista (MAXIMO, 2000, p.106).

Alertava, no entanto, Gramsci que

[...] uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 19).

Assim, a realização completa de um novo tipo de educação só é possível se esta estiver vinculada com a transformação econômica da sociedade. Em razão disso, o partido é o único que tem a possibilidade de pensar e de organizar a reforma econômica, efetivamente, haja vista sua perspectiva de pensar a totalidade social. Conseqüentemente, não é possível pensar na nova educação ou na hegemonia do proletariado sem ter o partido como guia e como agente educativo.

Para concluir nossa exposição sobre este ponto, tomamos, então, a escola como exemplo para compreendermos como Gramsci vê a atuação do partido nesse espaço e, por extensão, nos demais aparelhos hegemônicos da sociedade civil. A questão sobre a qual nos cabe refletir é: – Qual seria a relação da educação proposta por Gramsci nos cadernos do cárcere com a sociedade e o partido? No caderno 12, acima mencionado, esta questão é trabalhada, por Gramsci, a partir de um duplo entendimento de educação. Em princípio reflete sobre a educação em seu sentido amplo, entendendo-a como toda formação humana, portanto, ressalta a importância de várias organizações que possuem um papel educativo. Num segundo momento, detém-se no conceito de educação escolar institucional – neste caso pensa sobre a influência da escola tradicional na formação do ser humano em contraposição com a escola moderna vigente na Itália naquele momento. Aqui nos detemos apenas sobre este segundo conceito, visto que já trabalhamos com o primeiro anteriormente e que o que buscamos é relacionar a atuação do partido com a educação escolar institucionalizada. Afinal, como vimos, também cabe ao partido, como agente educativo, pensar sobre a organização da cultura, particularmente a escola.

A preocupação de Gramsci com a escola é algo muito concreto. Nas primeiras duas décadas do século XX na Itália, com o avanço da indústria e a necessidade de mão-de-obra para seu funcionamento, o tipo de escola definido pelo Estado para os trabalhadores era determinado por esse modelo de sociedade capitalista-industrial, cuja tendência era “de abolir qualquer tipo de escola ‘desinteressada’ (não imediatamente interessada) e ‘formativa’, ou de conservar um reduzido exemplar, [...] bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas” (GRAMSCI, 2001, vol. 2 p. 33). A escola

“desinteressada” era a escola humanista, que se preocupa com a formação intelectual do ser humano e as “escolas profissionais especializadas” eram os novos modelos de escolas, que não passavam de meros treinamentos de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Diante desse contexto, Gramsci resgata os valores da escola tradicional, no que toca a sua não preocupação com a formação de mão-de-obra, mas com a formação humana. Não a defende, no entanto, em sua totalidade, pois propõe um novo conceito de escola, “[...] que funde a característica formativa humanista com a sua dimensão prático-produtiva” (NOSELLA, 2004, p. 170). Esta seria a Escola Unitária.

Essa nova escola, conforme podemos notar nos escritos do caderno 12 (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 15-53), não é pensada de forma isolada dos outros espaços da sociedade onde ocorre também o processo educativo. Ao contrário, ela deve “[...] assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática [...]” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 36). Por outro lado, deve-se considerar que, no início, nem todos estão no mesmo nível intelectual, dadas as condições econômicas e sociais de classe. Em determinadas famílias com maior recurso econômico, os filhos já têm contato com o conhecimento científico, literário, filosófico, etc., o que lhes proporciona um maior desenvolvimento intelectual, enquanto que aqueles que não possuem tais recursos, eles, predominantemente, terão acesso a tais conhecimentos somente na escola (Cf. GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 39-40).

Esta observação feita por Gramsci demonstra a importância que deve ser dada à escola, especialmente para a classe trabalhadora, classe a qual, sem a possibilidade de adquirir conhecimentos científicos em outros espaços (como na própria família, por exemplo), terá apenas na escola esta oportunidade. Daí a necessidade apontada por Gramsci de que

A escola unitária deveria ser organizada como escola em tempo integral, com vida coletiva diurna e noturna [...], e o estudo deveria ser feito coletivamente, com assistência dos professores e dos melhores alunos, mesmo nas horas do estudo dito individual (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 38).

É difícil imaginar esse tipo de escola no sistema capitalista. Talvez por isso, em outros momentos do texto, parece que o próprio autor desse projeto não vislumbre sua efetivação, pelo menos não a curto prazo e sob as condições econômicas colocadas naquele momento. Dirá ele que “[...] o advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 40).

Nesta afirmação nos parece claro que somente será possível uma nova escola com o surgimento de uma nova sociedade, pois, segundo Gramsci, a transformação não ocorrerá apenas a partir da escola, mas do todo social. Levando em consideração que, para Gramsci, a nova sociedade deverá ser construída a partir da sociedade concreta, já existente, cabe então afirmarmos que não é própria da visão gramsciana a idéia de que primeiro se transforma a sociedade para depois se transformar a escola. Para ele a escola, assim como tantas outras instituições presentes na sociedade capitalista, fazem parte desta sociedade e, portanto, cabe atuar também nelas como condição para a construção da nova sociedade.

Por isso podemos afirmar que a escola defendida por Gramsci só pode ser compreendida a partir da relação dela com os demais aparelhos de hegemonia presentes na sociedade que se quer transformar, vislumbrando sua efetivação total na sociedade futura. Por isso há a necessidade de o projeto ser assumido pelo partido, enquanto agente educativo, haja vista que é este que tem condições e a função de pensar a sociedade em sua totalidade, fazendo, então, a ponte entre a proposta geral da nova sociedade e as táticas a serem utilizadas na sociedade existente.

A educação do ser humano é condição necessária, tanto no período que antecede a transformação da sociedade, como na nova sociedade (socialista). Nessa perspectiva, todo espaço da sociedade civil deve ser disputado na tentativa de elaborar uma nova cultura, uma nova concepção de mundo, que tenha como princípios a coletividade e a solidariedade no lugar do individualismo e do egoísmo. Sem essa formação, possibilitada pelo partido revolucionário, os momentos históricos favoráveis à ruptura com o modelo econômico que se quer destruir e superar passarão sem serem aproveitados pelos trabalhadores. Por isso, dirá Gramsci:

O elemento decisivo de cada situação é a força permanente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 46).

Embora não seja possível formar todo o proletariado como intelectuais orgânicos do partido antes da revolução, o partido deve procurar conquistar sua simpatia à causa revolucionária, ou seja, é preciso atuar nos espaços onde a classe trabalhadora se encontra para construir essa força, que não se faz apenas com os quadros do partido, mas com a massa em geral. Nesta perspectiva, podemos notar que, para Gramsci, o partido é de quadros e, ao mesmo tempo, de massas, e que a relação entre estes dois segmentos deve ocorrer dialeticamente. Ou seja, os quadros formados pelo partido devem se dedicar a militar entre as massas, conquistando-as para a causa da revolução e, ao mesmo tempo, formando novos quadros para o partido, pois se, por um lado, não se pode abrir mão de um partido de quadros, por outro, não se pode, também, se desvincular do proletariado enquanto classe.

Por isso pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido (que é uma quantidade “fixa”, na medida em que se pode estabelecer quantos são os componentes de cada grupo social) se articule e se transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado (GRAMSCI, 2007, vol. 3, p. 85).

Aqui se retoma o importante papel dos intelectuais orgânicos para fazerem a ligação do partido, enquanto dirigente, com as organizações da sociedade civil, transformando o “caos” em uma classe homogênea, preparada para a tomada do poder. Nessa tarefa abre-se um enorme leque para a atuação do intelectual, que poderá, inclusive, desviá-lo de seu horizonte histórico. Para evitar tal situação, é necessária a ligação do intelectual individual com o intelectual coletivo, ou seja, o partido, que, constantemente, deverá proporcionar a formação classista de seus intelectuais.

Portanto, o fato de a função intelectual restringir-se a um determinado organismo típico da sociedade civil – um centro de produção e cultura, por exemplo – ou, de outro modo, restringir-se a um organismo sob controle da sociedade política – atuar em um partido político, por exemplo – é um elemento secundário no corpo de pensamento de Gramsci, embora importante. O que se torna mais relevante é que, tanto em um caso quanto no outro, o intelectual é funcionário das superestruturas e sua vinculação mais importante diz respeito à classe social que o gerou, e não aos diversos organismos sob a direção desta classe (MAXIMO, 2000, p. 105-106).

Diante do exposto, percebemos que a atuação do partido como agente educativo, pensado por Gramsci, deve ocorrer em todos os espaços das superestruturas onde se elabora e se transmite o conjunto de ideias responsáveis por dar sustentação teórica a uma determinada visão de mundo. Ele dá uma especial atenção à escola, devido a sua especificidade na transmissão do conhecimento científico, contudo sem colocá-la como um organismo separado do restante da sociedade, nem alheia à ideologia dominante da sociedade na qual está inserida. Diante disso, ele coloca em evidência o papel fundamental do intelectual orgânico do proletariado, formado numa concepção classista e, para tanto, a necessidade da atuação do partido enquanto intelectual coletivo numa relação dialética entre os dois.

A finalidade principal do partido, para Gramsci, é, sem dúvida, a revolução, contudo a revolução, para ele, não é apenas o ato violento da tomada do poder como ocorreu na Rússia, haja vista que nem todos os Estados estavam nestas mesmas condições históricas. Para Gramsci, também faz parte da revolução, além da tomada violenta do poder, a construção anterior a esse processo. Daí sua atenção estar voltada para as organizações da sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia) que impediam o proletariado de construir uma perspectiva teórica revolucionária. É nessa direção que entendemos o processo educativo defendido por Gramsci, processo esse que pretende a construção de uma nova visão de mundo, sem a qual não haveria sequer a perspectiva da sociedade socialista. É disso que decorre a importância da atuação do partido como agente educativo em todos os espaços que possam contribuir para o socialismo, desde que não necessite realizar qualquer concessão de princípios nem incidir em capitulações frente à classe dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a Possibilidade de uma Teoria Educacional em Gramsci: uma reflexão.

Após termos pesquisado e buscado compreender a questão do partido como agente educativo em Gramsci, a partir de seu contexto histórico e de seu projeto de sociedade, pensamos poder então nos arriscar a dar algumas respostas às questões levantadas no início de nossa pesquisa. A primeira delas diz respeito à questão da teoria da revolução no pensamento gramsciano. No que diz respeito a essa questão, estamos convencidos de que, assim como para Marx, Engels e Lênin, essa era, também para Gramsci, o objetivo central de toda sua militância política e intelectual.

Em seus escritos políticos, em especial de 1917-1926, isto é facilmente perceptível, haja vista ser esse um período em que se acreditava que a revolução ocorreria mundialmente, em especial nos países de capitalismo desenvolvido. Nesse período, portanto, o que Gramsci vislumbrava era uma imediata tomada do poder pelo proletariado do Ocidente, especialmente o italiano, concentrados em Turim. As greves de 1919 e 1920 e a efetiva participação do operariado através das comissões e dos conselhos de fábrica o fizeram afirmar tal questão com grande convicção.

Diversos fatores, no entanto, bem mais complexos do que Gramsci previa, não permitiram a vitória do proletariado sobre o capital. Tal “derrota” exigiu dos intelectuais-militantes marxistas uma reflexão bem mais profunda do que aquela feita até aquele momento. Nesse contexto, Gramsci passa então a buscar os motivos que provocaram o aborto do processo revolucionário em curso na Itália dos anos 1919-1920. A princípio, irá afirmar ser o PSI o principal elemento causador dessa derrota, devido a sua omissão em participar mais efetivamente das greves de 1919-20. Tal constatação provocará a cisão do PSI e a criação, em 1921, do PCI, do qual Gramsci era um dos principais criadores.

Não tardou, no entanto, para Gramsci perceber que a questão da omissão do PSI não fora o único e talvez nem mesmo o mais relevante fator a provocar a derrota da revolução na Itália, agitada pelas grandes greves em Turim nos anos de 1919-1920. Aprofundando-se nos estudos marxistas, especialmente na interpretação leniniana, e utilizando-se do método materialismo histórico-dialético, encontrará diferenças objetivas entre a Rússia

e o grupo de países de capitalismo atrasado, denominados por ele de orientais, e a Itália, juntamente com os países de capitalismo mais desenvolvido, chamados por ele de ocidentais.

Essa divisão feita por Gramsci não tem necessariamente um caráter puramente físico entre Oriente e Ocidente, mas um caráter sociológico, político e econômico. Inclusive no interior da própria Itália afirmava a existência dessas duas características: o norte desenvolvido (Ocidente) e o sul atrasado (Oriente). Tal questão é tão importante para Gramsci que seu primeiro texto, objetivando uma compreensão sociológica da realidade italiana, foi *A questão meridional*, cujo objetivo principal era compreender as peculiaridades entre o sul e o norte da Itália. Da mesma forma fez com a Rússia e a Itália, estudando suas realidades históricas para compreender os caminhos que o partido proletário deveria trilhar na construção da revolução socialista.

A partir dessa sua visão, Gramsci levanta a questão da sociedade civil e, conseqüentemente, a relação do partido com ela, como uma das questões centrais para se pensar uma teoria da revolução para os países ocidentais. Daí decorre sua dedicação ao estudo da cultura, em seus diversos aspectos como a literatura, folclore, religião, escola, linguagem, etc., isto é, sua preocupação, ao estudar todas essas questões, era com a construção da hegemonia proletária no interior da sociedade civil.

Embora não encontremos no próprio Gramsci nenhum estudo sistemático sobre a sociedade civil, não é difícil perceber sua preocupação com a organização desta, em especial na Itália. Tal preocupação de Gramsci acabou por permitir uma série de especulações sobre sua perspectiva revolucionária, levando muitos pesquisadores e militantes de esquerda a afirmarem que, para ele, não haveria mais necessidade da revolução armada, mas que, dado o grau de organização da sociedade civil nos Estados ocidentais, a mudança seria então gradual, através da atuação do proletariado na sociedade civil.

Nossa posição, calcada no estudo biográfico-político desse autor e em alguns dos textos produzidos por ele ao longo de sua vida intelectual, é a de que a teoria gramsciana da revolução não se contrapõe a Marx, Engels e Lênin. Ocorre, no entanto, a aparição de novas questões, resultante da própria dinâmica da sociedade capitalista, questões que não estavam colocadas ainda

para aqueles teóricos. Coube então a Gramsci, como intelectual de seu tempo, dedicar-se ao estudo de tais questões, haja vista a necessária compreensão dessas mesmas questões para o avanço na luta revolucionária do proletariado.

Sobre a questão do partido e seu papel na organização dos trabalhadores para a tomada revolucionária do poder, podemos afirmar que, para Gramsci, não há dúvidas sobre sua centralidade e imprescindibilidade. A questão levantada por ele, e que mais tem chamado a atenção dos estudiosos e militantes de esquerda, é, no entanto, a configuração que o partido deve tomar diante da organização da sociedade capitalista em uma fase de desenvolvimento diferente daquele pensado por Marx, Engels e Lênin. Em determinados contextos históricos caberá ao partido uma atuação maior na superestrutura da sociedade, disputando a hegemonia, construindo e ocupando espaços alternativos, onde os trabalhadores possam se organizar. Em outros contextos poderá ser a luta direta, e até mesmo armada que deverá ser utilizada prioritariamente pelo partido, ou seja, a combinação da guerra de posição e guerra de movimento deve ser uma constante no partido revolucionário.

O momento político vivido e teorizado por Gramsci exigiu dele um aprofundamento maior das questões superestruturais da sociedade, daí sua preocupação com a questão da educação ser mais enfatizada que nos pensadores revolucionários que o antecederam. Isto nós o podemos notar ao longo de seus escritos, em especial os posteriores a 1920, com o fim das greves em Turim, sem que essas tivessem avançado para um o estágio revolucionário como acreditava Gramsci.

A partir de então, passa ele a delegar ao partido político uma função bem mais ampla do que aquela que, até então, parecia ser a única necessária para ocorrer a revolução. Em outras palavras, até finais dos anos de 1910, o espaço de atuação dos partidos revolucionários se restringia a pensar uma forma adequada de tomada imediata do poder. Uma vez que o Estado não passava de um instrumento de dominação de classe, do qual a burguesia se servia para gerenciar seus negócios (MARX e ENGELS, 1996, p. 68), caberia então ao proletariado substituir a burguesia tomando-lhe o poder e passando a controlar esse Estado.

A visão gramsciana de Estado influenciará diretamente sua concepção de partido. Para ele, o Estado não se restringia apenas à sociedade política, mas também era composto pela sociedade civil. Trilhando suas reflexões por essa concepção é que ampliará o espaço de atuação do partido e, em certos momentos, priorizará a atuação deste na sociedade civil e não no Estado propriamente dito (sociedade política).

Observando a dimensão que a sociedade civil havia conquistado nos países ocidentais, Gramsci afirmará que não é possível, nesses países, a conquista do Estado sem uma prévia conquista de hegemonia no campo da sociedade civil. Por isso, para ele, o partido proletário e revolucionário deve atuar cotidianamente nos espaços de contradição existentes nesse campo, disputando com a cultura burguesa, que é hegemônica na sociedade capitalista. Nesse aspecto, desenvolve sua teoria sobre a guerra de posição e a guerra de movimento.

Esses dois tipos de guerra não são antagônicos e nem inseparáveis, mas conjunturais. Em dado momento deve-se priorizar uma em detrimento da outra, e em outros, utilizá-las paralelamente. Nesse aspecto, cabe então ao partido estar preparado para atuar nesses dois campos, isto é, não abrir mão nem de um e nem de outro tipo de guerra, mas cabe ser capaz de analisar concretamente a conjuntura de cada momento histórico para lançar mão da melhor tática possível para a conquista do poder.

Neste contexto é que podemos então pensar a questão educativa em Gramsci, ou seja, vinculando-a à questão geral de seu pensamento. Para ele, o processo educativo extrapola a formalidade escolar institucional e até mesmo a formação política partidária. Isto fica claro em sua reflexão sobre o papel dos intelectuais, onde os conceitua amplamente sem vinculá-los diretamente à formação acadêmica, partidária ou qualquer outra instituição. Segundo Gramsci, todos são intelectuais, embora nem todos cumpram essa função na sociedade (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 18). Quanto aos que assumem essa função na sociedade, divide-os entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais, aqueles com tarefas bem definidas para a reprodução ou para a contestação da sociedade em que estão inseridos, e estes, com a pretensão de neutralidade, por isso são disputados pelos partidos da classe dominante e também da classe dominada.

A questão educativa, portanto, em Gramsci ganha uma dimensão privilegiada no interior do partido revolucionário. A conquista da hegemonia proletária está diretamente ligada na questão de o partido formar intelectuais orgânicos científica e politicamente capazes de atuar nos diversos espaços da sociedade civil, espaços tais como imprensa, escola, sindicatos, associações, movimento populares, etc. Além disso, cabe também ao partido a conquista dos intelectuais tradicionais para que estes também façam a defesa de um novo projeto social, com base no conhecimento científico, conhecimento que as escolas formais, em tese, devem proporcionar.

Como podemos ver, e o que tentamos argumentar no decorrer de nosso trabalho, é a inter-relação dos diversos conceitos e categorias pensadas por Gramsci. Em nosso entendimento, não é possível tomar de Gramsci questões específicas, separadas do conjunto de seu pensamento. Buscando entender o “educar para a revolução”, tivemos que compreender o partido como agente educativo. Para pensar esta última questão, isto não nos foi possível sem a compreensão de sua noção de hegemonia, de sociedade civil, de guerra de posição e de guerra de movimento, bem como a noção de intelectuais orgânicos e tradicionais, além de ter, como pano de fundo, a questão da revolução.

A partir de então é possível afirmar que a teoria educacional de Gramsci é uma questão muito maior do que simplesmente um projeto de *Escola do Trabalho* ou *Escola Unitária*, como alguns querem nos fazer acreditar. Entender a teoria educacional em Gramsci, a nosso ver, só é possível entendendo o partido como agente educativo e que este tenha bem definido o projeto de sociedade que quer construir, o que é, para Gramsci, o socialismo. Ou seja, pensar a educação, a partir de uma fundamentação gramsciana, é pensar o horizonte histórico sob a ótica dos trabalhadores, a quem a única possibilidade de se educar plenamente é em um outro modelo de sociedade e, para tanto, necessita-se de uma transformação radical desta sociedade, sem a qual não é possível transformar a escola. Em razão disso, argumentamos que não é possível pinçar, como se fosse um fio, a teoria educacional de Gramsci, sem que venham junto outros conceitos fundamentais do conjunto de seu pensamento, especialmente sua concepção de partido político.

Essas três questões, que se inter-relacionam (a revolução, o partido e a educação), por nós levantadas no início de nosso trabalho e desenvolvidas durante nossa pesquisa, nos permitem agora apontar, com maior precisão, os equívocos e os desvios cometidos contra o pensamento de Gramsci, especialmente por militantes sindicais e partidários de “esquerda” preocupados em justificar seus posicionamentos políticos contraditórios. A interrogação anteriormente colocada por nós sobre a possibilidade da defesa de um viés reformista do marxismo, a partir do pensamento gramsciano, como queriam nos fazer acreditar alguns, em especial lideranças presentes no interior de nosso sindicato (APP – Sindicato dos Trabalhadores da Educação da Rede Pública do Paraná), não se confirmou.

Para nós, está suficientemente claro que Gramsci, se, por um lado, não pode ser considerado apenas como um teórico que reproduz a teoria marxiana e leniniana, haja vista as inovações conjunturais trazidas por ele ao marxismo, por outro lado não pode também ser confundido com um reformista. Em nossa análise sobre a guerra de posição e a guerra de movimento, ficou evidente que, para Gramsci, a via parlamentar não exclui nem é superior à via revolucionária na luta pela superação da sociedade capitalista, mas podem e devem se combinar, a depender da conjuntura política presente no momento histórico.

Em decorrência disso, a participação dos trabalhadores nas organizações da sociedade civil, disputando a hegemonia ideológica de classe, em determinados momentos é de extrema importância para a construção da sociedade socialista. Isso não significa abandonar as organizações exclusivas da classe trabalhadora e acreditar na possibilidade de conseguir hegemonia em espaços da sociedade civil controlados pela burguesia ou pelo Estado burguês. Ao contrário disso, para nós seria correto afirmar sobre Gramsci que a disputa pela hegemonia na sociedade civil só pode se dar a partir de organizações exclusivas da classe trabalhadora que sejam capazes de se contrapor ideologicamente às organizações burguesas presentes nessa mesma sociedade.

Daí também decorre nossa constatação sobre a importância da militância do intelectual orgânico do partido nas organizações de trabalhadores da sociedade civil. Para Gramsci, a formação desse intelectual não é uma formação unilateral vinda apenas do partido para o intelectual, mas, uma

formação de dupla mão, por onde o partido educa e é educado por seus intelectuais orgânicos. Levando em consideração o partido, enquanto classe organizada, com projetos estratégicos e táticas definidos, pudemos também constatar que, para Gramsci, a educação do intelectual orgânico do partido não se resume a uma formação burocrática, cuja finalidade seja de o transformar em um militante que dedica sua vida a pensar formas de convencer os trabalhadores que seu partido, geralmente institucionalizado, é o que realmente os representa. Para nós ficou claro que o intelectual orgânico partidário do proletariado não é o mesmo intelectual orgânico do partido institucional, haja vista que aquele intelectual tem uma função muito mais abrangente que este. Ou seja, poderá e, em determinados momentos conjunturais, deverá o intelectual orgânico do proletariado se engajar no partido institucionalizado, contudo este jamais poderá reduzir sua tarefa a isso, deixando de estar presente nos demais espaços em que o proletariado se encontra, como, por exemplo, nas escolas, nos sindicatos e nos movimentos sociais.

Embora tenhamos feito algumas reflexões sobre a relevância dada por Gramsci à atuação do intelectual partidário da classe trabalhadora e formado nessa perspectiva na escola formal, sentimos que essa questão não foi suficientemente explorada neste trabalho, daí reconhecermos nossa limitação e, talvez, até equívocos, ao tecer afirmações ligadas a este tema. Não podíamos, contudo, furtar-nos de tal questão, haja vista nossa atuação na escola pública estatal do Paraná, na qual nos deparamos constantemente com a defesa de uma escola aos moldes da escola proposta por Gramsci, problema inclusive que nos instigou a pesquisar tal tema. De antemão, pensamos ser possível afirmar, mesmo que a partir de uma análise puramente empírica, que não temos encontrado eco da teoria gramsciana de escola, atualmente presente nas diretrizes curriculares para as escolas públicas do Paraná, na realidade concreta do chão da escola. Ao elencar em Gramsci o partido como agente educativo, isto nos possibilitou compreender melhor esse desencontro entre as diretrizes da própria Secretaria de Educação do Estado do Paraná e sua impossibilidade prática no interior das escolas. Isto assim nos parece porque, como já afirmamos anteriormente, não é possível desvincular a teoria educacional de Gramsci de sua teoria geral de Estado e de sociedade. Fica ainda, para nós, o desafio de um maior aprofundamento nessa questão, como

forma de alicerçar nossa argumentação para a confirmação ou para a negação da possibilidade de uma escola pública estatal, que, tendo uma fundamentação teórica gramsciana, consiga implementar, na prática, tal teoria na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. As antinomias de Gramsci. In: ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o estado*. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-49).

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. *Partidos políticos e educação*. Cascavel: Edunioeste, 2000.

_____. O stalinismo e suas subfamílias: confluências e divergências com o partido político de Tito. **Revista Educere et Educare**. Vol. 2, nº 3, 2007, p. 267- 282.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes et alii. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *Gramsci em Turim*. A construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FONTANA, Benedetto. Hegemonia e nova ordem mundial. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.113-125.

GERMINO, Dante. Interpretando Gramsci. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos político*. Vol. 1. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Escritos políticos*. Vol. 2. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 4. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas. In: GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Vol. 2. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 405-435.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

_____. *Tudo começou com Maquiavel – as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Tradução de Dario Canali. 3. ed. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 1980.

JESUS, Antônio Tavares de. *O pensamento e a prática escolar de Gramsci*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. [Tradução revista por Aristides Lobo]. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. A questão do partido. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V.I. e TROTSKI, Leon. *A questão do partido*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1978.

LENINE, V.I. A revolução proletária e o renegado Kautsky. In: LENINE, V.I. *Obras escolhidas*. Vol. 3. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LENINE, V.I. *Obras escolhidas*. Vol. 1. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. p. 575-671.

_____. Que fazer. In: LENINE, V.I. *Obras escolhidas*. Vol. 1. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. p. 79-214.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.173-188.

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partidos e sindicatos. In: BOGO, Ademar (Org.). *Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Rosa, Mao*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 241-337.

MANACORDA, Mario Alighiero. *O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

MACCIOCCI, Maria-Antonieta. *A favor de Gramsci*. Tradução de Angelina Peralva. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 45-74.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. In: *Os pensadores* (Coleção). Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 29-143.

MARX, Karl. Crítica ao programa de GOTHA. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Estatutos da associação internacional dos trabalhadores. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. Mensagem do comitê central à liga dos comunistas. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Manifesto do partido comunista*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestam Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAXIMO, Antonio Carlos. *Os intelectuais e a educação das massas: o retrato de uma tormenta*. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *História: Pensar & Fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. p.13-32.

MONAL, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.189-200.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2004.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 16. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, Ariovaldo. *Marx, Engels e a luta de partido na primeira internacional (1864-1874)*. Londrina: Ed. UEL, 2002.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

SOARES, Rosimery Dore. *Gramsci, o estado e a escola: a concepção Gramsciana do estado e o debate sobre a escola*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)